

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Jacqueline Teixeira

**Narrativas Caiçaras:
discurso e identidade de uma comunidade em desalinho**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Março de 2018



Jacqueline Teixeira

**Narrativas Caiçaras:
discurso e identidade de uma comunidade em desalinho**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liana de Andrade Biar

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liliana Cabral Bastos

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria Claudia Pereira Coelho

UERJ

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Jacqueline Teixeira

Licenciou-se em Letras – Português/Literatura pela Universidade Santa Úrsula em 1991. Cursou Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela AVM (Instituto A Vez do Mestre) em 2008. Professora aposentada pela rede privada de ensino, onde lecionou por 26 anos no Ensino Fundamental. Atua como Orientadora Educacional no Colégio Pedro II, no município do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Teixeira, Jacqueline

Narrativas caiçaras: discurso e identidade de uma comunidade em desalinho / Jacqueline Teixeira; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2018.

130 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Narrativa. 3. Caiçaras. 4. Identidade. 5. Trabalho de face. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

*À minha família, parte presente, parte
eternizada,
mas sempre razão de minha existência.*

Agradecimentos

À vida, por me reservar a oportunidade de realizar meu Mestrado e por me fazer forte para concluí-lo.

Ao meu companheiro Luiz, por entender as minhas muitas ausências, por carinhosamente preparar deliciosas refeições, enfim, por todo apoio e carinho que fizeram esse percurso mais leve e menos solitário.

Ao meu irmão Xande, que me entregou (e sempre entrega) sua casa em Guapi para que pudesse relaxar e me concentrar no processo de escrita.

Ao meu sobrinho Bruno, que me ajudou no tratamento das imagens nesta pesquisa e porque o amo.

À minha sobrinha, só porque a amo.

À minha orientadora Liana Biar, por todo apoio e confiança em meu projeto, mesmo quando eu mesma dele duvidava; por suas preciosas e cuidadosas orientações; essa dissertação é nossa!

Às professoras Liliana Cabral Bastos e Maria Claudia Coelho pela disponibilidade em participar da Banca do Mestrado; sinto-me honrada.

A todas as professoras do programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio por terem contribuído em minha formação, especialmente a Adriana Nóbrega que me acolheu tão carinhosamente em meu primeiro ano de Mestrado e a Maria da Graça que me ofereceu uma literatura tão vasta acerca do tema desta pesquisa.

Aos funcionários da PUC-Rio, sempre gentis e educados, especialmente a Chiquinha, secretária do Departamento de Letras, sempre pronta a ajudar.

À CAPES e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

Aos colegas do NAVIS, pelas aprendizagens baseadas nas trocas.

Aos meus recentes amigos da PUC-Rio, Amanda, Clarissa e Milena pela parceria e delicioso convívio, em especial a Raquel que generosamente revisou meu Abstract e ao Luiz que formatou esta dissertação. Jamais esquecerei as conversas e angústias nas madrugadas...

A Júlia Rodrigues, amiga querida, que dividiu comigo a ansiedade da entrevista de ingresso no Mestrado, e juntas permanecemos ao longo desses dois anos.

A todos os meus amigos e amigas que compreenderam minhas recusas para saídas em vários momentos; vamos recuperar esse tempo.

Às minhas amigas e parceiras do Nepedif por todo apoio e participação, em especial a Marina e Inês, responsáveis por eu hoje integrar esse grupo, embrião desta pesquisa.

Ao Colégio Pedro II, instituição na qual trabalho, pela concessão de afastamento por três meses para que pudesse me dedicar a este projeto.

A Jéssica, minha companheira de CPII, pelo incentivo e generosas orientações.

A Luiza, também companheira de CPII, pelas referências bibliográficas sobre movimentos sociais.

Ao professor doutor Leonardo Esteves de Freitas, que gentilmente revisou a seção sobre os caiçaras e legislações ambientais.

A Indira, a quem por vezes recorri para esclarecimentos sobre aspectos importantes para a pesquisa.

E, por fim, aos caiçaras que, mesmo com todas as adversidades, participaram e contribuíram com este estudo.

Muito obrigada!

Resumo

Teixeira, Jacqueline; Biar, Liana de Andrade (Orientadora). **Narrativas caiçaras: discurso e identidade de uma comunidade em desalinho**. Rio de Janeiro, 2018. 130 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Como membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação Diferenciada – Nepedif – do Colégio Pedro II, que tem como um dos objetivos contribuir para a construção de um projeto de reorientação curricular para as escolas do primeiro segmento do Ensino Fundamental em territórios caiçaras, participei, com o grupo de pesquisadoras, de ações que visaram à aproximação, especificamente, com a comunidade do Pouso da Cajaíba, Paratiy – RJ. Tendo em vista o interesse em construir conhecimento sobre ela – quem é, como vive, seus anseios, lutas e privações – realizou-se uma microetnografia (ERICKSON, 2004) de um *evento de letramento* (SOARES, 1999) a partir da exibição do filme “*Narradores de Javé*”, de Eliane Caffé, devido à aproximação temática entre a ficção e a realidade da própria comunidade. Através das pequenas narrativas (BAMBERG e GEORGAKOPOULOU, 2008; BASTOS, 2009) que emergiram desse encontro, procurou-se investigar como os participantes construíram-se discursivamente, buscando compreender a complexidade identitária da comunidade em foco: entre o tradicional e o moderno. Alinhando-se aos Estudos Culturais, apresenta, também, como suporte analítico e interpretativo, as reflexões de Bauman (2003) sobre comunidades e fronteiras, Skliar (2003), sobre colonialismo e multiculturalismo e Goffman (1988, 2002) sobre interação e face. O hibridismo cultural em que hoje vive essa comunidade pode ser observado através de micro-deslocamentos temporais – passado/presente – e espaciais – os de dentro/os de fora, o aqui /o lá – presentes nas narrativas, trazendo à superfície embates, resistências e contradições que delineiam o sentimento e a identidade dessa comunidade.

Palavras-chave

Narrativa; Caiçaras.; Identidade; Trabalho de face.

Abstract

Teixeira, Jacqueline; Biar, Liana de Andrade (Advisor). **Caiçaras narratives: discourse and identity of a community in misalignment.** Rio de Janeiro, 2018. 130 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As a member of the Research and Extension Center for Differentiated Education - Nepedif - of Pedro II School, which aims to contribute to the construction of a curricular reorientation project for elementary schools in caiçaras territories, I participated together with a group of researchers of actions that aimed an approximation with the community of Pouso da Caixaíba, Paraty - RJ. Given the interest in building knowledge about it - who it is, how it lives, its yearnings, struggles and deprivations - a microethnography (ERICKSON, 2004) of a *literacy event* was held (SOARES, 1999) from the screening of the film "Narradores de Javé", by Eliane Caffé, due to the thematic approach between fiction and the community reality itself. From the small narratives (BAMBERG and GEORGAKOPOULOU, 2008; BASTOS, 2009) that emerged in this meeting, we sought to investigate how participants discursively constructed themselves, seeking to understand the community identity complexity in focus: between the traditional and the modern. Aligned with the Cultural Studies, it also presents Bauman's (2003) reflections on communities and frontiers, Skliar's (2003) on colonialism and multiculturalism and Goffman's (1988, 2002) on interaction and face, as analytical and interpretative support. The cultural hybridity in which this community lives today can be observed through the temporal - past / present - and spatial – outsiders/insiders, the here / there - micro-displacements in the narratives, bringing to the surface clashes, resistances and contradictions that outline the feelings and identity of that community.

Keywords

Narrative; Caiçaras; Identity; Face work.

Sumário

1	Introdução	12
2	O contexto da pesquisa	17
2.1	De volta ao início	18
2.2	Educação: instrumento de luta e resistência	21
2.3	Movimentos sociais	24
2.4	Comunidades caiçaras	29
2.5	Comunidades em um mundo globalizado e multicultural	32
3	Metodologia	37
3.1	Justificativa da pesquisa	38
3.2	Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa	39
3.3	O percurso da pesquisa	41
3.4	Evento de letramento	43
3.5	Geração de dados	45
3.5.1	Resistência na participação	46
3.5.2	Identificação dos participantes	47
3.5.2.1	Moradores do Pouso	47
3.5.2.2	Membros do OTSS	48
3.5.2.3	Professores da Escola Municipal da comunidade	49
3.5.2.4	Pesquisadoras do Nepedif	49
3.6	Seleção e transcrição de dados	49
4	Roda de conversa: narrativas do e no encontro	51
4.1	Entrelaçando teorias	53
4.2	Narrativas: novas concepções	54
4.3	Pequenas histórias	57
4.4	Entre a tradição e a modernidade	58
5	Embate discursivo: construções identitárias em desalinho	70
5.1	Narrativa e identidade	72
5.2	Demarcando fronteiras	74
5.3	Accounts narrativos	76
5.4	Face e alinhamento	78
5.5	O desalinho	80

6. Resistência no espaço da interação e da pesquisa	91
6.1 O trabalho de face: pesquisadoras e a identidade normal desviante	95
6.1.1 Alguns conceitos goffmanianos	97
6.1.2 O trabalho de face: ameaça e proteção	99
6.1.3 Resistências: constrangimento e trabalho de face	100
6.2 Sobre resistência juvenil: um recorte teórico	107
6.2.1 Tentativas de construção de sentidos acerca da participação juvenil	110
6.2.2 Resistências em contexto	112
7. Considerações finais	118
7.1 Reflexões e possíveis entendimentos	118
7.2 Limitações, contribuições e desdobramentos	122
8. Referências bibliográficas	125
Anexo: convenções de transcrição	130

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

Boaventura de Souza Santos, 2003

Introdução

“Mas assim, que você tá saturada. Aí, vai acontecer isso, aí não acontece, ah, vai acontecer aquilo, aí não acontece, aí, vai... aí vai, vai, vai, vai e foi e a gente não viu passar.”

(Fala de Rita, uma das participantes do encontro)

O excerto em destaque, de que me aproprio para iniciar esta introdução, traz, na voz de Rita, o sentimento de desesperança e de incredulidade que, segundo ela, marca a comunidade caiçara investigada nesta dissertação. O pouco engajamento e a baixa participação dos comunitários nas atividades propostas no território refletem tal sentimento, trazendo como consequência resistências, contradições, desarticulações e conflitos. Esta pesquisa propôs-se, no limite de suas possibilidades, a construir conhecimento acerca da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba, Paraty – RJ.

Por habitarem tradicionalmente regiões litorâneas de grande diversidade e beleza naturais, as comunidades caiçaras viveram (e ainda vivem) constantes conflitos para se manterem no território, sofrendo ameaças de especuladores imobiliários, grileiros e até mesmo de legislações ambientais que desautorizam atividades humanas em áreas de preservação, ignorando a contribuição dessas populações para que essas áreas tenham sido preservadas e protegidas da destruição até os dias de hoje.

A luta pelo direito de permanência no território é a mais forte das bandeiras encampada pelo movimento social na região, que une caiçaras, indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais legalmente reconhecidas. Visando aumentar o fôlego para a luta de direitos permanentemente ameaçados e maximizar forças em direção a sua autorrepresentação, o movimento social vem se articulando a outras instituições em busca de estratégias políticas, ambientais e educativas para os problemas e desafios enfrentados por essas comunidades na contemporaneidade.

Buscar entender a complexidade identitária da comunidade caiçara investigada – entre a tradição e a modernidade –, constituiu-se como objetivo mais amplo desta pesquisa diante da insurgente necessidade de (re)adaptações a novas maneiras de sobrevivência no território, principalmente com a invasão turística em determinadas épocas do ano, atualmente uma das principais fontes de renda das famílias caiçaras.

Mesmo em tempos de mestiçagens, transições e hibridizações culturais, como consequência da dissolução das fronteiras, quando já não mais se delineiam os contornos entre “os de dentro” e “os de fora”, pois todas as culturas encontram-se em frequente intercâmbio, essas populações, mais do que nunca, organizam-se em torno do direito à diferença e da valorização de sua cultura, mesmo que, como no caso da comunidade em questão, esta se encontre massacrada pelos vários atravessamentos e violências impingidas ao longo do processo histórico.

Na contramão de pesquisas e discursos que apontam para a desessencialização de identidades (Hall, 2003 e 2006; Bauman, 2005; Bhabha, 1998; Spivak, 2010 entre outros) essas comunidades tradicionais tentam reencontrar num essencialismo estratégico e político (Spivak, 2010) o resgate de sua cultura e a reafirmação de sua identidade como símbolos de resistência à assimilação homogeneizante da cultura dominante e até mesmo a seu desaparecimento, em tempos globalizantes. Além disso, é no imbricamento entre identidade e território que essa “essencialização” ganha maior relevância, já que o espaço territorial é o elemento fundamental na organização social, cultural e política, além de provedor dos meios de produção material e imaterial para a sobrevivência dessa(s) comunidade(s).

Muitas pesquisas vêm discutindo essas e outras questões a respeito de comunidades tradicionais, inclusive caiçaras, em perspectivas históricas, sociológicas, geográficas, jurídicas, ambientais, entre outras. Entretanto, poucas criam espaços para ouvir demandas, histórias e embates na voz desses atores sociais. De certa forma, este foi o compromisso assumido por esta pesquisa: buscar coconstruir conhecimento sobre essa comunidade a partir das narrativas por eles contadas no encontro.

Portanto, inserida no campo da Linguística Aplicada (LA), que entende a linguagem como uma prática ou atividade social, investigá-la é, por assim dizer, criar inteligibilidade acerca da sociedade e da cultura (Fabrício, 2006). Como

afirma essa autora, “nossas práticas discursivas não são neutras”, muito pelo contrário, constituem-se como escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, portanto, situam-nos no mundo do qual fazemos parte. Ancorada nessa premissa e comprometida com uma LA que entende o discurso como ação interventiva da realidade, esta pesquisa debruçou-se sobre um evento comunicativo realizado na comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba, com um olhar microetnográfico (Erickson, 2004), ou seja, procurando evidenciar os aspectos discursivos e interacionais que emergiram no encontro entre caiçaras e pesquisadoras.

Como integrante do Núcleo de Extensão e Pesquisas em Educação Diferenciada (Nepedif) do Colégio Pedro II, participei com o grupo de pesquisadoras de atividades no território que visaram à aproximação com essa comunidade. Ao assumirmos um projeto de reorientação curricular para escolas caiçaras do 1º segmento do Ensino Fundamental, era imprescindível que construíssemos conhecimento a respeito dessas comunidades. Para isso, elegemos a comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba como início desse processo. E é nesse imbricamento entre o Nepedif e o processo de conhecimento dessa comunidade que surge o desejo de realização desta pesquisa de cunho qualitativo interpretativista (Denzin e Lincoln, 2006).

Como parte do percurso metodológico, propusemos um *evento de letramento* intitulado – Oficina de Narrativas – que culminou em uma *roda de conversa* após a exibição de um filme. Foi nessa *roda de conversa* entre caiçaras e pesquisadoras que os dados sob análise nesta pesquisa foram gerados.

Como referencial teórico foram utilizadas as teorias da narrativa (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972; Riessman, 1993; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015, entre outros) e os estudos sociológicos de Goffman (1988, 2002 e 2011) sobre interação face a face e estigma, estabelecendo, sempre que possível, uma relação dialógica com outros teóricos como Bauman (2003), Skliar (2003), Hall (2003 e 2006) entre outros, como forma de ampliar os entendimentos trazidos pelas análises.

Apoiada nesse referencial teórico, apresento as perguntas que nortearam os objetivos desta pesquisa, a partir dos dados gerados:

- i) Que narrativas emergem no contexto e o que elas nos informam sobre as experiências da comunidade?

- ii) Como a identidade dessa comunidade é construída discursivamente?
- iii) Como se alinham os participantes nessa construção identitária?
- iv) Que accounts são construídos nessas narrativas e qual a sua função?
- v) Como se dá a interação entre pesquisadoras e os integrantes da comunidade?

Como forma de atingir os objetivos acima propostos, esta dissertação foi estruturada em sete capítulos que passo a apresentar.

No capítulo 2 esclareço o contexto em que se deu esta pesquisa, procurando apresentar os motivos que a justificaram, bem como sua inserção em um projeto pedagógico diferenciado para as escolas caiçaras na região de Paraty, trazendo reflexões sobre a relevância e os objetivos políticos desse modelo de educação. Além disso, teço maiores esclarecimentos sobre os caiçaras, sua origem, seu modo de vida tradicional, seus problemas e desafios. Ainda nesse capítulo, apresento um breve histórico dos movimentos sociais, na tentativa de explicar sua importância na organização política dessa comunidade (aliás de todas) e sua articulação com o projeto político pedagógico diferenciado no território.

No capítulo 3, o quadro metodológico é apresentado, justificando o alinhamento desta pesquisa às perspectivas qualitativas e interpretativistas, por eleger o micro como espaço de investigação e por privilegiar o entendimento dos atores sociais. Reconhece também a natureza situada do conhecimento, portanto, sempre provisório. Também é apresentado em detalhes o percurso da pesquisa até o momento da geração dos dados.

Do capítulo 4 ao capítulo 6, esta dissertação estruturou-se em três lâminas (Biar, 2012), a partir dos aspectos que, aos olhos desta pesquisadora, tornaram-se relevantes nos dados para os objetivos desta pesquisa. Importante ressaltar que cada uma das lâminas propõe um diálogo simultâneo entre teoria e prática, já que os excertos que as compõem foram analisados à luz dos referenciais teóricos introduzidos em cada uma delas.

A primeira lâmina, capítulo 4, deteve-se na análise das narrativas que emergiram no contexto, constituindo-se como metanarrativas da modernidade, nas quais os participantes sustentam o atravessamento da cultura local por aspectos da modernidade que alteraram/alteram o modo de vida na comunidade. Serão

investigadas como essas narrativas estruturam-se a partir dos elementos canônicos, destacando aqueles que se tornam relevantes para as interpretações propostas.

A segunda lâmina, capítulo 5, teve como foco o embate discursivo entre dois participantes do evento. Suas narrativas marcam posicionamentos divergentes em relação a determinadas experiências vividas pela comunidade, apontando para construções identitárias opostas e, por vezes, contraditórias. Essas oposições e contradições estabelecem uma relação metonímica com a realidade da própria comunidade, que como eles, vive em desalinhos, atravessada por contradições, antagonismos e conflitos que se expressam na dificuldade de articulação e, até mesmo, no silenciamento dessa comunidade. Nessa lâmina apresento o conceito de “accounts” devido à recorrência de sua utilização nas narrativas analisadas e introduzo o conceito goffmaniano de face, já que nela alguns aspectos interacionais também se fizeram presentes.

Na terceira e última lâmina, capítulo 6, priorizo os aspectos mais evidentemente interacionais, investigando como se realizam discursivamente as construções de face – ameaça e defesa – dos participantes. Embora esse capítulo subdivida-se em duas seções, ambas convergem para o mesmo ponto: a resistência situada na interação como reflexo metonímico do comportamento resistente que essa comunidade estabelece com “os de fora” (outsiders), observado na pouca adesão dos comunitários às atividades propostas no território.

Finalizando esta dissertação, no capítulo 7, apresento as reflexões e os possíveis entendimentos gerados a partir deste estudo, além das limitações, contribuições e dos desdobramentos incertos em tempos de incertezas...

2

O contexto da pesquisa

Apoiamo-nos, hoje, sobre uma terra em movimento. (...) pois não se pode ocupar, sem qualquer ambiguidade, um mundo cultural de fronteiras nítidas, a partir do qual se aventurar e analisar outras culturas. Os modos humanos de vida cada vez mais influenciam, dominam, parodiam, traduzem e subvertem uns aos outros.

James Clifford, 2016

O presente capítulo procurará descrever o contexto em que se deu a pesquisa, procurando apresentar a comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba, Paraty – RJ, protagonista da investigação aqui conduzida, além de expor o(s) motivo(s) que me levaram a percorrer tal investigação. Com o objetivo de ampliar seu potencial analítico, também serão trazidos temas transversos ou conhecimentos já produzidos em outras áreas sobre o tema, propiciando a relação dialógica entre diferentes abordagens, fundamento do espírito interdisciplinar da pesquisa em Linguística Aplicada.



Foto da praia do Pouso da Cajaíba, Paraty – RJ, out/2016. Fonte: Nepedif

2.1 De volta ao início

Tudo começa quando ingresso, em 2015, no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação Diferenciada (Nepedif)¹, vinculado ao Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, instituição na qual trabalho. Esse núcleo, em parceria com o OTSS, Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina², assumiu o compromisso de contribuir para a reorientação curricular do 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da escola municipal do Pouso da Cajaíba³, Paraty - RJ, visando construir com a comunidade um projeto de educação diferenciada, ou seja, um projeto que garanta, sobretudo, o respeito às diferenças e a valorização da cultura caiçara.

Inserida neste projeto institucional mais amplo ainda em curso, esta pesquisa surge da conjunção de dois desejos: o meu e o do Nepedif. Explicando o meu desejo: até minha primeira inserção no campo, não havia decidido se ingressaria ou não em uma pós-graduação, nem tampouco imaginava, se o fizesse, qual seria meu objeto de pesquisa. Entretanto, as histórias de lutas e resistências, dessa e de outras comunidades caiçaras para se manterem no território que me foram contadas nesse primeiro contato, impactaram-me a ponto de decidir os dois anos subsequentes de minha vida: o Mestrado. Explicando o desejo do Nepedif: a impossibilidade de encampar um projeto de reorientação curricular diferenciado para a escola do território sem um mergulho mais profundo na cultura, nas histórias, nos conflitos e anseios dessa comunidade. Portanto, é desse feliz casamento e do firme propósito de ouvir essa população tradicional, na esperança de com ela contribuir de algum modo, que nasce esta pesquisa, hoje, materializada nesta dissertação.

Inicialmente, nosso projeto estaria focado nessa única comunidade caiçara, dentre as várias que habitam a costeira, por acreditarmos que o projeto seria um grande desafio, não só pela distância que nos separa do território, cerca 400 km, além do percurso marítimo de Paraty ao Pouso da Cajaíba, como pelo ineditismo

¹ O nome do grupo foi recentemente alterado, constando ainda no Diretório de Pesquisa da CNPq como “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Diferenciada”.

² Projeto que une a Fundação Getúlio Vargas (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais. (FCT). Informação extraída do artigo A comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II, 2016.

³ O Pouso da Cajaíba é um dos territórios da costeira de Paraty habitado por comunidade caiçara, somente acessado por barco.

da ação para nosso Núcleo de Pesquisa. Após a construção e implementação do projeto nessa comunidade, acreditávamos ser possível replicá-lo nas demais, atendo a suas especificidades. Nosso objetivo final seria a (re)elaboração de um Projeto Político Pedagógico para as escolas caiçaras do 1º segmento do Ensino Fundamental da região, tendo por base o respeito à diversidade e o resgate e valorização dos saberes e cultura tradicionais.

Em busca de uma aproximação com a comunidade, a fim de conhecê-la melhor e com ela trocar experiências e saberes, participamos de algumas atividades no território. Em fevereiro de 2016, foi realizada pelo OTSS⁴ a *Oficina de Educação Diferenciada*, com o objetivo de reunir pesquisadoras do Nepedif, lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)⁵ e comunitários para que, juntos, discutíssemos quais seriam as bases dessa nova proposta de educação no território. Nesse encontro foi elaborado coletivamente um conceito para a Educação Diferenciada Caiçara. Além desse, outros encontros foram realizados pelo Nepedif em parceria com o OTSS com o objetivo de:

“traçar os primeiros planos de ação, ouvir as experiências e demandas das comunidades locais e estabelecer um plano de trabalho em que se pudesse garantir a centralidade da cultura caiçara no currículo, incorporando seus saberes tradicionais, valores e lutas políticas e sociais, potencializando as relações pessoais e coletivas”⁶.

Essa parceria inicial de inserção no campo com representantes do OTSS e do FCT foi fundamental para que nossa presença no território, em outras ocasiões, fosse compreendida e aceita pela comunidade ou, pelo menos, por parte dela.

Como desdobramentos dessas primeiras aproximações, o Nepedif realizou duas atividades no território: *O Arraial Caiçara*, atividade que reuniu professoras e pesquisadoras do Nepedif e a comunidade escolar caiçara para a construção e

⁴ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – Paraty – RJ. Entidade conveniada com a Fiocruz que visa ao desenvolvimento de projetos de saneamento, agroecologia, turismo de base comunitária e educação diferenciada nas comunidades tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba.

⁵ Movimento social que reúne indígenas, quilombolas e caiçaras da região de Angra, Paraty e Ubatuba.

⁶ Retirado do artigo “A comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II”, 2006, vinculado ao Nepedif.

realização da festa junina no território, e a *Oficina de Narrativas*⁷, na qual os dados desta pesquisa foram gerados.

Entretanto, devido às inúmeras dificuldades encontradas ao longo desse percurso de aproximação – distância entre as cidades, disponibilidade inconstante das pesquisadoras devido aos compromissos profissionais, falta de verba para custear a ida e a permanência no território, além da pouca participação da comunidade nas atividades, tornaram o processo lento diante da urgência do projeto.

Durante esse período, a Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis (UFF) em parceria com o OTSS e FCT (conjunto técnico de apoio financeiro, político e pedagógico) iniciou nas comunidades caiçaras do Sono e do Pousa da Cajaíba um projeto pedagógico diferenciado para atender ao 2º segmento de Ensino Fundamental, até então inexistente nos territórios, fato que levou vários jovens (e suas famílias) a abandonar o território com a finalidade prosseguir seus estudos na cidade de Paraty.

Coordenado pelo professor Domingos Nobre⁸ (UFF-Angra), pesquisador com vasta experiência em educação diferenciada em comunidades indígenas, o projeto do 2º segmento do Ensino Fundamental tornou-se realidade na comunidade a partir de 2017⁹, embora ainda aguarde a homologação da formalização de um acordo técnico entre a UFF- Angra e a Secretaria Municipal de Educação de Paraty (SME). Além disso, foi elaborada uma minuta para a criação da categoria “Escola de Campo” para a região. Esse fato é de extrema relevância, por trazer maior segurança e independência ao projeto pedagógico diferenciado nas comunidades tradicionais de Paraty, desvinculando-o das periódicas mudanças na prefeitura local e suas divergências ideológicas. Entretanto, até março de 2018, esse documento ainda aguarda sua transformação em ato pela SME para que de fato seja assegurado.

⁷ Atividade que será mais aprofundada no capítulo de metodologia.

⁸ Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2005); Pós-Doutorado no IEL - UNICAMP (2014), com pesquisa sobre educação e cultura indígena. Atualmente é professor adjunto do IEAR - Instituto de Educação de Angra dos Reis - UFF, tendo sido Diretor e Vice-Diretor de 2012 a 2017. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: educação escolar indígena, educação de jovens e adultos, formação de educadores indígenas, formação contínua e currículos diferenciados para populações tradicionais (escolas indígenas, caiçaras e quilombolas).

⁹ É relevante esclarecer que essa comunidade luta junto à prefeitura há mais de dez anos para que os jovens possam permanecer e prosseguir seus estudos no território.

A partir de conversas com o professor Domingos Nobre (UFF), o Nepedif vem alterando sua atuação no projeto de educação diferenciada para o 1º segmento do Ensino Fundamental. Nossa ação agora contemplaria não apenas a escola da comunidade do Pouso da Cajaíba, mas todas as escolas caiçaras da costeira de Paraty, através de um projeto de formação continuada dos professores que atuam nessas escolas, contribuindo, assim, para a construção desse novo projeto curricular. A fim de receber orientação e alinhar nossas perspectivas ao projeto diferenciado já iniciado no 2º segmento, participamos ao longo de 2017 do grupo de pesquisa do professor Domingos, com previsão de continuidade para 2018.

Nossa atuação nessa nova formatação se daria, inicialmente, através de oficinas de sensibilização para os professores das escolas da costeira, tendo como foco a reflexão sobre a importância de uma educação diferenciada em comunidades caiçaras. Acreditamos que professores sensíveis e alinhados a uma perspectiva mais crítica e questionadora dos currículos hegemônicos, com possibilidade de problematizar “as relações de poder, identidade e conhecimento neles presentes”¹⁰ poderão abraçar esse novo projeto que, além de pedagógico, é estratégico, político e, esperamos, transformador.

Essas oficinas tinham previsão de início para o 2º semestre de 2017, mas, infelizmente, não puderam ocorrer. Fomos informados, em uma reunião com a SME, de que os professores já estariam participando de programa de formação desenvolvido por instituições privadas durante o ano de 2017.

2.2 Educação: instrumento de luta e resistência

Por ser a educação diferenciada uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais ligados às comunidades tradicionais, justifica-se a relevância de uma pequena reflexão sobre o tema dentro do contexto político que a envolve.

Durante o percurso desta pesquisa, algumas perguntas, recorrentemente, apresentavam-se: “até que ponto seria importante uma educação diferenciada?”

¹⁰ Retirado do artigo “A comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II”, 2006, vinculado ao Nepedif.

Seria esse o desejo da comunidade? Estamos impondo nosso desejo de manutenção da cultura acima do interesse da própria comunidade? Estamos, de certa forma, (re)colonizando-os? Essas indagações angustiavam-me e demorei algum tempo para poder respondê-las ou, pelo menos, tentar.

Travando contato com moradores e professores locais, ouvi, por diversas vezes, que alguns pais não queriam que seus filhos fossem como eles, pescadores ou agricultores; queriam que tivessem uma educação baseada nos moldes urbanos; os jovens não valorizavam a história local e encontravam-se desestimulados a permanecer num território que não oferecia perspectivas de futuro...

Todo esse cenário reflete a desagregação dessas comunidades, resultado dos muitos conflitos, do abandono e dos atravessamentos sofridos. Aliado a isso, a educação no território também contribui para a manutenção dessas premissas. A difícil condição dos professores da rede municipal de ensino, que precisam afastar-se de sua casa na cidade para se inserirem nas comunidades, sem condições mínimas para se estabelecerem, propicia uma grande rotatividade de profissionais. Alguns, alheios a seu papel político, ou quem sabe por não se alinharem a uma educação que valorize as diferenças, reforçam discursos dominantes e hegemônicos. Com isso, não são construídos espaços para a memória e cultura locais, o que significa dizer: *sua história não tem valor*.

Diante disso, como esperar que a comunidade se organize? Como esperar que os jovens, também seduzidos pelo modo de vida urbano, valorizem sua cultura e desejem se envolver nos problemas e soluções de seu território? Se a lógica individualista da sociedade capitalista prevalecer à lógica comunitária, esses povos sobreviverão? Seus saberes resistirão?

Memmi (2007), em seu livro *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (p. 145), nos indaga: “Por que meios ainda se transmite a herança de um povo?” Obviamente, a resposta seria que um dos meios é a educação. Segundo ele “a memória que é construída para ela (criança ou jovem colonizado) seguramente não é a de seu povo. A história que lhe é ensinada não é a sua.”, mas, com certeza, a do colonizador.

Desde a década de 60, Paulo Freire (1967) já nos alertava sobre a necessidade de se descolonizar a educação, principalmente aquela voltada para as classes populares e para os trabalhadores do campo:

Desde logo, qualquer busca de resposta a estes desafios implicaria, necessariamente, numa opção. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras(...).

Décadas após, numa relação dialógica com os pressupostos freirianos, estudiosos permanecem rediscutindo as bases dessa educação descolonizadora, que respeite as diferenças, como Boaventura, Arroyo, Skliar e tantos outros. Segundo Santos (2007), o pensamento moderno ocidental é um *pensamento abissal*, que produz uma divisão da realidade social em dois lados: o *deste lado da linha* e o *do outro lado da linha*¹¹. Considerando inexistente e invisível tudo que extrapola “*este lado*”, isola-se o outro no silêncio de sua diferença, já que, sob a batuta dos saberes e cultura dominantes, não se possibilitam os meios para sua realização.

E é com o compromisso e o objetivo de criar espaços para outras histórias, outros saberes, outras vozes e novos protagonismos que, hoje, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), articulado ao OTSS e ao Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, composto por várias parcerias, como a UFF¹² e o CPII¹³, luta por uma Educação Diferenciada para todas as comunidades tradicionais. Resgatar e valorizar a cultura caiçara, apagada e destituída de seu valor diante da força homogeneizante da cultura hegemônica e de propor uma educação que desafie essa condição, é acreditar em sua força política e transformadora da realidade.

Com isso, respondo às perguntas iniciais que nortearam essas reflexões. Alinhando-me à perspectiva aqui apresentada, uno-me à crença de que é pela educação que os caiçaras, assim como os demais povos tradicionais e tantas outras minorias desfavorecidas e silenciadas, conquistarão espaços dentro e fora de seus territórios. Reitero que não se trata de buscar essencialismos identitários, cuja rigidez levaria a novos aprisionamentos. Mas é, sobretudo, pela possibilidade de

¹¹ Informação extraída do artigo “A comunidade Tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II”, 2016, vinculado ao Nepedif.

¹² Universidade Federal Fluminense – Angra – RJ.

¹³ Colégio Pedro II – Campus Humaitá I. Esse campus atende crianças do 1º segmento do Ensino Fundamental, enquanto o Campus Humaitá II atende jovens do 2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

se tornarem donos de sua própria história, livres para percorrerem com autonomia os caminhos escolhidos ou para reescreverem a história de sua comunidade.

Diante do imbricamento dessa desafiadora proposta pedagógica e o FCT, Movimento Social que agrega Angra, Paraty e Ubatuba na luta e proteção dos direitos das comunidades tradicionais, faremos uma breve incursão teórica sobre o tema “movimentos sociais” na seção seguinte.

2.3 Movimentos sociais

O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), que em julho de 2017 completou dez anos, vem se fortalecendo, com o apoio do OTSS/Fiocruz, e construindo redes de ações e interações que ampliam a mobilização e a luta pelos direitos e interesses comuns das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras das regiões.

Contemplando um dos objetivos do FCT, foi constituído o *Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada*, que agrega alunos e professores universitários de diferentes instituições, pesquisadores, representantes das comunidades, enfim, vários segmentos que se alinham ao desejo e ao reconhecimento da importância da luta por uma educação diferenciada nos territórios. Hoje, contando com as contribuições da UFF-Angra e do CPII¹⁴, instituições federais de ensino, vem se construindo uma arquitetura de ações e medidas junto às comunidades e à SME¹⁵, que tem por finalidade a efetivação desse projeto pedagógico e político de fortalecimento da cultura e identidade tradicionais. A partir de minhas participações nesse Coletivo, pude observar que ele se configura tanto como um espaço de planejamento de ações estratégicas, como também de trocas, formação e aprendizagem. Segundo Gohn (2011):

Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (...) Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o

¹⁴ Colégio Pedro II Campus HumaitáL.

¹⁵ Secretaria Municipal de Educação de Paraty – RJ.

chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

Paoli (1991) argumenta que, ao construir a noção de cidadania nos domínios da ação coletiva, os movimentos sociais exercem uma qualidade há muito tempo reprimida, ou seja, o exercício coletivo, e diferenciado, das faculdades políticas do cidadão comum.

Atualmente existe um grande debate acerca das “teorias dos novos movimentos sociais” (TNMS), assim denominados a partir da segunda metade da década de 80, devido à divergência teórica quanto ao uso do adjetivo “novo”. Como afirma Alonso (2009):

Vários autores (por exemplo, Plotke, 1990) seguiram nessa trilha, atacando a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos, argumentando que, em qualquer tempo, movimentos sociais combinam demandas materiais e simbólicas. Também denunciaram a visão idealizada do objeto, que teria levado a TNMS a buscar nos movimentos sociais um novo sujeito revolucionário, com a luta transposta do plano da economia para o da cultura; e mesmo a encampar acriticamente suas teses e categorizações, sobretudo o adjetivo “novo”.

Entretanto, o que me parece relevante para o contexto desta pesquisa, refere-se à compreensão de algumas características dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), podemos elencar duas abordagens distintas no Brasil: a culturalista e a marxista. No entanto, para os fins desta pesquisa, apenas será aprofundada a abordagem culturalista, por esta se alinhar à perspectiva dos movimentos que articulam as lutas dos povos tradicionais de Paraty, especialmente das comunidades caiçaras, foco deste estudo.

Para esses autores, ainda que diversas reflexões estejam na base da abordagem culturalista, pensadores pós-modernos, como Boaventura de Souza Santos, também a influenciaram, ao trazer para a cena “a valorização dos saberes, das visões de mundo e dos valores criados pelos sujeitos participantes nos movimentos sociais” (p. 331).

Numa abordagem culturalista, a afirmação e a constituição de identidades, a livre organização, as práticas democráticas e participativas de base, enfatizando sentimentos de comunidade, amizade, solidariedade, direito à diversidade e respeito à individualidade, são destacadas e valorizadas (p. 331). Este fato pôde

ser observado ao longo do processo deste estudo, quando algumas decisões eram adiadas devido à necessidade de consulta a membros comunitários que, por alguma razão, não estavam presentes, principalmente se a decisão referia-se à comunidade não representada naquele momento no Coletivo.

Alonso (2009), em artigo no qual discute as aproximações e divergências das teorias dos movimentos sociais (TMS), nos informa que, após os anos 60, uma nova configuração social apresentou-se, cuja centralidade deixou de ser a indústria e o trabalho, uma vez que os conflitos próprios desses espaços passaram a ser processados pelas instituições democráticas, como expansão dos direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários (p.60). Nessa nova configuração, a produção e o controle da informação determinam e influenciam as relações sociais cotidianas, provocando uma interpenetração entre público e privado, tornando a questão cultural. Com isso, novos atores coletivos surgem como porta-vozes das minorias e de seus projetos:

As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. (Idem, p. 90)

Mellucci (1988, apud Alonso 2009) defende os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva que é construída por atores sociais a partir da comunicação, interação, negociação de significados e avaliação. Ele destaca que nos novos movimentos sociais, o termo “agency”, ou seja, redes de relacionamento, seria mais adequado que “estrutura de mobilização”, pois é através das redes e de sua interação que a motivação para as ações coletivas são construídas. Como apresentado inicialmente, pude observar no campo de pesquisa que os movimentos sociais organizam-se em redes de contato, inclusive utilizando suporte tecnológico, como whatsapp, em que notícias e estratégias são divulgadas e mobilizações são realizadas a fim de buscar apoio e participação em conflitos locais.

“A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (Melucci, 1988, p. 342, apud Alonso, 2009).

Alinhado a essa perspectiva culturalista, Boaventura (2005) destaca que as novas formas de opressão, como guerra, poluição, racismo, machismo, entre outras, ultrapassam as relações de produção. Além disso, à medida que a regulação deixou de se restringir apenas ao modo como se trabalha e produz, e passou a determinar como se vive e descansa, ou seja, a vida social passou a ser também excessivamente regulada, a defesa “de um novo paradigma social, baseado na cultura e na qualidade de vida”, torna a denúncia dos novos movimentos sociais mais contundente contra esses excessos da vida moderna.

Por último, mesmo que as novas opressões não devam fazer com que se perca de vista as velhas opressões, a luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade ainda por construir. Ao contrário, a emancipação pela qual se luta, tem como objetivo transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não em um futuro distante. Ou a emancipação começa hoje, ou não começa nunca mais” (p. 178).

Para Montaño e Duriguetto (2011), prevalecem hoje, no Brasil, abordagens teóricas baseadas no eixo cultural, “relativas ao processo de construção de identidades, em que diferentes tipos de pertencimento são fundamentais – a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses etc” (p.332), rejeitando, portanto, abordagens totalizantes, como a de classes sociais proposta pela teoria marxista.

Em seu artigo, Alonso (2009) elenca definições de cultura que alimentam as discussões teóricas acerca dos movimentos sociais, oriundas da sociologia cultural. Abaixo apresentarei, de forma sucinta, essas definições que, de certa forma, também dialogam com as perspectivas linguísticas que estarão na base das análises interacionais desta pesquisa.

- Perspectiva cognitiva

Para alguns autores, os esquemas ou modelos mentais compartilhados, como percepção, processamento e armazenamento de informações formariam as bases culturais para a mobilização. Snow e Benford (1986, 1992, 2000, apud Alonso, 2009) utilizando e redefinindo o conceito de “frame” de Erving Goffman, como quadros interpretativos da realidade, analisam os movimentos sociais a partir dos enquadres criados, nos quais a complexidade social torna-se manejável pelos atores sociais na medida em que podem denunciar e apresentar problemas que necessitam de mobilização. Ou seja, há um enquadramento da questão em foco.

- Perspectiva performática

Essa corrente privilegia a prática ou “agency”. Também influenciada pela teoria goffmaniana da metáfora teatral, investiga a intencionalidade dos agentes e suas estratégias de ação. Essa abordagem considera a cultura um espaço de embates, mas também de organização. Ela “seria uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais e visões de mundo, que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações”.

- Perspectiva narrativa

Essa corrente debruça-se sobre a análise semântica dos textos dos ativistas. As histórias seriam o elemento persuasivo e organizador das experiências, construindo enredos e sentidos para o surgimento dos movimentos sociais.

- Perspectiva ritualística

As mobilizações seriam “rituais de encenação e atualização de significados socialmente compartilhados” (Alonso, 2009). Entendo que essa abordagem também se aproxima da perspectiva goffmaniana, que descreve e analisa os rituais de interação presentes na sociedade, relacionando-os às encenações teatrais.

- Perspectiva das emoções

Na contramão das teorias racionalistas, “as emoções seriam formas culturalmente construídas de compreender o mundo e expressar posições” (Alonso, 2009). Essa corrente entende que as emoções (afetos, traumas, desapontamentos, constrangimentos etc), quando tomados coletivamente, suscitariam a mobilização e o engajamento coletivos.

Salientamos que, embora haja discordâncias teóricas a respeito da existência ou não de “novos” movimentos sociais, nosso objetivo foi o de apresentar, mesmo que sucintamente, o que de relevante é trazido por essa abordagem teórica, devido a seu imbricamento com esta pesquisa. Entretanto, a exemplo de Montañó e Duriguetto (2011), acreditamos que a resistência e a luta dos que sempre ficaram à margem é histórica, independentemente das formas de organização e das denominações atribuídas aos velhos/novos sujeitos ou atores sociais.

E é com o compromisso de defender os territórios e os povos tradicionais, bem como promover o protagonismo desses atores sociais que o FCT, em 2014,

iniciou a campanha –“*Preservar é resistir*” –, unindo forças para assegurar a essas comunidades o direito à permanência em seus territórios e o acesso a políticas públicas diferenciadas, entre elas uma educação que respeite a diversidade cultural.

Passo agora à apresentação daquela que dá sentido e realidade a esta pesquisa: a comunidade caiçara.

2.4 Comunidades caiçaras

As comunidades caiçaras espalham-se pelo litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Surgiram à época da colonização e do intercâmbio entre os primeiros habitantes indígenas, colonizadores e, em menor escala, escravos africanos.

Foram reconhecidas pelo Decreto nº 6040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)¹⁶, passando a integrar o grupo de comunidades tradicionais constituído por indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Para Gomes da Silva (2016)¹⁷, o território constitui-se como um locus apropriado à reprodução física e cultural dos membros de determinada comunidade tradicional, portanto, fundamental para a construção simbólica de sua identidade.

O termo caiçara é originário do Tupi-Guarani caá-içara¹⁸, utilizado para denominar as estacas em torno das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores, na água, para cercar peixe. Mais tarde, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar canoas e objetos de trabalho dos pescadores. Posteriormente, ainda, passou a nomear os habitantes tradicionais dos litorais dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Paraná.

¹⁶ A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi instituída, em 2007, por meio do Decreto nº 6.040. A Política é uma ação do Governo Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-indigenas-povos-e-comunidades-tradicionais>.

¹⁷ Informação retirada do artigo “A comunidade Tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II”, 2016.

¹⁸ Idem.

Mestiços por natureza vivem em comunidades tradicionalmente voltadas para a pesca e para a pequena agricultura. A produção de farinha de mandioca era uma das atividades tradicionais e base da alimentação, além de peixe e banana, surgindo daí o típico prato caiçara conhecido por azul marinho. Detêm conhecimentos tácitos sobre a natureza, a ecologia da fauna e da flora, e sobre o mar, como previsão de chuva, ventos, marés, correntes marítimas¹⁹, fundamentais para a condução de barcos e para a pesca, mesmo atualmente. Seus saberes e tradições, transmitidos através de gerações, fundam-se na oralidade, presentes nas histórias e memórias dos mais velhos.

Entretanto, seu modo de vida tradicional vem sofrendo profundas mudanças desde a abertura da rodovia Rio – Santos (BR-101), na década de 70, trazendo expropriação e retirada de moradores locais, que passaram a viver, geralmente, na periferia da cidade de Paraty. Além disso, a facilidade de acesso a regiões de belezas naturais em excelente estado de preservação atraiu (e continua atraindo) grupos com interesses diversos. Desde então, as populações caiçaras vivem em constantes conflitos fundiários com grileiros e especuladores imobiliários, além de conviver com um turismo desordenado e predatório. Todas essas questões ameaçam gravemente sua identidade e seu direito à permanência nos territórios.

Siqueira (1984, apud Souza, 2017²⁰), em seu livro *O genocídio caiçara*, apresenta os conflitos territoriais com a empresa S.A. White Martins, com o grileiro industrial paulista Gibrail Nubile Tannus, que também se dizia dono das terras da comunidade da Praia Grande²¹, e o conflito entre os moradores tradicionais da região de Trindade²² com a holding Atlantic Development Group for Latin America (ADELA), composto por 227 empresas multinacionais, com sede em Luxemburgo.

Revisando a literatura disponível, foi possível reunir diversos estudos que versam sobre o tema das comunidades tradicionais, principalmente nas áreas de

¹⁹ Informações retiradas do documento “Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica do Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim”. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/reserva_ecologica_juatinga/caracterizacao_socioecu.pdf

²⁰ “Educação para permanecer no território”: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty, tese de Vanessa Marcondes de Souza, UFRJ, 2017.

²¹ Praia de Paraty habitada por caiçaras.

²² Idem

Geografia e Ciências Ambientais. Todos os estudos convergem para o assunto ora em pauta, ou seja, a transformação, precarização e o apagamento do modo de vida tradicional caiçara, bem como sua luta e resistência frente às pressões do mercado imobiliário, aos conflitos fundiários e ao desenvolvimento urbano nos moldes capitalistas, que descartam e oprimem minorias étnico-raciais. Alinhada a essas pesquisas, o que se quer evidenciar é o direito de escolha dessas comunidades em permanecer em seus territórios, direito historicamente constituído, contudo, permanentemente negado. Segundo Silva (2007, apud Mendonça, 2010²³),

“(...) persistem questões primordiais pendentes, como o acesso à terra, à saúde e educação diferenciadas, de condições mínimas necessárias para a permanência desses povos e comunidades em seus territórios e com sua identidade cultural preservada”.

Mendonça (2010), em sua pesquisa sobre a desterritorialização dos caiçaras, observou um silenciamento por parte de alguns entrevistados quando a pergunta girava em torno da saída do território, que, no contexto da pesquisa, era a comunidade caiçara da Praia Grande, também em Paraty:

Pode-se afirmar que muitos moradores procederam a um silenciamento. O silêncio sobre as reais causas da decisão por sair da Praia Grande referiu-se a um agente repressor que representa e detém um poder sobre os moradores; à desorganização interna da comunidade, que, pouco a pouco e por fatores internos e externos, desestabilizava as relações societárias; ou ainda a não identificação com um território familiar por tantas desagregações e transformações. (p. 110)

Outro aspecto relevante para o contexto atual dessas comunidades refere-se às leis ambientais que atravessam esses territórios, gerando conflitos internos com o Inea (Instituto Estadual do Ambiente) e com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Federal). Várias praias habitadas por caiçaras situam-se na Península da Juatinga, localizada no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty, área em que se sobrepõem duas legislações ambientais: A APA (área de proteção ambiental do Cairuçu, de competência federal) e a REJ (reserva ecológica da Juatinga, de competência estadual). O conflito legal que decorre dessa sobreposição deve-se à categoria das duas Unidades de Conservação. Enquanto a APA é *uma unidade de uso sustentável*,

²³ Extraído da dissertação “Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ” de Marina Mendonça, pela Universidade de São Paulo (USP), 2010.

que a admite a exploração do ambiente e a ocupação humana de maneira sustentável, a REJ é uma *unidade de proteção integral*, restringindo a permanência, a ocupação e a exploração em seu interior. Apesar de ter sido admitida a permanência de comunidades dentro da REJ, pelo menos até o momento, e de, no Decreto de criação desta Unidade de Conservação²⁴, estar previsto, em seu 4º parágrafo, que o estado:

(...) desenvolverá programa específico de Educação Ambiental, com o objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto.

Entretanto, o Inea vem atuando de forma rígida com os moradores, restringindo drasticamente a exploração e o manejo do ambiente, o que impacta diretamente o modo de vida dessas comunidades²⁵.

Além disso, a lei que reconhece e institui os caiçaras como comunidade tradicional, não prevê a territorialidade, como ocorre com indígenas e quilombolas. E, pelo fato de muitas famílias não possuírem documentos de propriedade, essas comunidades convivem com a insegurança e o medo permanentes de perda do direito de permanecerem em seus territórios, espaço de produção e reprodução de sua cultura e identidade.

Apresento a seguir algumas reflexões teóricas acerca de comunidade, fronteira e multiculturalismo que ampliarão nossos entendimentos e darão suporte ao processo analítico.

2.5 Comunidades em um mundo globalizado e multicultural

Vivemos em mundo globalizado onde nada é estável ou essencializado. As identidades tornaram-se fragmentadas, fluidas, entrecortadas pelo antagonismo, pela diferença e pelo conflito. Os espaços também perderam sua rigidez já que

²⁴ DECRETO ESTADUAL Nº 17.981, DE 30 DE OUTUBRO DE 1992. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_17981_1992_criare_serveecologicajuatinga_rj.pdf

²⁵ Extraído da dissertação “Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ” de Marina Mendonça, pela Universidade de São Paulo (USP), 2010.

multidões deslocam-se diariamente pelo mundo, trazendo consigo suas tradições, histórias e cultura. A cultura tornou-se móvel, dinâmica e plural.

Sob essa ótica antiessencialista, Bauman (2005, p.48) nos traz dois questionamentos que me parecem ser a síntese das reflexões acerca das identidades individuais e coletivas na pós-modernidade: “como alcançar a unidade na (apesar da) diferença e como preservar a diferença (apesar da) unidade?; como viver juntos com um mínimo de rivalidade e conflito, enquanto mantém inabalada a liberdade de escolha e autoafirmação?”

Deslizando o questionamento baumaniano em direção à comunidade caíçara, poderíamos nos perguntar: como ela se apresenta hoje: una, fragmentada, fluida ou conflituosa? O que pode ser negociado, transformado e o que deve ser mantido para a sobrevivência da comunidade?

Na definição desse autor, comunidade significa conhecimento compartilhado, do tipo “natural” e “tácito” e apresenta três características propostas por Redfiel (apud Bauman, 2003, p.17) que se unem na efetiva proteção de seus membros em relação às ameaças de seus modos habituais: i) distinção entre “nós e eles”; ii) pequenez, favorecendo comunicação com os de dentro e iii) autossuficiência, provocando isolamento em relação a “eles”.

Em tempos frenéticos e instáveis como o nosso, a palavra “comunidade” parece uma alternativa sedutora, remetendo-nos ao “paraíso perdido”. Mas Bauman (2005, p.68) destaca o sentido paradoxal e ambíguo dessa alternativa: se por um lado a comunidade representa acolhimento, pertencimento e segurança, por outro também é prisão, onde responsabilidades são assumidas e liberdades de escolhas renunciadas. Parece que estamos fadados a nos encontrar em encruzilhadas, sofrendo pelo excesso de responsabilidades e ansiosos por liberdades.

Hoje, os “muros” de proteção da comunidade parecem frágeis e a fronteira entre o de “dentro” e o de “fora” não pode ser mais estabelecida e muito menos mantida.

Mais do que com uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade *realmente existente* se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna. (Bauman, 2003, p. 19)

Segundo Bauman (2003, p. 18), a mesmidade/homogeneidade tende a desaparecer quando a relação e a comunicação entre “dentro” e “fora” se tornam mais fortes, e a distinção entre “nós” e “eles” embaçam-se. Até que ponto a proteção da comunidade contra forças assimiladoras da cultura dominante deve prevalecer em detrimento do direito de escolha dos indivíduos? Segundo Bauman (2003, p.125), “os dois direitos são difíceis de conciliar e de respeitar ao mesmo tempo.”

Skliar (2003, p. 97), numa relação dialógica com esse autor, propõe vários questionamentos sobre a espacialidade humana: seria ela homogênea, unicamente colonial ou multicultural? Seria uma espacialidade radicalmente distinta do espaço da mesmidade ou sua pluralização, repetição?

Para Skliar, “toda cultura é, por si mesma, em si mesma, originariamente colonial”, marcada por relações assimétricas de poder. É a imposição aos outros/colonizados “uma espécie de lei do mesmo: a mesmidade que persegue por onde quer que seja a alteridade como se fosse sua sombra” (2003, p. 104)

A espacialidade colonial é, diante de tudo, um aparato de poder que se articula e se sustenta a partir de um duplo mecanismo diferenciador: por um lado, a ilusão de reconhecer as diferenças do outro e de fazê-lo em sua aparência mais externa, na mímica de um diferencialismo racial, linguístico, histórico, sexual, cultural, etc.; por outro lado, e ao mesmo tempo, o de repudiar essas mesmas diferenças, dissimulá-las, mascará-las, desativá-las até convertê-las em puro exotismo, em pura alteridade de fora. (2003, p.105)

A inconsciência da colonização, muitas vezes invisível (e consentida porque invisível e inconsciente), bloqueia qualquer forma de resistência. O espaço colonial opera um processo de destruição e sepulcro da cultura local, forjando no colonizado o desejo de ser como os outros, “o sujeito colonizado deve desracializar-se e/ou desvestir-se e/ou desetnicizar-se e/ou dessexualizar-se, etc.; enfim, deve despojar-se de suas marcas e de seus traços culturais que constituem sua diferença” (idem, p. 109).

O autor alerta-nos para a incorreção do binarismo “igualdade/diferença correntemente utilizado. Segundo ele, igualdade deveria opor-se à desigualdade, enquanto diferença deveria opor-se à mesmidade, pois, considerando-se o valor da diferença, seria, no mínimo, incoerente e indesejável a relação com igualdade, já que esta representaria a mesmidade repudiada e aniquiladora da diferença (2003, p. 107).

Para ele, equivocadamente, a busca pelo reconhecimento e pela igualdade gera promessas ilusórias de equidade ao fixar-se apenas em práticas formais, administrativas e legais, que não promovem a autonomia e a realização das diferenças. Ou seja, perpetua-se a invisibilidade, a desorientação e o silenciamento, que produzem exclusão, assujeitamento e, portanto, a manutenção do espaço colonial. Sobre essa questão, Bauman (2003) acrescenta que a busca pelo reconhecimento precisa alinhar-se à justiça social e à redistribuição de renda, como forma de atenuar as desigualdades.

Skliar suspeita do multiculturalismo e questiona se o surgimento dessa nova perspectiva teórica mudou essencialmente o olhar sobre o outro diferente. Interroga-se se este não seria o “mais do mesmo”, quer dizer, o mesmo outro do espaço colonial. Aponta, inclusive, que essa nova perspectiva pode se tornar um discurso conservador na medida em que busca a equivalência e não o conflito. Há sempre o risco de que o “outro” multicultural seja rapidamente traduzido, como no modelo colonial, em categorias fixas e estáveis de raça, etnia, religião, sexualidade, classe social, gênero, idade, “[...] a tendência de fazer deles o mesmo outro volta todo discurso para seu trágico ponto de partida colonial, ainda que se vista com a melhor roupagem do multiculturalismo – e, inclusive, ainda que este seja igualitarista ou diferencialista” (p. 143).

Na concepção desse autor, a diferença na espacialidade pós-colonial será sempre política, uma força de irrupção que desconstrói a ideia de que é somente reativa e contestatória. O outro pós-colonial deseja a diferença, instala-se na diferença, vive a diferença. A potência existencial do outro já não pode ser mais ignorada, silenciada, aprisionada ou fixada:

O desvio para outros espaços, a irrupção dos outros, a heteronomia de pulsos diferentes: é o outro dessa diferença política uma passagem que atravessa? Uma fronteira que se torna um lugar a partir do qual algo, alguém começa a se fazer presente? Um entrelugar, um terceiro espaço que não é nem colonial, nem multicultural, nem anticolonial nem descolonizador?” (p. 146)

Talvez essa especulação de Skliar venha ao encontro do pensamento baumaniano que dá título a um dos capítulos de seu livro “Comunidades” - *Muitas culturas, uma humanidade?* - em que discute o valor do reconhecimento da diferença, sobretudo, para o fortalecimento de nossa dimensão humana.

E é com essa preocupação que Abu-Lughod em seu livro “Writing Women’s worlds” (1993) apresenta na introdução uma longa reflexão sobre os perigos de se representar culturas como “ficções homogeneizantes”, ou seja, de forma fixa e essencializada, e de se reificar fronteiras que segregam e reforçam exclusões, decorrentes de uma construção tipificada do “outro”. Essa tipificação camufla e invisibiliza diferenças e subjetividades, contradições e conflitos, genuinamente humanos. A autora reconhece no humanismo tácito um caminho para representações menos aprisionadoras e mais úteis:

O que pode ser necessário é um humanismo tácito, tornado politicamente útil, mas também limitado em seus efeitos pela localização da antropologia ao lado do poder em um mundo organizado de forma desigual ao longo de linhas de diferença "cultural".

Por outro lado, observa-se, nas comunidades tradicionais, a necessidade de reificação de algumas fronteiras (como forma de escapar das forças assimiladoras da cultura dominante e de um “essencialismo estratégico” (Spivak, 2010), como recurso político para a articulação coletiva em defesa de seus direitos. Mas, como a autora nos alerta, essa estratégia deve ser vigiada para que não se congele em uma posição de identidades essencializadas.

Passamos agora à apresentação do quadro metodológico que dá suporte ao estudo empreendido.

3

Metodologia

“Não existe nenhuma interpretação pura – na verdade, nenhuma metodologia, nenhuma teoria social ou educacional ou forma discursiva pode alegar uma posição privilegiada que possibilite a produção do conhecimento autorizado.(...) quer gostemos ou não, como intérpretes estamos todos destinados a fazermos uma análise a partir de dentro de seus limites e de olhos vendados.”

Denzin e Lincoln, 2006, p. 88

Como sumariamente apresentado no capítulo anterior, esta pesquisa debruça-se sobre a “roda de conversa” da qual participaram moradores da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba – Paraty – RJ, pesquisadoras do Nepedif²⁶ e membros do OTSS²⁷, gerada a partir da exibição do filme “Narradores de Javé”. Essa atividade, tomada aqui como um *evento de letramento*, será aprofundada e definida em seção posterior, ainda neste capítulo, como parte do percurso metodológico de geração dos dados que serão analisados.

Tendo em vista o interesse em construir conhecimento sobre a comunidade – quem são, como vivem, seus anseios, lutas e privações – para além de representações fixas ou imutáveis, como muito se perpetuou no “retrato” essencializado dos povos e comunidades que ficaram à margem nos processos históricos, esta pesquisa procurou analisar como os participantes constroem-se discursivamente a partir das narrativas que emergiram no contexto interacional, buscando compreender a complexidade identitária da comunidade em foco: entre o tradicional e o moderno.

²⁶ Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação Diferenciada vinculado ao Colégio Pedro II – RJ. Este núcleo tem por objetivo discutir e contribuir com teorias e práticas que valorizem a Educação Diferenciada. Está inserido no projeto de pesquisa e extensão do Colégio Pedro II – RJ – Campus Humaitá I. Designa-se dessa forma por referir-se ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, que atende crianças do 1º ao 5º ano.

²⁷ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – Paraty – RJ, entidade conveniada com a Fiocruz.

Utilizando as lentes sociodiscursivas como instrumento ampliador desse encontro situado, este estudo procurou responder a cinco perguntas geradas a partir da análise dos dados:

- i) Que narrativas emergem no contexto e o que elas nos informam sobre as experiências da comunidade?
- ii) Como a identidade dessa comunidade é construída discursivamente?
- iii) Como se alinham os participantes nessa construção identitária?
- iv) Que accounts são construídos nessas narrativas e qual a sua função?
- v) Como se dá a interação entre pesquisadoras e integrantes da comunidade?

No decorrer deste capítulo, serão apresentados a justificativa e os pressupostos metodológicos que orientam esta dissertação, bem como a perspectiva epistemológica com a qual se alinha. Em continuidade, discorrerei sobre o percurso da pesquisa, seus procedimentos, geração de dados e identificação dos participantes.

3.1 Justificativa da pesquisa

Inicialmente, esta pesquisa justificou-se devido ao compromisso assumido pelo Nepedif em contribuir para a construção de um Projeto Político Pedagógico Diferenciado para o primeiro segmento do Ensino Fundamental da escola municipal da comunidade do Pouso da Cajaíba. Tendo em vista esse compromisso, foi necessário buscar estratégias de aproximação com a comunidade, com o propósito de conhecê-la e com ela coconstruir conhecimentos que auxiliassem na elaboração desse novo plano curricular. O *evento de letramento* que aqui será analisado é fruto de uma dessas estratégias de inserção no campo de pesquisa.

Embora as bases do trabalho tenham se ampliado e modificado a partir deste ano (2017) – o foco não será apenas a escola municipal da comunidade do Pouso da Cajaíba, mas todas as escolas municipais da região da costeira de Paraty, além da proposta de sensibilização e formação continuada dos professores dessas

escolas – como já apresentado no capítulo 2 desta dissertação –, esse fato, a meu ver, não invalida a análise e as reflexões empreendidas. Como “outsiders”²⁸ envolvidas na proposta de revisão pedagógica para as comunidades caiçaras, todo conhecimento coconstruído na interação com os moradores do Pouso da Cajaíba, poderá contribuir tanto para a discussão e elaboração de um currículo diferenciado como para a formação de professores que atuarão junto às comunidades, o que permitirá revisar e reinterpretar os aspectos temáticos e identitários levantados por esta pesquisa.

Outro aspecto que me parece justificar sua relevância é o fato haver apenas um trabalho na área da Linguística Aplicada sobre o tema, cujos dados analisados foram gerados a partir de um diálogo gravado em 1988. Apresentando, pois, um distanciamento temporal e um percurso metodológico diferente do proposto aqui.

Articulando os estudos linguísticos aos sociológicos, antropológicos, jurídicos e ambientais, já existentes, como forma de promover a interdisciplinaridade entre os campos de conhecimento, esta pesquisa pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna epistemológica e metodológica.

Além disso, ainda sob o olhar da Linguística Aplicada, comprometida com a “renarração da vida social” (Moita Lopes, 2006), torna-se cada vez mais importante a abertura de espaços para as vozes inaudíveis dos sujeitos invisibilizados em nossa estrutura social.

3.2 Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa

Esta pesquisa está inter-relacionada aos estudos da linguagem e aos estudos culturais, uma vez que pretendeu investigar, discursivamente, através das narrativas, a construção identitária de uma comunidade socialmente desfavorecida, tendo sua condição tradicional entrecortada por processos de modernização e por aspectos legais que alteram seu modo de vida.

²⁸ “Conceito emprestado de Becker (2009 in Lewis, 2016) que se refere a pessoas que não vivem de acordo com certas regras estipuladas socialmente e que, por isso, são percebidas como pessoas que estão do lado de fora de um determinado grupo social.” Nota retirada da dissertação de Natália Cucinello Albuquerque, defendida e publicada em 2017, vinculada ao programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC Rio.

Elegendo o micro como espaço de investigação e privilegiando a perspectiva dos atores sociais, no caso, membros da comunidade caiçara, foi realizada uma microetnografia (Erickson, 2004) do evento realizado, observando o que acontece “no aqui e agora” da fala-em-interação (Garcez, 2014). Enquadra-se, portanto, no paradigma qualitativo e interpretativista de pesquisa social, que tem por objetivo “relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” e mais justa (Denzin e Lincoln, 2006, p.17). Segundo esses mesmos autores:

Os estudos culturais normalmente tendem a operar no que parece ser um caminho excêntrico, partindo do particular, do detalhe, de um pedacinho da existência comum ou banal, para então trabalhar no sentido de esclarecer a densidade das relações e dos domínios sociais que se entrecruzam e que os permeiam. (p. 327)

É nesse “pedacinho da existência comum” que este estudo se insere. Ao investigar a interação entre moradores da comunidade caiçara e pesquisadoras, não se pode deixar de constatar a natureza situada do conhecimento e de como este foi coconstruído na interação. Portanto, não se alinha a uma perspectiva de significado universal e absoluto, ao contrário, reafirma o caráter provisório e parcial deste, já que a realidade objetiva jamais pode ser captada integralmente (p.19). O conhecimento, pois, aqui produzido, é um recorte interpretativo da pesquisadora, sujeito constituído de crenças, valores e posicionamentos políticos, jamais isento e neutro diante de seu objeto de pesquisa, como acreditam os pesquisadores positivistas. Segundo Velho (apud Biar, 2012), “sendo o campo familiar ou exótico, é certo que a ele se impõe um ponto de vista, cuja análise relativamente objetiva pode ser mais ou menos ideológica e sempre interpretativista”, logo, aberta a outras possíveis leituras e interpretações.

Esta dissertação também se ancora na perspectiva epistemológica socioconstrucionista, ou seja, na crença de que o “mundo” se forma à medida que as pessoas o discutem e o contestam no âmbito linguístico-semântico (Fabrício, 2006). Como nos informa Denzin e Lincoln (2006, p.33), “não existem observações objetivas, apenas observações que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos”. Portanto, as histórias trazidas para análise foram o resultado da negociação de sentidos entre os atores sociais na interação, e do trabalho conjunto na criação das compreensões.

3.3 O percurso da pesquisa

Como já apresentado, ao assumirmos uma parceria com OTSS²⁹ e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)³⁰, tínhamos como compromisso contribuir na elaboração de um currículo diferenciado para a comunidade do Pouso da Cajaíba.

Diante disso, estabelecemos estratégias de aproximação com essa comunidade, a fim de gerar conhecimento a respeito dela, fundamental para qualquer discussão acerca de currículo. No entanto, as dificuldades encontradas tornaram o processo lento e pouco produtivo para as urgências da comunidade³¹.

O objeto de investigação desta pesquisa foi uma das estratégias adotadas pelas pesquisadoras no processo de aproximação e conhecimento da comunidade (cf. capítulo 2). Trata-se de um *evento de letramento*, cuja conceituação será feita na seção subsequente. Denominado por nós “Oficina de Narrativas”, este evento culminou em uma *roda de conversa* entre os caiçaras e as pesquisadoras, na qual os dados foram gerados.

Como a distância entre as cidades é enorme, aproximadamente 250 km e o serviço de telefonia na área é precário e inconstante, precisamos contar com a ajuda da escola e de parceiros na região para a divulgação do evento na comunidade, que ocorreu no dia 17 de outubro de 2016, no Pouso da Cajaíba, mais precisamente no espaço coletivo denominado “Casa da Cultura”:



Fonte: autora, out./2016

²⁹ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – Paraty – RJ. Entidade conveniada com a Fiocruz..

³⁰ Movimento social que reúne indígenas, quilombolas e caiçaras da região de Angra, Paraty e Ubatuba.

³¹ Fato já descrito no capítulo 2 de contextualização da pesquisa.

Para isso, foram elaborados e distribuídos cartazes convidando a comunidade para a exibição do filme “*Narradores de Javé*”, de Eliane Caffé, a fim de dar visibilidade ao evento e atrair os moradores da comunidade. A temática do filme centra-se na luta da comunidade de Javé para evitar seu iminente desaparecimento, devido à construção de uma represa na região. Nessa luta, os moradores tentam, ainda que de forma conflituosa e contraditória, reconstruir seu passado através das histórias/narrativas locais e, assim, afirmar sua identidade e seu direito territorial. A crença na possibilidade de uma identificação direta da comunidade com o enredo e os personagens da trama fundamentou nossa escolha.

No dia combinado, realizamos nossa viagem a Paraty – RJ, além da travessia de lancha até a praia do Pouso da Cajaíba. À hora marcada, 17h, só havia como audiência o público infantil, talvez atraído pela novidade e pela pipoca! Decidimos, então, projetar curtas voltados para essa faixa etária, cuja temática abordava questões de memória, sustentabilidade e diferença. Enquanto isso, aguardávamos, apreensivas, a chegada de mais participantes para o evento, temendo o fracasso de nossa proposição. Já era fato conhecido por nós a dificuldade de mobilização e engajamento da comunidade em atividades propostas no território. Entender os motivos dessa desmobilização e resistência era um dos desafios desta pesquisa.

Enfim, com o avançar da hora, aos poucos foram chegando mais participantes. Alguns, meio tímidos e ressabiados, nem quiseram assistir ao filme dentro da sala de projeção, preferiam ficar de pé, do lado de fora, assistindo pela janela ao fundo da sala. Tentamos convencê-los a entrar, mas nada adiantou. Outros chegavam, olhavam, como se inteirando ou avaliando a situação e tentavam sair. Estrategicamente nos colocamos junto à porta, na tentativa de persuadi-los a ficar para assistir ao filme. Tivemos sucesso com alguns e fracasso com outros. Contamos com a participação de treze moradores, sendo cinco adolescentes, cinco adultos e três professores da comunidade, além de quatro membros do Nepedif e três do OTSS. Por fim a sessão começou...



Fonte: autora, out./2016

Ao longo da exibição, pôde-se observar a atenção e o interesse demonstrados pelos participantes que, em diversos momentos, divertiram-se com o humor presente na história, interagindo com ela.

A seguir, procurarei expor, no limite das possibilidades teóricas, o que é letramento ou letramentos, elucidando as razões por que julgamos tratar a atividade realizada na comunidade como “*evento de letramento*”.

3.4 Evento de Letramento

Segundo Magda Soares (1999), a palavra *letramento* só chegou ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas na segunda metade dos anos 80, pela tradução do vocábulo inglês *literacy*.

A introdução desse novo vocábulo – a língua cria e recria significados a partir das transformações sociais e de suas necessidades de uso – trouxe fortes discussões teóricas em busca de uma boa e precisa definição para o termo. A dificuldade em delimitá-lo com precisão deveu-se ao fato de que o letramento “cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais” (Soares, 1999, p. 66).

Existem duas dimensões que atravessam as diferentes definições de letramento: dimensão individual e dimensão social. Enquanto a dimensão individual tratará das habilidades específicas e mínimas para considerar alguém

letrado, a dimensão social entende que letramento não é um atributo unicamente pessoal, mas, principalmente, social.

Entretanto, no interior da dimensão social do letramento também existem divergências. Nas palavras de Magda Soares:

“Os conceitos de letramento que enfatizam sua dimensão social fundamentam-se ou em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de letramento para o efetivo funcionamento da sociedade ou em seu poder “revolucionário”, ou seja, seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas.” (idem, p. 78)

Portanto, segundo essa autora, uma única definição consensual de letramento torna-se impossível.

A despeito do contexto controverso em que se situa o conceito, este estudo alinha-se à dimensão social “revolucionária”, amplamente difundida por Paulo Freire, por acreditar que toda atividade capaz de produzir reflexão sobre si, sobre o outro e sobre a realidade pode ser um instrumento de libertação e de transformação social.

O evento realizado na comunidade caiçara foi aqui caracterizado como letramento, pois, ao utilizar uma outra linguagem, a cinematográfica, os membros da comunidade puderam observar, sob outra perspectiva, a narração e a representação de histórias que em muitos momentos pareceram gerar identificação e reflexão, que acreditamos e desejamos, para além dos limites das discussões locais. São imagens, fatos e alternativas que levarão para suas vidas. Todavia, é importante deixar claro que não foi nosso objetivo avaliá-lo pedagogicamente, embora sempre haja essa inter-relação, mas investigá-lo discursivamente.

Esse evento, denominado por nós de “Oficina de Narrativas”, procurou estabelecer uma conexão temática entre a história ficcional e a própria história da comunidade, tendo por finalidade, não só expandir a compreensão do filme assistido, mas, principalmente, propiciar momentos de resgate de narrativas coletivas ou individuais, que compõem a memória da comunidade. Segundo Riessman (2008), contamos histórias para dar significado a nossas experiências, reivindicar identidades e (re)organizar nossa existência.

Foi possível também observar, em alguns momentos, que os jovens participantes da *roda de conversa*, puderam se surpreender diante de algumas histórias contadas pelos mais velhos. Letraram-se nas histórias de sua comunidade.

Esse evento, por fim, contribuiu também para nosso próprio letramento acerca dessa comunidade.

3.5

Geração de dados e procedimentos de pesquisa

A geração de dados ocorreu ao término da projeção, quando as pesquisadoras propuseram uma *roda de conversa* para a reflexão coletiva sobre o filme, explorando o imbricamento entre a “ficção” de Javé e a realidade do Pouso da Cajaíba. O início da discussão foi lento e tímido. Nenhum dos espectadores associou, imediatamente, o enredo do filme à sua própria história. Mesmo a partir de perguntas diretas e bem objetivas, como por exemplo: “Esse filme lembra alguma história sobre o Pouso?” A resposta foi sempre negativa: “Nada”. Como poderia ser interpretada essa negativa? Resistência em participar? Dificuldade em transpor a realidade ficcional para a realidade experiencial, não relacionando suas histórias a do filme proposto? Medo de se expor diante de nós, “os de fora”? Ou uma timidez típica de sujeitos que vivem à margem dos sistemas letrados convencionais?

Talvez estivessem apenas nos avaliando, ambientando-se àquela situação. Quem eram aquelas pessoas que queriam saber de nós? Para quê? Por quê? Embora tenhamos nos apresentado como professoras do Colégio Pedro II, integrantes do Nepedif e parceiras do OTSS, engajadas no projeto de educação diferenciada para a comunidade, ainda assim éramos estranhas, outsiders.

Gradativamente, a partir de perguntas feitas pelas pesquisadoras com o intuito de estimulá-los a falar, algumas histórias foram surgindo. As narrativas eleitas para análise nesta pesquisa foram autorizadas por seus autores, que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Esse termo também foi assinado por todos os participantes que, de alguma forma, tiveram suas falas trazidas para o escopo deste estudo. Por questões éticas, o nome dos participantes foi alterado com o objetivo de preservar suas identidades.

3.5.1 Resistência na participação

Como já mencionado na seção anterior, o início da conversa coletiva não foi espontâneo. Precisamos encorajá-los a participar por meio de perguntas bastante objetivas como: “Esse filme lembra alguma história sobre o Pouso? O que aconteceu de importante aqui no Pouso?” A princípio, na voz de um dos adolescentes, a resposta que sempre ecoava era: “Nada”.

Esse fato gerou certo constrangimento para as pesquisadoras e acredito que para todos. Não podemos dimensionar até que ponto essa postura demarca territórios, resistência ou apenas retrata a dificuldade do grupo presente em relacionar sua história a do filme exibido.

É fato que o percurso da pesquisa foi marcado por dificuldades de inserção no campo. Além da enorme distância entre as cidades e suas implicações financeiras e do ajuste de calendários devido às nossas atividades profissionais, essas atividades precisavam ser planejadas e construídas à distância, e, por isso, contávamos sempre com a ajuda e a colaboração de uma integrante do OTSS, que fazia a conexão e a divulgação das propostas no território.

Pude perceber, ao longo do processo de aproximação com a comunidade, em meio a conversas no campo e mesmo fora dele, que todas as atividades de pesquisa encontravam-se sob suspeita, devido a inúmeras ocasiões em que estas se deram de forma abusiva e desrespeitosa. A partir da análise dos dados, foi possível entender que essa postura de resistência à participação e ao engajamento adveio de experiências frustradas e, principalmente, traumáticas no contato com “os de fora”. Isso traz à tona nossa responsabilidade social como pesquisadores. O que para nós hoje é uma pesquisa, geração de dados, para eles é a exposição de suas histórias, expectativas, temores e desejos, aliados à esperança de uma melhor condição de vida.

Por estarmos numa relação de parceria com o OTSS e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), entidades que trabalham ativamente junto às comunidades tradicionais da região de Angra, Paraty e Ubatuba, parece que nossa inserção ganhou maior legitimidade. Contudo, não o suficiente para evitar os constrangimentos e mobilizar a participação da grande maioria dos comunitários

nas atividades, fato constatado no pequeno número de participantes em todas as propostas das quais participamos.

Outro fato que mereceu apreciação nesta pesquisa foi a participação conflituosa de um adolescente que liderava os demais, provocando inúmeras desordens nos turnos de fala e tumulto na audiência, sendo necessária, por vezes, a intervenção de pesquisadoras para que a qualidade da interação fosse mantida. O que significariam esses tumultos por parte do(s) adolescente(s)? No capítulo 6 retomaremos a essa questão, aprofundando a reflexão sobre ela.

Apesar das dificuldades encontradas, podemos considerar que esse pequeno evento mostrou-se rico em histórias que propiciaram conhecimento e letramento para todos os envolvidos.

Passo agora à apresentação dos participantes, que, generosamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

3.5.2 Identificação dos participantes

Alguns dos moradores que assistiram ao filme, mesmo que de pé, do lado de fora da sala de projeção, não participaram da roda de conversa ao término da exibição. Como já mencionado anteriormente, participaram desse momento interacional poucos membros da comunidade – crianças, adolescentes e adultos –, professores da comunidade, integrantes do OTSS, além das pesquisadoras do Nepedif.

Apresento a seguir a lista de participantes, porém, como o objeto de pesquisa não foi uma entrevista individual, não tive acesso a especificidades de todos os participantes, limito-me a descrever com algum detalhe apenas aqueles com quem, em momentos diversos, pude trocar conhecimentos.

3.5.2.1

Moradores do Pouso

•Tião – neto e filho de caiçaras. Vive no Pouso da Cajaíba desde o nascimento. Membro ativo do Fórum de Comunidades tradicionais e líder

da associação de moradores da comunidade. Responsável pelo projeto desenvolvido pelo OTSS de permacultura³² nas comunidades caiçaras.

- Rita – moradora do Pouso da Cajaíba desde bem pequena e casada com um caiçara. Hoje trabalha como merendeira na escola municipal da comunidade. Também é engajada nos movimentos sociais da região, através do Fórum de Comunidades tradicionais.

- Kátia – moradora do Pouso desde o nascimento, também atuante junto ao OTSS e ao Fórum de Comunidades Tradicionais.

- Rui

- Márcia

- João

- André

- Carlos

- Grupo de adolescente – Marcos, morou fora do Pouso por algum tempo; Mara, Beto, Diogo e Jorge, moradores do Pouso desde o nascimento.

3.5.2.2

Membros do OTSS

- Irene – pesquisadora da Fiocruz, atualmente atuando no OTSS em Paraty. Articuladora dos assuntos e eventos ligados à educação diferenciada.

- Armando – indígena membro do OTSS, hoje atuando como fotógrafo na área de comunicação.

- Viviane – Também membro atuante junto ao OTSS.

³² Voltada para a criação de ambientes sustentáveis (bioconstrução). Nas comunidades caiçaras, o OTSS desenvolve um projeto de saneamento ecológico, construindo fossas com folhas de bananeira.

3.5.2.3

Professores da Escola Municipal da comunidade

- Joana – professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental à época da geração dos dados. Atualmente, atua em outra escola da região.
- Neide – professora do segundo segmento do Ensino Fundamental, que teve início no ano letivo de 2016, após anos de luta para sua implantação na comunidade.
- Nelson – Também professor do segundo segmento do Ensino Fundamental, à época da geração de dados.

3.5.2.4

Pesquisadoras do Nepedif/ Colégio Pedro II

- Pesquisadora A – professora do 1º segmento do Ensino Fundamental, atuando como coordenadora pedagógica de Língua Portuguesa.
- Pesquisadora C – Também professora do 1º segmento do Ensino Fundamental, atuando como orientadora pedagógica.
- Pesquisadora F – professora do 1º segmento do Ensino Fundamental, atuando como coordenadora de turno.
- Eu, Jacqueline – atualmente atuando como orientadora educacional no 1º segmento do Ensino Fundamental.

3.6

Seleção e transcrição de dados

Como já mencionado anteriormente, o *evento de letramento*, por nós intitulado “*Oficina de Narrativas*”, foi composto pela exibição do filme “*Narradores de Javé*”, seguida de uma *roda de conversa*. Toda a interação foi gravada em áudio, no celular da pesquisadora, perfazendo 1h e 10min de gravação.

Para fins desta dissertação, foram analisados e transcritos apenas alguns excertos selecionados, embora todo o *evento de letramento* tenha sido contemplado neste estudo e componha seu contexto mais amplo. Trata-se,

portanto, de um recorte interpretativo proposto pela pesquisadora, postura que ratifica o posicionamento metodológico desta pesquisa.

Ao entrar em contato com os dados gerados, foi necessário observar que pontos e sentidos poderiam ser relevantes para o processo analítico. A justificativa para o recorte repousa no fato de as narrativas selecionadas contemplarem os objetivos desta pesquisa, bem como aspectos que, aos olhos desta pesquisadora, tornaram-se recorrentes e relevantes. Portanto, serão investigados accounts narrativos e embates discursivos entre os participantes, cujos posicionamentos divergentes a respeito da realidade local, atribuíram significados e sentidos distintos para alguns fatos narrados. Esse subsídio analítico reforça a crença de que toda realidade e conhecimento são sempre perspectivados. Esta pretensa análise foi ancorada na participação de dois moradores da comunidade: Rita e Tião.

Outro critério utilizado para a seleção dos dados deveu-se à relevância observada no trabalho de construção e proteção das faces³³ das pesquisadoras e da comunidade, sugerindo, a partir de alguns elementos emergentes nos dados, interpretações sobre a forma como os participantes construíram-se discursivamente na interação.

Segundo Bastos e Biar (2015), “embora se almeje observar recorrências e sistematizar interpretações há um grande cuidado com as generalizações fáceis, com a homogeneização e simplificação do que é observado”.

O processo de transcrição de dados também foi uma etapa interpretativa, já que a seleção é “guiada pelo olhar” (Bastos e Biar, 2015) e, acrescento, pela escuta da pesquisadora. Como técnica de transcrição, foram adotadas as convenções adaptadas da Análise da Conversa, anexada ao final da dissertação. Sempre que possível, serão evidenciados os aspectos prosódicos, embora a tarefa de transcrevê-los tenha sido complexa. Devido à agitação da audiência e à pouca hierarquização nas falas durante a *roda de conversa*, houve muita sobreposição, tornando algumas passagens incompreensíveis.

³³ Termo utilizado por Goffman em sua teoria sociológica interacional, que será aprofundado nos capítulos 5 e 6, e servirá de suporte para as análises.

Roda de conversa: narrativas do e no encontro

*Quando tinha mutirão,/ a vizinhança se unia;/ o povo com o enxadão/logo a roça se abria.
À noite vinha o fandango,/ para o povo se animar;/ tinha comida de sobra,/ e baile até o sol raiar.
A vida de caiçara/ era uma escola do povo/ o jovem aprendia com o velho, em volta do pé do fogo.
/ Hoje na cidade grande,/ o caiçara recorda; / pela voz do gravador, / o que ficou na memória(...)*

Paulinho Caiçara – Iguape/SP

Como já descrito nos capítulos anteriores, os dados desta pesquisa foram gerados na *roda de conversa* entre caiçaras e pesquisadoras, após a exibição de um filme, cuja temática da desterritorialização de uma “comunidade fictícia” (Bauman, 2005)³⁴ e os esforços desta para evitá-la, em muito se aproximam da realidade das comunidades caiçaras que, por motivos diferentes e diversos, também precisam buscar estratégias de luta e resistência para se manterem em seus territórios.

Acreditávamos que o filme seria um disparador para possíveis associações que facilitaríamos o surgimento de histórias sobre a comunidade. Ansiávamos por letrarmo-nos nessas histórias. Entretanto, como já descrito, o processo foi marcado pela inicial dificuldade e resistência de participação, que só foi vencida após a insistência do grupo de pesquisadoras, que articulava perguntas e mais perguntas, a fim de mobilizá-los.

Naturalmente, esse desconforto inicial, tanto para nós quanto para eles, deflagrava a fronteira invisível que nos separava. Mesmo sendo “conhecidas” por muitos dos que se propuseram a estar ali, nossos laços e conhecimentos eram frágeis e superficiais. Como “outsideres” que éramos, sabíamos que estávamos naquele encontro para ouvir suas histórias. Caminhávamos todos num terreno movediço, entre tentativas de aproximação e resistências, buscando construir a interação. Certamente, contar histórias requer, por vezes, um nível de

³⁴ Referência às ficções de identidades e nacionalismos trazidas pelo autor no livro “Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi” (2005).

cumplicidade e intimidade que verdadeiramente não tínhamos. Creio que era disso que insistentemente as resistências e os silêncios nos falavam... Já não são mais tão ingênuos a ponto de creditarem confiança indistinta em indistintas pessoas que por lá passam, interessadas em suas vidas. Aprenderam a desconfiar e a se proteger.

Finalmente, com a passagem do tempo e com a acomodação de todos a ele, pudemos compartilhar lembranças de vida vivida, através das pequenas narrativas que foram surgindo como respostas às perguntas introduzidas pelo grupo de pesquisadoras. Mesmo não podendo restaurar a totalidade da confiança perdida, naquele encontro, num esforço mútuo, uma pequena parte pôde ser restaurada. Isso aumenta nossa responsabilidade como pesquisadoras diante do compromisso assumido e desta pesquisa que, de forma incompleta e limitada, propôs-se a construir inteligibilidade acerca dessa comunidade, investigando essa interação com lentes sociodiscursivas.

Como já apresentado na introdução (capítulo 1) deste estudo, os capítulos 4, 5 e 6 apresentarão simultaneamente análise e teoria, de forma a estabelecer um diálogo entre ambos. Organizando a análise em três lâminas (Biar, 2012), pretendeu-se investigar o mesmo evento comunicativo, a partir de três recortes: narrativas, embates e resistências que emergiram nele.

Neste capítulo, reunimos narrativas da comunidade que tensionaram o tradicional e o moderno, por dialogarem com o objetivo mais amplo desta pesquisa e como forma de responder à primeira pergunta de pesquisa: i) Que narrativas emergem no contexto e o que elas nos informam sobre as experiências da comunidade?

Para atender a esse objetivo, contou-se com o rico instrumental da Análise de Narrativas, cujo expoente fundamental é Labov. É no entrelace da proposta laboviana e as novas concepções sobre narrativas (Bruner, 1997, Bamberg e Georgakopoulou, 2008, Riessman, 1993, Bastos 2004, 2009 entre outros), ou seja, entre a forma e a função, que tentaremos conduzir e estruturar as análises nesse capítulo.

4.1 Entrelaçando teorias

Alinhada à perspectiva de que contamos histórias como forma de dar sentido à vida e ao mundo que nos cerca (Bruner, 1986, apud Moita Lopes, 2001), esta pesquisa está ancorada na premissa de que as narrativas, sendo uma prática social, organizam nossas experiências e nossos discursos, agindo, pois, interventivamente na realidade. Navegam no tempo e no espaço, integrando passado e presente, assumindo, assim, sentidos diversos a depender do contexto e dos sistemas simbólicos de produção. Como nos informa Biar (2012):

(...) enfatiza-se o caráter agentivo da atividade narrativa, que, seja pela criatividade (Riessman, 1993), pelo fluxo de emoções (Bastos, 2005), ou pela cultura, é capaz de reestruturar a experiência, de modo que, sob o olhar de Bruner, mesmo a memória de nossas experiências (as quais relatamos nas narrativas) é moldada e entendida pela participação em sistemas simbólicos de produção e interpretação situada de significado.

Sua relevância tornou-a objeto de análise para diversas investigações, que têm por finalidade refletir sobre a dinâmica entre linguagem e sociedade (Bastos e Fabricio, 2009). Segundo as autoras, “práticas discursivas, práticas identitárias e mundo social se encontram entrelaçados, em permanente relação de implicação mútua, já que constituem e são constituídos uns pelos outros” (2009, p. 40). Segundo Bastos e Biar (2015):

Nas últimas décadas, nas ciências humanas e sociais, com a chamada virada discursiva, tem crescido o interesse pelo estudo de narrativas que emergem de contextos espontâneos, institucionais e de pesquisa. Áreas tão diversas como a educação, a história, a psicologia social, a administração de empresas e a antropologia vêm, recentemente, reconhecendo essa forma discursiva como um objeto privilegiado da pesquisa social.

As narrativas, sendo uma prática discursiva, “são um lócus privilegiado da compreensão da relação entre discurso, sociedade e identidade, pois, ao reconstruírem a experiência, organizam nossas ações, nossa percepção de mundo e nossas ficções identitárias” (Bastos e Fabricio, 2009, p. 42). Por meio das histórias, nossas e de outros, podemos nos reportar ao passado e nos projetar ao futuro, ao mesmo tempo em que (re)construímos discursivamente nossa identidade e a dos outros.

A sociolinguística inaugura os estudos narrativos a partir das pesquisas e estudos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Segundo os autores, a narrativa de experiências pessoais seria a recapitulação dessas experiências passadas, organizadas temporalmente, e a tradução de como os eventos realmente ocorreram. Para eles, uma história deve seguir a sequencialidade cronológica. A ordem dos eventos seguiria um percurso linear e sua alteração comprometeria a interpretação semântica original (Riessman, 1993). Para Labov, toda narrativa possui um ponto, uma razão de ser contada, ou seja, reportabilidade.

Seus estudos apontam para elementos recorrentes e estruturadores das narrativas, sendo eles: *sumário*: resumo do que será narrado, com a introdução do assunto e do por que a história deve ser contada; *orientação*: série de dados contextuais referentes a “o quê”, “quem”, “quando” e “onde” aconteceu a história; *ações complicadoras*: quando o narrador passa a contar o que aconteceu; *avaliação*: momento da história em que o narrador introduz sua perspectiva, expressando o ponto central da narrativa; *resolução*: parte que aponta para o resultado das ações complicadoras e *coda*: parte opcional da narrativa, que transporta a audiência do tempo da história para o tempo real.

Na subseção de análise, serão investigados alguns desses elementos estruturadores da narrativa, procurando destacar a função destes na construção discursiva dos participantes. Observaremos principalmente os pontos que se tornaram relevantes, bem como de que forma os atores sociais posicionaram-se avaliativamente em relação a esses pontos narrativos.

4.2 Narrativas: novas concepções

Com o passar do tempo e o avanço dos estudos narrativos, o modelo canônico postulado por Labov tornou-se problemático e foi fortemente criticado por seus sucessores, principalmente por não ter privilegiado o contexto interacional em que as narrativas surgiam e por acreditar na ocorrência verdadeira dos eventos narrados.

Autores como Riessman (1993), Bruner (1997), Norrick (2000), Bamberg e Georgakopoulou (2008), Moita Lopes (2001, 2006), Bastos (2004, 2009, 2015)

desenvolveram estudos posteriores, que divergem de Labov, por entenderem as narrativas não apenas como recapitulação fiel de experiências passadas, mas, sobretudo, como uma atividade que (re)constrói experiências, reais ou não, situadas social e historicamente.

Sobre a veracidade dos fatos narrados, Riessman (1993) adverte-nos sobre o risco representacionista da narrativa. A imaginação e a agência humanas determinam o que deve ser incluído ou excluído em uma história, logo, a narrativização da experiência não apenas a recapitula, mas a recria. E ao recriá-la, também é possível projetar ficcional ou idealmente uma imagem de si mesmo, aspecto bastante discutido nos estudos sociológicos de Goffman (1959) sobre a representação do self, “sentido subjetivo de si que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais. (Biar, 2012, p. 48), tema que será melhor explorado em capítulo posterior.

Ainda segundo Riessman (1993), assim como Bruner (1997), uma narrativa independe de seu aspecto verdadeiro ou falso, pois quando alguém conta uma história, já está apresentando sua interpretação sobre determinado evento. O significado, pois, não é fixo e universal, mas sim fluido, contextual e situado. Consequentemente, os significados construídos nas narrativas são representações parciais e selecionadas da realidade.

Além disso, ao descontextualizar as narrativas, privilegiando sua estrutura, Labov torna secundário o contexto em que emergem e as razões que as fazem ser contadas. Com isso, reduz a potência analítica desse instrumento, limitando sua possibilidade de compreensão do mundo e da vida em sociedade. As narrativas, além de situadas em contextos micros – interações –, também se situam nos macro-discursos social, cultural e institucional (Riessman, 1993).

Em seus estudos na área da psicologia social, Bruner (1997), define a narrativa como uma prática social, que opera com significados públicos e compartilhados. Nas palavras de Biar (2012):

(..) os significados atribuídos às experiências humanas são públicos, construídos intersubjetivamente, a partir de sistemas interpretativos culturais baseados em modelos cognitivos ou esquemas de conhecimento (crenças, desejos, etc), compartilhados no senso comum. São as narrativas, então, mecanismos de construção que organizam – ou conformam – a experiência, por natureza porosa e descontínua, nesses sistemas.

Seguindo essa linha socioconstrucionista da linguagem, para o autor as narrativas não operam apenas na construção do real, mas o recriam, subordinadas ao conjunto simbólico e compartilhado da cultura para que possam ganhar sentido, ao invés de simplesmente sequencializar eventos reais (apud Biar, 2012). Portanto, ao criar uma história, estamos, de forma agentiva, agindo socialmente e manipulando a realidade (Moita Lopes, 2001).

Destaco também outra contribuição de Bruner (1997, apud Moita Lopes, 2001) sobre a natureza dual das narrativas, isto é, quando dois mundos atuam simultaneamente, embora possam se entrecruzar: o mundo da história em que esta está sendo contada (interlocutores) e o mundo da história relatada (personagens), como poderemos observar em uma das análises propostas.

Outro aspecto importante a ser considerado, ao investigar e analisar narrativas, é a falácia da neutralidade. Sendo fruto de uma interação, seus sentidos são constantemente negociados e a possibilidade de interpretações encontra-se vinculada à própria visão de mundo e aos valores do pesquisador, também imerso em um contexto sócio-histórico.

Como podemos observar, estudos posteriores ampliaram o alcance das análises narrativas. Certamente não se trata de desmerecer as abordagens pioneiras de Labov, até hoje utilizadas como suporte analítico. Entretanto, nem todas as narrativas seguem o modelo prototípico laboviano, como poderá ser observado nos dados que serão analisados. As avaliações, por exemplo, podem ocorrer em vários momentos da narrativa, não estando fixa em um determinado padrão estrutural.

No cenário contemporâneo, novas formas não canônicas agregam-se aos estudos narrativos, como narrativas habituais, em que os eventos se repetem sem que haja ações complicadoras; narrativas hipotéticas, em que os eventos não aconteceram e narrativas topicalizadas, em que eventos passados conectam-se tematicamente (Riessman, 1993). Ou seja, pequenas histórias (Bamberg e Georgakopoulou, 2008), que até então permaneciam à margem, contudo intensamente presentes nas interações, assumem relevância nas pesquisas. As narrativas, portanto, não existem autonomamente a priori, elas se constituem no “aqui e agora” da interação.

Poderemos observar nos dados sob análise, que as pequenas narrativas referem-se a eventos passados que, de alguma maneira, conectam-se

tematicamente, apresentando tópicos alinhados, ou mesmo a ações recorrentes ou habituais sem que apresentem uma estrutura canônica.

A motivação para a escolha de pequenas histórias deveu-se apenas a sua recorrência nos dados que compõem este estudo.

4.3 Pequenas histórias

Bamberg e Georgakopoulou (2008) interessaram-se em pesquisar as pequenas histórias, denominando-as dessa forma por literalmente reportarem-se às histórias curtas e, metaforicamente, por representarem aspectos fugazes da experiência vivida, em consonância com a pós-modernidade.

(...) temos empregado "pequenas histórias" como um guarda-chuva, termo que captura uma gama de atividades narrativas sub-representadas, tais como citações de eventos em curso, eventos futuros ou hipotéticos e eventos compartilhados (conhecidos), mas também capta alusões a cenas (anteriores), aferimentos de falhas e recusas a contar. (p.381)

Apesar de elas não trilharem o modelo canônico proposto por Labov, é bastante comum encontrarmos algum(ns) dos elementos estruturadores da narrativa, aspecto que poderá ser observado nas análises que compõem este estudo.

Essa nova abordagem permite ao analista ampliar seu espectro de análise, já que não precisa mais se deter apenas aos aspectos estruturais da narrativa, nem selecionar somente aquelas que sejam canônicas. Privilegiar a análise de pequenas histórias é compreender que elas são parte constituinte da interação, e que, embora breves, desempenham uma função no contexto. Além disso, é através delas que os narradores constroem os sentidos de quem são (Bamberg e Georgakopoulou, 2008, p. 382).

Portanto, as pequenas narrativas também são vistas como uma construção social e não mais como uma representação do que aconteceu (Bastos, 2004), corroborando com a visão socioconstrucionista do discurso à qual se alinha esta pesquisa. Não há discurso sem a alteridade; é na interlocução que os discursos são coconstruídos de forma dialógica. Nesse sentido, Moita Lopes, destaca que:

(...) além de sua natureza representacional, o discurso é caracterizado por ser constitutivo da vida social. Isso quer dizer que a compreensão do discurso como

coconstrução social implica que o discurso é ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social. (2001, p. 59).

Alinhando-se a Riessman (1993) e Bruner (1997), Moita Lopes sublinha a impossibilidade de um discurso ocorrer em um vácuo social, isto é, sem inseri-lo na história, na cultura e na instituição. Ao negligenciar essa inserção, corre-se o risco de “apagar as marcas sócio-históricas que nos fazem ser quem somos e nos posicionam no mundo social” (2001, p. 58). Sendo a narrativa uma prática socialmente constituída e organizadora do discurso, também precisa ser analisada dentro dessas esferas macro-discursivas para que não se torne estéril e cumpra sua função agentiva de (re)construtora da(s) realidade(s).

Passo agora à análise de narrativas que dialogarão com as teorias aqui apresentadas.

4.4 Entre a tradição e a modernidade

Nesta seção serão analisadas pequenas narrativas que emergiram na interação entre as pesquisadoras e caiçaras do Pouso da Cajaíba. Como já dito anteriormente, os dados foram gerados a partir de um *evento de letramento* – Oficina de Narrativas – proposto por nós, que culminou na *roda de conversa*, após a exibição do filme *Narradores de Javé* (Cf. capítulo 3). Esse evento teve por objetivo propiciar a reflexão e discussão de experiências vividas pela comunidade e, com isso, coconstruir conhecimentos sobre sua realidade.

Como já dito no início do capítulo, as narrativas escolhidas para compor esta seção tensionam a tradição e o moderno, apresentando-se como metanarrativas da modernidade, nas quais os participantes ancoram essa tensão e apontam as mudanças locais dela decorrentes. Priorizamos, nesta primeira lâmina de análise, lançar um olhar para essas narrativas trazidas pelos atores sociais, por elas evidenciarem a complexidade identitária de uma comunidade que vive esse antagonismo, por vezes contraditório, entre outros presentes na análise.

Lançando mão de alguns elementos labovianos de análise das narrativas, investigaremos como elas se estruturam, evidenciando *os pontos, as avaliações e orientações* a fim de observar a função desses elementos na construção discursiva dos participantes, bem como as relações macro-discursivas que se estabelecem.

Importante destacar que essas pequenas narrativas surgiram em atendimento a certas perguntas feitas pelas pesquisadoras no contexto interacional, que, como poderá ser observado, atuaram colaborativamente na construção das mesmas.

Já na *roda de conversa*, após a exibição do filme, as pesquisadoras tentavam encorajá-los a falar a partir de algumas perguntas. Nesse momento conversava-se sobre algumas mudanças ocorridas na comunidade ao longo do tempo. Tião, participante mais velho e ratificado por todos, é quem toma o turno e elabora uma resposta.

O primeiro excerto é constituído por duas pequenas narrativas de Tião, que se estruturam nas linhas 3 a 9 (primeira narrativa) e nas linhas 11 a 29 (segunda narrativa). É possível observar que essas narrativas estruturam-se a partir de dicotomias, como: interno/externo; dentro/fora; passado/presente; coletivo/individual, entre outras.

Excerto 1: A coletividade era um ajudar o outro

1	Pesq.J	e por que você acha que tá mudando? no
2		que você acha que tá mudando?
3	Tião	o que que tá mudando... (0.4) é...o...vai
4		chegando o (0.3) desenvolvimento que
5		fala, né? que... é (0.4) a chegada do
6		turismo mudou muito...é porque antes era
7		só rancho de praia de pesca que tinha na
8		praia. hoje virou tudo bar e agora tá
9		virando:: pousada, tá virando comércio.
10	Pesq.A	que que é um rancho de pesca?
11	Tião	rancho de pesca é onde guardava as canoa,
12		guardava as () de sapê
13	Rita	e não era fechado, né?
14	Tião	e não era fechado, ()
15	Pesq.A	[e isso era coletivo,
16		tião?]
17	Tião	não, cada um pagava o seu, cada um tinha o
18		seu. (0.2) mas a única coisa que era [co]
19	Rita	[mas]
20		não deixava o outro pagar
21	Tião	é, a única coisa que era coletivo, se eu
22		precisasse guardar minha canoa dentro de
23		um rancho desse tava disponível ali pra:
24		guardar. e: assim... a coletividade era a
25		gente um ajudar o outro
26	Pesq.J	e hoje, não tá assim não?
27	Tião	nã[o]
28	Pesq.J	[não]
29	Tião	hoje tá todo mundo individual
30	Audiência	tá cada um por si

A primeira narrativa, linhas 3 a 9, apresenta como *ponto* a chegada do turismo e as mudanças negativas promovidas por ele “*que...é (0.4) a chegada do turismo mudou muito...*”. (linhas 5 e 6). Seu ponto, além de estabelecer uma relação com o “suspeito” desenvolvimento, introduzido no sumário, é também avaliativo, evidenciando a dicotomia interno/externo; os de dentro/os de fora.

Ao utilizar-se do advérbio “muito”, Tião destaca a chegada do turismo como o elemento articulador de grandes mudanças internas na comunidade com o trânsito de pessoas externas no território.

A construção do sumário de forma interrogativa “*né?*” em “*... vai chegando o desenvolvimento que fala, né?*” (linhas 3 e 4) parece trazer implícita uma avaliação sobre esse tal desenvolvimento: quem fala? Que desenvolvimento é esse? Parece ser ele inevitável e apontar para perdas devido a influências de forças colonizadoras que alteraram o modo de vida tradicional na comunidade. Importante destacar que sua narrativa é inicialmente marcada por pausas, espaços “*o que que tá mudando...(0.4) é... o...*”, que podem demarcar certo desconforto, constrangimento ou nostalgia ao tratar da questão.

Através de um *account*³⁵ narrativo (explicação), a ação complicadora é apresentada “*é porque antes era só rancho de praia de pesca que tinha na praia*”, acompanhada de orientações espaciais e temporais: “*na praia*” e “*antes*”. Finalizando sua narrativa, apresenta a resolução: “*hoje virou tudo bar e agora tá virando.: pousada, tá virando comércio*”. A orientação “*hoje*” contrapõe-se à anterior “*antes*”, marcando o deslocamento temporal (passado/presente) e suas consequências com a chegada do turismo. Podemos também observar que em sua resolução parece haver uma hierarquização dos termos, ou seja, uma gradação – virando bar, pousada, comércio – sendo este último, “*comércio*”, a síntese e o clímax das outras duas. A palavra “comércio” parece trazer uma avaliação negativa, já que, por ser uma atividade centrada em trocas financeiras e em lucro, gera disputas e competições internas, opondo-se ao sentido de comunidade, como poderá ser observado na análise da próxima narrativa.

A segunda narrativa de Tião, linhas 11 a 30, apresenta como ponto o sentido coletivo do rancho de pesca, ou seja, seu ponto destaca, em contraposição, o

³⁵ Categoria de análise que será mais aprofundada no próximo capítulo.

enfraquecimento do sentimento de coletividade “*a única coisa que era coletivo*” (linha 21). Pode-se observar que sua narrativa inicia-se a partir da pergunta da pesquisadora sobre o que era “rancho de pesca” e que, neste momento da interação, há cooperação entre narrador e audiência na coconstrução da narrativa.

Nessa segunda narrativa de Tião, uma prática tradicional é rememorada (passado) e na sequência são apresentadas a ação complicadora “*se eu precisasse guardar minha canoa dentro de um rancho desse tava disponível ali pra: guardar*” e a resolução “*e: assim... a coletividade era a gente um ajudar o outro*”. Na linha 26, a pesquisadora reorienta a narrativa para o presente “*e hoje, não tá assim não?*” E uma nova resolução é construída por Tião “*hoje tá todo mundo individual*” (presente). Esta parece sintetizar sua percepção da comunidade, portanto, bastante avaliativa, com a qual se alinha a audiência em “*tá cada um por si*” (linha 30).

Tomando-se as duas narrativas em conjunto, percebe-se que a inter-relação entre elas está apoiada nas oposições trazidas por Tião em seu discurso, ao descrever o “**hoje/presente**” e o “**antes/passado**”.

No quadro a seguir, apresento as oposições construídas por Tião e como elas estruturaram-se nas narrativas.

Elementos estruturadores da narrativa	1ª narrativa	2ª narrativa
Ponto	Chegada do turismo e as mudanças negativas promovidas	Coletividade do rancho de pesca
Orientação	Hoje/presente	Antes/passado
Resolução	Tudo virou comércio(relações mercantilistas e individualistas)	Um ajudava o outro (solidariedade)
Avaliação	Negativa	Positiva

Essas dicotomias apontam para o sentimento de perda do sentido de comunidade, entendida *antes* como cooperativa e solidária e, *hoje*, comercial e individualista. Segundo Nubia Jacques Hanciau, em seu artigo “O entre-lugar”

(2005)³⁶, “anulando fronteiras tradicionais, unem-se conceitos que se excluem mutuamente, com o objetivo de produzir novos sentidos”.

Como mover-se entre culturas e modos de vida diferentes sem se alterar? Como evitar (ou não) novas formas de organização e sobrevivência? A travessia de fronteiras – tradicional/moderno, passado/presente, os de dentro/os de fora (turistas), individualismo/coletividade – é um permanente desafio, onde se encontram em jogo forças de dominação e de resistência.

No próximo excerto, a conversa girava em torno do desejo de permanecer ou não no território. A pesquisadora encaminha uma pergunta aos jovens presentes, mas estes não constroem narrativas (pois, segundo Labov, uma narrativa mínima deve ser composta por pelo menos duas orações sequenciadas temporalmente). Quem os salva e assume o turno é Kátia, mulher adulta que tem uma filha. Sua narrativa apresenta uma estrutura não canônica, com ações genéricas e recorrentes, construídas no tempo presente. Poderemos observar que mais uma dicotomia é trazida pela narradora: a oposição entre cidade (fora) e território (dentro).

Excerto 2: Todo mundo tá tomando conta

31	Irene	você tem vontade de sair do ousó?
32	Jovem	não.
33	Irene	por quê? você acha que vai morar aqui pra
34		sempre?
35	Jovem	vamo vê, né
36	Audiência	risos
37	Irene	você não quer, né?
38	Jovem	é
39	Pesq. A	e por que você não quer sair daqui?
40	Jovem	porque é tudo, né, aqui, né
41	Kátia	a gente conversa muito eu e a mãe dele
42		ele tá sempre presente nas nossas conversas
43		(pausa) sobre tudo, né? vai sair daqui pra
44		cidade, o que acontece lá... a gente vai
45		vendo e vai falando, né. e a mesma dor de
46		cabeça que a mãe dele tem dele sair é a
47		mesma quando eu saio ou a minha filha sai
48		pra paraty, a gente fica tudo falando, né
49		“ai, meu Deus, () pessoa vai fazer em
50		paraty? vem pra’qui porque aqui, tipo, o
51		marcos, tá todo mundo vendo, tão falando,

³⁶ In: FIGUEIREDO, E. *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói: Ed. UFF, 2005, p. 215-141. GT ANPOLL – RELAÇÕES LITERÁRIAS INTERAMERICANAS. Hanciau é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande/RS.

52		tão falando brigando
53	Audiência	todo mundo tá tomando conta
54	Kátia	todo mundo respeita
55	Rita	se, tipo o luan vai pra praia eu sei que
56		vai ter alguém lá que vai tá olhando hhhhh
57	Pesq. A	então isso, isso de alguma forma ainda é um
58		pouco, né, o que o Tião contava, né,
59		isso de todo mundo olhar, né, de todo mundo
60		saber. ainda se preserva isso

A narrativa de Kátia inicia-se na linha 41. O ponto da narrativa, mais uma vez traz explicitamente uma oposição: território/cidade “*Vai sair daqui pra cidade, o que acontece lá*”. A cidade representa perigo e o território, proteção. Entretanto, como nos informa Bauman (2003, p. 23), “hoje, os “muros” de proteção da comunidade parecem frágeis e a fronteira entre “o de dentro” e “o de fora” não pode ser mais estabelecida e muito menos mantida.” Em um mundo marcado pela fluidez das fronteiras é possível se concretizar essa idealizada proteção? De que proteção estamos falando, se o território é constantemente invadido por turistas e as trocas culturais (e talvez perigosas) também se realizem dentro do território? Como evitá-lo (o perigo trazido pelos “de fora”) se cada vez mais a comunidade torna-se dependente do turista para sobreviver?

Sua narrativa constrói-se, como já dito, por meio de ações genéricas e recorrentes que trazem algumas avaliações negativas quanto à saída do território, “*e a mesma dor de cabeça...*” “*ai, meu deus...*”, sendo a última em fala reportada, ou seja, narradora dá voz às pessoas que ficam falando para não ir à cidade. Com esse recurso narrativo, Kátia não só avalia negativamente a saída do território, como cria maior dramaticidade, visando, talvez, chamar a atenção da audiência e convencê-la sobre o ponto de vista apresentado. Sua narrativa encerra-se com a resolução “*todo mundo respeita*” (linha 54), em que esse comportamento da comunidade é positivamente avaliado por ela.

Ao final da interação, uma das pesquisadoras toma o turno e constata que valores tradicionais e comunitários ainda estão presentes na comunidade, como o respeito, a confiança e o cuidado no trato com jovens e crianças, alinhando-se à narradora. Ao trazer sua constatação, cria uma *coda* para a narrativa de Kátia, regressando ao “aqui e agora” da interação. Além disso, estabelece uma relação dialógica e antagônica com a narrativa de Tião (excerto 1). Enquanto Tião apresenta o enfraquecimento dos laços comunitários frente ao individualismo, Kátia traz em sua narrativa um aspecto positivo e ainda vivo do espírito coletivo.

O excerto a seguir apresenta uma pequena narrativa de Rita sobre um conflito com um turista. A princípio, diante do interesse da pesquisadora em saber como funciona o turismo no território, Rita construiu apenas respostas objetivas. É somente a partir da linha 74 que inicia a narração do episódio. Poderemos verificar que, a exemplo do ocorrido nas demais narrativas ora analisadas, as dicotomias se fazem presentes no próximo excerto, trazendo as oposições cidade/território; fora/dentro; lá/cá; estrutura/ desestrutura.

Excerto 3: O turismo

61	Pesq. A	como é o turismo aqui? como é que é que o
62		peessoal vem pra cá, como é que funciona
63		isso?
64	Rita	[excursão. 90% é excursão.
65	Pesq. A	[mas aí[o pessoal]
66	Irene	[e quem que] organiza?
67	Rita	peessoal de fora
68	Pesq. A	mas aí o pessoal vem, passa o dia na praia
69		e vai embora? dorme? como é que é?
70	Rita	dormem aqui
71	Pesq. A	dormem onde?
72	Rita	em casas
73	Pesq. A	alugam as casas.
74	Rita	só que a gente teve problema com uma das
75		excursões, que vieram e tiveram problemas
76		no bar. a menina estava muito indignada e
77		virou pra mim e falou assim: poxa, eu to
78		pagando 800 reais pra tá aqui. Eu falei:
79		como, °meu amor°, se o cara pagou só 100
80		reais na casa? ah, então ele ficou com o
81		restante do dinheiro. quer dizer, ele
82		botava cinco pessoas na casa. vamos supor,
83		500, (2.500), e pro dono da casa pagava 500
84	Pesq. J	mas quem era esse cara?
85	Jovem	quem foi esse cara?
86	Audiência	() várias pessoas falam juntas
87	Irene	peessoas da cidade que têm agência, que têm
88		os contatos, que entra no site, que faz a
89		propaganda do lugar, entendeu?
90	Rita	e como a gente não tem essa organização pra
91		ir lá buscar, a gente aceita e fica quieto.

Seguindo a estrutura laboviana, Rita introduz uma pequena narrativa com um sumário, que tanto sintetiza o tópico da conversa, como apresenta o ponto de sua narrativa: o problema com uma das excursões (linhas 74 a 76). Sendo o conflito um fato considerado extraordinário, já que foge à rotina, confere-lhe,

pois, reportabilidade. Esse fato pôde ser observado no comportamento da audiência ao término da história que, devido à intensa indignação provocada, não foi possível transcrever o que os participantes falavam na linha 86.

As ações complicadoras apresentam o desenrolar da história, obedecendo a uma sequencialidade temporal. Mais uma vez, observamos nas linhas 77 a 81 uma fala reportada, em que a narradora, agora também personagem, anima a história, trazendo para a narração as vozes dos atores da cena relatada. Esse recurso discursivo, como dito anteriormente, dá maior dramaticidade à narração e ao mesmo tempo intensifica as marcas avaliativas negativas por meio da prosódia, como pode ser verificado em “como”, “meu amor” e “só” na linha 79 .

O desfecho narrativo traz a resolução do conflito “*quer dizer, ele botava cinco pessoas na casa. vamos supor↓ quinhentos, (dois mil e quinhentos), e pro dono da casa pagava quinhentos*”, linhas 81 a 86. Ou seja, tanto o dono da casa foi enganado como a turista também. O agente de turismo que divulga e intermedeia a estada de turistas no território cobrava quinhentos reais por pessoa, mas só repassava para o caiçara cem reais por pessoa. Rita, forte defensora da organização caiçara para o turismo no território, fato que poderá ser constatado no próximo excerto, parece utilizar-se dessa pequena, porém envolvente narrativa, para construir seu ponto argumentativo como forma de convencer as pessoas sobre a importância dessa luta para a construção de uma organização interna que trará maior autonomia para a comunidade. A próxima análise clarificará a interpretação proposta aqui.

Nas linhas 90 e 91, Rita retoma o turno, após intenso alvoroço na audiência e da ação colaborativa de Irene, para explicar o que ocorre nessas transações turísticas. Em “*e como a gente não tem essa organização pra ir lá buscar a gente aceita e fica quieto*”, apresenta a coda, elemento facultativo, que evidencia a natureza dual da narrativa (Bruner, 1997), isto é, quando o mundo da história se entrecruza com o mundo real. Com a coda, o narrador sai do mundo construído narrativamente (a história) e retorna para o momento real da interação. É isso o que Rita realiza ao construir seu turno.

Mais uma vez é possível observar na orientação existente “*pra ir lá buscar...*” o antagonismo encontrado em todas as narrativas até aqui analisadas: o lá/ o cá, a cidade/o território, os de dentro/os de fora.

Sua coda apresenta, discursivamente, uma sujeição à injustiça e à trapaça “dos de fora” na relação com “os de dentro” devido à falta de organização e conhecimento destes, contrapondo-se à esperteza, deslealdade e ao conhecimento daqueles. Essas oposições parecem apontar para uma relação de dependência e pouco autônoma da comunidade para gerenciar o turismo, configurando uma espacialidade ainda colonial, pelo menos em alguns aspectos. Para Skliar (2003, p. 104), “toda cultura é, por si mesma, em si mesma, originariamente colonial”, marcada por relações assimétricas de poder, que produzem a aniquilação das diferenças, ou seja, geram a invisibilização do outro. Invasa, desorientada e sem as condições necessárias para lutar e resistir ou se autogerir, o que sobra como consequência é silenciamento e assujeitamento que fomentam exclusão e conflitos de várias ordens.

O próximo excerto trará maior suporte à análise anterior, já que a pequena narrativa de Rita funciona como ponto argumentativo para o seu posicionamento em relação ao turismo no território, que, segundo ela, ainda não tem a organização e a autonomia necessárias para se autogerir ficando, pois, dependente das agências de turismo da cidade e sujeito a suas deslealdades. Nele, à pergunta da pesquisadora sucederam-se vários turnos que, nesta análise, não serão contemplados, entretanto, farão parte do capítulo 6, quando refletiremos sobre resistência e trabalho de face. Neste momento, interessa-me a narrativa de Rita que, embora entremeada por outras perguntas por parte da pesquisadora a fim de construir sentido, organiza-se nas linhas 104 a 125, complementando-se nas linhas 129 a 133. Segundo Del Corona e Osterman (2013):

(...) narrativas não são pacotes necessariamente ordenados, coesos e cuidadosamente organizados em sua temporalidade e cronologia (p. 181), já que as histórias são construídas turno a turno e com a participação dos interagentes envolvidos na atividade.

Como finalização a esse segmento interacional (linhas 129 a 133), poderemos observar que Rita o realiza de forma bastante avaliativa.

Excerto 4: A empresa “Pouso”

92	Irene	então, o que que vocês acham que tem que
93		ter aqui pra poder esse lugar não ser

94		ameaçado de outras pessoas virem tomar
95		esse lugar? que que precisa pro pouso da
96		cajaíba, pro povo do pouso da cajaíba
97		continuar no lugar dele?
98		
99		
100	(...)	
101		
102		
103		
104	Rita	eu acho que hoje a pesca tá precária.
105		ninguém plantou e já colheram tudo que
106		puderam colher, eu acho que hoje:: °não dá
107		mais°...
108	Pesq.C	você acha que a terra tá cansada já? o
109		solo?
110	Rita	não, a pesca.
111	Irene	a pesca
112	Jovem	o peixe cansado
113	Irene	o mar...
114	Rita	aí, como todo mundo saiu pra pescar, gente
115		ninguém sabe mais plantar, não sabe entre
116		aspas, e °ao mesmo tempo a gente tem um
117		turismo que caiu de paraquedas. que que a
118		gente precisa: organização. uma pessoa que
119		uma pessoa que venha aqui fazer, sim, aula
120		mesmo pra todo mundo de como se trabalhar
121		com o turismo, como se organizar, como se
122		fazer uma cooperativa :: sabe, uma
123		uma terapia de comunidade, não sei se
124		existe isso, mas alguma coisa de certa
125		forma, entendeu?
126	Pesq.C	você acha que o turismo teria que ser
127		comunitário, de base comunitário? você
128		acredita nele?
129	Rita	não, eu acredito, eu acho assim↓, tem que,
130		tem que ajudar... sabe uma empresa que
131		precisa de:de uma organização. acho que o
132		pouso hoje nada mais é do que uma empresa
133		sem organização↓.

A primeira narrativa, iniciada na linha 104, é introduzida por Rita em um sumário bastante avaliativo “*eu acho que hoje a pesca tá precária.*” e “*eu acho que hoje não dá mais...*” Observa-se que mesmo tendo sua narrativa entrecortada por outras solicitações da audiência, Rita a retoma com o uso do conectivo “aí” (linha 114), reestabelecendo a conexão com o sumário. Continua construindo várias avaliações a respeito de práticas tradicionais que foram abandonadas pela comunidade, apresentando, inclusive, a possibilidade de uma contradição para esse abandono, (linhas 115 e 116): “*não sabe entre aspas*”. Ou seja, saber eles sabem, é um saber tácito e tradicional, porém cada vez mais difícil de ser mantido pelo atravessamento da vida moderna. Parece estar preparando a audiência para o

ponto de sua narrativa (linhas 116 e 117): “*que que a gente precisa: organização*”, ou seja, apela por ajuda “aos de fora”. A partir desse ponto, ações complicadoras são trazidas, explicitando o que para ela seria a necessidade da comunidade, bem como indicando como atingi-la. Embora as orações não se remetam a um passado, sua sequência narrativa encadeia ações hipotéticas, nitidamente endereçada a “os de fora”. Parece traduzir o sentimento de que sozinhos, internamente, não teriam os recursos para a realização do projeto comunitário defendido por Rita. Como veremos no próximo capítulo, essa relação de dependência trazida por ela será combatida por Tião, que assume uma posição mais agentiva frente a essa organização dos recursos internos da comunidade. Na contramão, a narrativa de Rita parece clamar por novos conhecimentos e tecnologias que deem conta das novas configurações sociais e novas formas locais de sobrevivência. Como nos lembra Moita Lopes (2006), “por não termos conseguido conquistar as garantias da modernidade, é provavelmente mais difícil minimizar os efeitos desse mundo contemporâneo que invade nossas casas”, aqui, no caso, a comunidade.

A finalização de sua narrativa ocorre como resposta à pergunta da pesquisadora (linha 129). Mais uma vez, de forma bastante avaliativa, Rita traz a resolução para sua narrativa, ao sintetizar sua percepção da comunidade, associando-a a uma empresa sem organização “*acho que o pouso hoje nada mais é do que uma empresa sem organização*↓”. Rita organiza em sua narrativa um discurso bastante alinhado às ideias urbanas. Causou-me estranhamento o uso de vocábulos como, *terapia* e *empresa*. Embora sejam esses conceitos hoje bastante difundidos, seu emprego no contexto produz um deslocamento conceitual em meus próprios entendimentos “idílicos” sobre uma comunidade tradicional. Ao contrastar o ontem (pescar, plantar) e o hoje (turismo, terapia, empresa), reconhece mudanças e necessidades de ordem prática. Mesmo uma comunidade tradicional precisa transpor o essencialismo em busca de novas possibilidades, sem perder suas crenças e valores. Os novos tempos trazem polissemia às palavras, que, em contextos distintos, podem assumir sentidos múltiplos e reinventar o próprio conceito. Corroborando com a ideia de entrelaçamento cultural, Fabrício (2006) nos diz:

Aprendemos na cultura a olhar com desconfiança para as misturas, os cruzamentos, as metamorfoses e a diversidade; em razão disso, a pluralidade de referências costuma nos

desconcertar. “Desaprender” a noção de negatividade atribuída à mestiçagem e apostar na fluidez e entre-espços como modo privilegiado de construção de conhecimento sobre a vida contemporânea é, assim, um grande desafio.

Desafio tanto para nós que pretendemos (des)construir conhecimentos acerca de comunidades ou grupos que se tornam cada vez mais híbridos, bem como para estes que precisam reinventar-se como forma de sobrevivência.

Neste capítulo, procuramos analisar a estrutura das pequenas narrativas a partir de alguns cânones labovianos, identificando a função desses elementos na construção discursiva dos participantes. No próximo, nosso olhar vai se voltar para as narrativas que se opõem e geram embates discursivos entre dois participantes do evento.

Embate discursivo: construções identitárias em desalinho

“Gente pobre arrancando a vida com a mão/ no coração da mata gente quer prosseguir/ quer durar, quer crescer, gente quer luzir/ gente espelho da vida, doce mistério.”

Caetano Veloso

Prosseguindo nossa microanálise do evento, este capítulo terá como foco a reflexão e a análise do embate entre dois participantes do encontro: Rita e Tião. Militantes no movimento social (FCT), ambos representam lideranças na comunidade, sendo Tião, inclusive, à época da geração de dados, presidente da Associação de Moradores da comunidade, sem forte adesão atualmente. Durante o evento que realizamos, percebemos que ambos eram ratificados pela audiência e foram os que mais contribuíram com histórias e lembranças sobre a comunidade. Entretanto, será possível observar que suas narrativas, em determinados momentos, apresentam-se desalinhadas devido a posicionamentos divergentes frente aos fatos narrados. Cada qual expõe em suas narrativas razões e pontos de vista distintos, e por vezes contraditórios, sobre a comunidade. Percebe-se uma oposição, aqui entendida como *“desalinho”*, em suas construções identitárias, assim como na da comunidade trazida por eles, apontando para uma fragmentação, já que ora apresenta-se agentiva ora vitimizada.

Essa fragmentação, conteúdo de muitos estudos em várias áreas acadêmicas, torna-se relevante nesta comunidade, principalmente por produzir desarticulações e conflitos que dificultam seu protagonismo como comunidade tradicional, sendo esta uma condição essencial para que conquistem e mantenham direitos, inclusive, o de permanência no território. A transposição de conflitos e antagonismos torna-se necessária na (re)construção de uma *“identidade coletiva”* que os organize em torno de suas demandas no espaço público e político. Esse é o desafio das lideranças locais e dos movimentos sociais.

Entretanto, no âmbito desta pesquisa, tão importante quanto essa dimensão política, perspectiva sobre a qual teceremos algumas reflexões ao longo das análises, é a possibilidade de enxergá-los em sua dimensão humana, múltipla, portanto, muitas vezes contraditória. A condição de pertencer a um grupo minoritário específico não faz suas vozes soarem uníssonas em relação às experiências vividas. Ao contrário, ressoa conflito, desalinho e diferença na homogeneidade.

Tampouco pretendemos supor, a partir desses diferentes posicionamentos, generalizações identitárias para ambos ou mesmo para a comunidade. Apenas tentamos compreender o que sugerem esses *desalinhos*, como são construídos discursivamente e que significados, sempre situados, podemos inferir. Como nos indica Abu-Lughod (1993, p.12):

Ao se concentrar de perto em indivíduos particulares e suas relações em transformação, pode-se também subverter as conotações mais problemáticas de "cultura": homogeneidade, coerência e atemporalidade. Em face da complexidade das vidas individuais, um termo como "cultura beduína"³⁷ parece não ter sentido, seja no sentido das regras que as pessoas seguem ou de uma comunidade que compartilha tais regras. Os indivíduos são confrontados com escolhas; eles lutam com os outros, fazem declarações conflitantes, discutem sobre pontos de vista sobre os mesmos eventos, sofrem altos e baixos em vários relacionamentos e mudanças em suas circunstâncias e desejos, enfrentam novas pressões e não conseguem prever o que acontecerá com eles ou com aqueles ao seu redor.

Aproximando nosso olhar desses atores sociais, de suas vidas e histórias, muitas vezes entrelaçadas com a história da própria comunidade, pretendemos construir conhecimentos que nos levassem a compreender, situada e provisoriamente, a complexa formação identitária dessa comunidade, consequência dos inúmeros atravessamentos históricos, políticos, econômicos, culturais e, como no caso dos caiçaras, até mesmo pela contradição de legislações ambientais que regulam os territórios. Entendemos que, ao eleger os embates discursivos desses dois atores, Tião e Rita, estamos metonimicamente, a partir de um micro espaço interacional, representando o macro embate vivido por essa comunidade em seus *desalinhos*.

Como suporte analítico, examinaremos os accounts narrativos, ou como traduz Osterman (2016), as prestações de conta, construídos por ambos e de que

³⁷ Embora seu livro apresente histórias de mulheres beduínas, o excerto dialoga com esta pesquisa por problematizar a questão da essencialização de culturas.

forma, através deles, esses atores reivindicam e negociam suas identidades e a da própria comunidade.

Também será importante, no conjunto da análise, entendermos o imbricamento entre narrativa e identidade e como esta se constrói na relação opositiva entre “os de dentro/insiders” e “os de fora/outsideers”. Ainda como guia para a interpretação aqui proposta, serão trazidas as contribuições de Dusack, sobre as noções de pertencimento e de Snow, sobre identidade coletiva.

Com isso, pretendemos responder a três perguntas de pesquisa:

- ii) Como a identidade dessa comunidade é construída discursivamente?
- iii) Como se alinham os participantes nessa construção identitária?
- iv) Que accounts são construídos nessas narrativas e qual a sua função?

5.1

Narrativa e identidade

Contamos histórias para organizar nossas experiências, mas também para demonstrar como as interpretamos, ou seja, atribuímo-lhes significados (Riessman, 1993). As narrativas, aqui analisadas, resgatam memórias, reconstroem eventos, assumem posições discursivas, ou seja, são sempre perspectivadas. Ao narrarmos uma história, além de reeditar eventos e experiências, estamos também construindo nossa identidade e a dos outros, portanto, essa construção é sempre social e interacional. Como nos informam Bastos e Biar (2015):

Se concordarmos que as histórias não servem fundamentalmente para informar um “real” que lhes antecede e sobrepõe, então, o que se está reivindicando para as narrativas são funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca.

Assim, como forma organizadora do discurso, as narrativas são também um poderoso instrumento de controle e manipulação de realidades e interlocutores “nos embates para legitimar sentidos, ou seja, é uma forma de ação” (Moita Lopes, 2001). Como veremos nas análises a seguir, os atores sociais, ao construírem sentidos distintos sobre os mesmos fatos, legitimam valores e crenças que se opõem. Essa oposição parece marcar a condição dessa comunidade,

representado nos discursos desses dois participantes, em que um valoriza o protagonismo e cultura locais, enquanto o outro reproduz a dependência e a descrença presentes em relações ainda coloniais.

A categoria *identidade* vem sendo muito discutida no âmbito dos estudos culturais (Hall, 2006), devido ao descentramento do indivíduo moderno. “As velhas identidades” que durante um longo período estabilizaram o mundo social, concebidas como estáveis, unificadas e portadoras de uma essência, passam a ser questionadas. Segundo Hall (2006) a crise da identidade integra um processo mais amplo de mudança, cujos deslocamentos de processos e estruturas sociais, pulverizam e fragmentam o indivíduo. Estudos contemporâneos apontam, portanto, para o caráter não essencialista e relacional da identidade, já que esta passa, também, a ser considerada um constructo interacional. O autor nos adverte, entretanto, que as tendências que envolvem essa complexa categoria ainda são recentes e ambíguas.

Assim como Hall (2006), Bauman (2003, 2004) compartilha o entendimento de que, em um mundo globalizado, torna-se cada vez mais difícil a manutenção de fronteiras devido a sua fluidez e instabilidade, produzindo, assim, identidades também fluidas, líquidas e fragmentadas.

Embora estejamos diante de um grupo social tradicional que possui história, cultura, práticas e território comuns, essa condição não os faz ter uma identidade fixa e unificada, ou seja, essencializada. Os caiçaras, assim como todos nós, encontram-se entrecortados por mudanças nas formas de vida, já que fronteiras, antes estáveis, entrelaçam-se. Entretanto, ainda é recorrente encontrarmos em seus discursos a reificação de algumas dessas fronteiras, em que construções identitárias são feitas por meio do contraste com o outro (nós/eles). Segundo Hall (2006), algumas vezes essas fronteiras, que produzem identidades mais defensivas, ocorrem “em resposta a experiências de racismo e exclusão”.

Aproprio-me, aqui, da pergunta de Milton Santos (2000, apud Moita Lopes, 2006): quem tem condições de ser fluido? Teriam os excluídos do processo de produção, de consumo material e de informação essa possibilidade? Como resistir aos mecanismos de apagamento cultural que levam vários grupos a não existirem como tal? Fadados à assimilação, como resistir à desterritorialização que engrossa as fileiras de destituídos e empobrecidos? Parece haver uma encruzilhada no processo identitário de algumas minorias que precisam, a todo custo, redefinir

suas trajetórias em busca de políticas de reconhecimento e afirmação de um projeto comum. Como diria Boaventura (2004, apud Moita Lopes, 2006), é necessário “escavar tradições suprimidas ou marginalizadas, representações particularmente incompletas porque menos colonizadas pelo cânon hegemônico da modernidade”, ou seja, aponta para a necessidade de insurgência de protagonismos contra-hegemônicos, em que “essencializar” torna-se uma estratégia política.

É nesse espaço híbrido, às vezes contraditório, que circulam as narrativas que serão analisadas. Entendendo que todo discurso é contextualizado e situado, construído na relação com o outro, estar em copresença determina “o que dizer”, “como dizer” e “por que dizer”. Além disso, na análise em questão, a alteridade ainda fornece traços distintivos que auxiliam na demarcação de fronteiras para construções identitárias.

5.2 Demarcando fronteiras

No âmbito das teorizações sobre identidade, Duszak (2002) nos informa que muitas vezes nos construímos numa relação antagônica nós/eles, aproximando-nos daqueles com quem mantemos afinidades e afastando-nos daqueles que julgamos diferentes de nós. É por meio de crenças, valores, estilos de vida e outros que nos identificamos ou não com determinados grupos sociais, levando-nos ao sentimento de afiliação (ingroupness) ou não afiliação (outgroupness). Em outras palavras, é o sentimento de pertencimento ou não que gera processos de inclusão ou exclusão.

É muito forte nos discursos de Tião e Rita as marcas discursivas que denotam essas aproximações e distanciamentos entre “nós e eles”, embora cada um dos atores lide de forma distinta com essas experiências. Enquanto Tião aponta problemas internos à comunidade e esforça-se por apresentar-se sob uma luz favorável (Goffman, 2002) na relação com “os de fora/ outsiders”, Rita alinha-se à comunidade em sua desconfiança e descrença, apontando-os como os responsáveis por tal atitude.

Podemos reafirmar, então, que toda construção identitária é relacional e, por vezes, excludente. Sendo as identidades sociais construídas num jogo contínuo de semelhanças/diferenças (ingroups/outgroups), corre-se o risco de acirrar relações de preconceito, consolidando fronteiras que segregam e estigmatizam determinados grupos.

A posição de Duszak sobre o sentimento de pertencimento intersecciona-se à perspectiva de Snow (2001) sobre identidades coletivas, que, para existirem, precisam do compartilhamento de experiências ou outros atributos.

Para esse autor, as identidades estão distribuídas em três camadas, embora muitas vezes se sobreponham: pessoal, social e coletiva. A identidade pessoal refere-se a autodesignações e autoatribuições realizadas por e de nós mesmos; já a social, relaciona-se aos papéis que nos situam no espaço dinâmico da sociedade, como professor, mãe, enfermeiro ou mesmo em categorias sociais mais abrangentes como gênero ou etnia. A identidade coletiva, embora não haja uma definição consensual, sugere um senso “compartilhado de "one-ness" ou "we-ness", ancorado em atributos e experiências compartilhadas, reais ou imaginárias, entre aqueles que compõem a coletividade. Esse senso compartilhado de “nós” sugere uma “agência coletiva”, ou seja, a possibilidade de ação em busca de interesses comuns, muito fortemente identificável em movimentos sociais. As identidades coletivas operam, portanto, em um contexto interativo, marcado por relações de poder. Em razão disso, distinguem-se, segundo o autor, entre identidades de legitimação, resistência e projeto. As de legitimação estariam associadas a dominantes instituições ou ao Estado, enquanto as de resistência e projeto representariam uma identidade antagonista em relação à primeira, geralmente geradas por coletividades desvalorizadas e estigmatizadas.

As teorizações desses autores corroboram reflexões acerca da complexidade identitária da comunidade caiçara, assim como de outras minorias. Embora fronteiras favoreçam processos de segregação e exclusão, contraditoriamente, também propiciam a construção de uma identidade coletiva. Ao reificar fronteiras entre “nós” e “eles” a partir do compartilhamento de valores, crenças ou experiências (we-ness), o sentimento de pertencimento (ingroup) é construído. Esse sentimento fortalece os vínculos do grupo, podendo mobilizá-lo a agir ou resistir coletivamente, que, no caso dos caiçaras, torna-se fundamental para sua organização em defesa de seus direitos.

No entanto, no contexto desta pesquisa, apesar de na comunidade haver o sentimento de pertencimento (ingroup), este parece não ser suficiente para sua articulação. Devido às violências sofridas e aos atravessamentos que alteraram seu modo tradicional de vida, precisa reconstruir essa identidade coletiva, principalmente na ausência das fronteiras. Essas populações parecem mover-se em um campo movediço, uma vez que precisam adaptar-se às mudanças ao mesmo tempo em que tentam manter acesas tradições que agonizam. Segundo Memmi (2007), “este é o drama do homem-produto e vítima da colonização: ele quase nunca consegue coincidir consigo mesmo”.

E as perguntas retornam: Descaracterizada, como manter-se coesa e articulada para assegurar direitos e permanência nos territórios? Como manter-se unificada se somos todos contraditórios e fragmentados? Como manter-se tradicional, se roubam-lhe a possibilidade de sê-la? O que é ser tradicional em tempos globalizantes?

Penso que muitas dessas respostas serão dadas pela própria comunidade em seu processo de (re)construção identitária e de reafirmação de sua diferença. Talvez não mais ancorada em fantasias ilusórias de unidade, mas em novas maneiras de tradução, como informadas por BhaBha (1997, apud Hall, 2003, p.75):

Momento ambíguo e ansioso de...transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo... [Ele] insiste em exibir...as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem traduzidos, mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência.

5.3

Accounts narrativos

Segundo De Fina (2009), que investiga os accounts como um gênero narrativo, eles incluem justificações, desculpas e explicações e podem ser definidos como “recapitulação de eventos passados, construídos como respostas a uma pergunta explícita ou implícita "por quê" ou "como" por um interlocutor” (p. 240). Para ela, os accounts surgem sempre que uma avaliação, por parte de um interlocutor, está pressuposta, o que justificaria seu caráter explicativo e dialógico.

Assim, a intenção original da pessoa que faz a pergunta não é importante aqui, o importante é a forma como o narrador molda a narrativa e, portanto, a maneira como ele percebe a questão do interlocutor. Esta é uma condição fundamental para que uma seqüência narrativa seja vista como um account (...) (p. 240)

De Fina ainda nos informa que os accounts podem ser breves e não avaliativos, funcionando no contexto mais como resumos de eventos, mas também podem ser altamente avaliativos e muito negociados. Essas diferenças muitas vezes refletem o tipo de relacionamento que entrevistadores e entrevistados estão negociando no momento. Segundo ela, quanto mais relaxado estiver o entrevistado, mais apto estará para compartilhar sua experiência, construindo accounts muito mais avaliativos. Assim, em interações sociais os participantes tendem a exibir padrões de comportamento que informam a sua interpretação de um evento em si, bem como a avaliação de suas próprias ações e das ações de outros participantes.

Segundo Buttny e Morris (2001, apud Souza e Osterman, 2016), há uma distinção entre accounts **por** ações, que respondem a uma conduta problemática na interação e accounts **de** ações, que descrevem ou narram um evento, sem que haja a necessidade de lidar com algum suposto problema ou conduta reprovável. Entretanto, segundo os autores, essas duas categorias de accounts apresentam sempre a perspectiva e a interpretação dos interlocutores em relação a um dado evento, que é retoricamente reconstruído através da fala.

A observação dos accounts, como nos informam Souza e Osterman (2016), “é um meio produtivo para se acessar os entendimentos e negociações dos falantes sobre seu conhecimento dos valores do mundo social compartilhados no aqui e agora”. Contudo, qualquer comportamento que ameace a moralidade vigente pode gerar situações constrangedoras. Estas, por sua vez, podem causar embaraços e inseguranças no participante, possibilitando o abalo de sua reputação. “Na iminência de alguma ruptura, o participante precisará investir em manter a coerência entre suas ações e a face que busca construir para si” (Del Corona e Osterman, 2013).

5.4 Face e alinhamento

“O termo “face”, desenvolvido nas teorias goffmanianas, refere-se ao “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma” (Biar, 2012) quando está em copresença. Podemos entender a *face* como a projeção social de um *self*, entendido como a expressão se “si mesmo”, não em termos psicológicos de uma essência, “mas como apresentações sociais baseadas em interpretações do que seja adequado cultural e situacionalmente”(2012). É no jogo interacional que os atores sociais, conscientes ou não, constroem sua imagem, *face*, perante os demais, a partir da expressão de um *self*, de modo a causar uma impressão naquele que a recebe e a interpreta.

Segundo Goffman ([1979]2002) alinhamento significa o posicionamento, a postura assumida pelo ator social ao apresenta-se, que deve estar em consonância com seu *self*, projeção do seu “eu” e ao discurso em construção na interação. Sendo esta uma atividade dinâmica, os alinhamentos podem ser negociados, ratificados ou não, cossustentados e modificados na interação. O alinhamento relaciona-se aos efeitos produzidos pelas elocuições, tanto na produção como na recepção destas, devido a mudanças de posturas ou posicionamentos dos atores.

Sendo produtos da negociação em uma interação, os alinhamentos divergentes podem implicar constrangimentos, momentos desconfortáveis, que, a depender do grau de sua intensidade, podem levar à ruptura do encontro. Entretanto, em nossas atividades sociais, desenvolvemos habilidades para retornar ao equilíbrio e estabilizar o encontro antes que ele se dissipe (Goffman, 2011). Segundo o autor, o constrangimento relaciona-se diretamente ao *self* que o ator social representa e ao seu manejo das impressões diante dos outros presentes no encontro. Nossa responsabilidade interacional consiste em evitar esses constrangimentos ou, em sua inevitável ocorrência, cooperar para o seu gerenciamento no grupo e, sempre que possível, salvar a *face* ameaçada. No próximo capítulo, aprofundaremos o conceito de *elaboração de face*, quando esta, em situações de constrangimentos, encontra-se ameaçada.

Na próxima seção, os conceitos de face, alinhamento e accounts trabalharão em conjunto na sustentação da análise proposta. Os accounts narrativos

construídos por Tião e Rita constituem-se tanto como respostas às perguntas das pesquisadoras como justificativas para os alinhamentos divergentes de ambos. Examiná-los oferece-nos a oportunidade de construir conhecimento sobre os significados que estão sendo construídos e negociados na interação, trazendo como consequência construções identitárias contrastantes. Passamos agora à análise dos dados.

5.5 O desalinho

Importante ressaltar que tanto Tião como Rita são moradores que participam do movimento em prol da comunidade junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), sendo Tião, inclusive, o presidente da Associação de Moradores, mas sem forte ratificação por parte da comunidade. Seus accounts narrativos para as questões propostas pelas pesquisadoras apresentam interpretações distintas e posicionamentos não alinhados. Entendemos, aqui, que os desalinhos emergentes na interação representam metonimicamente os macro-conflitos e contradições vividos por essa comunidade. Marcada por profundas mudanças em seu modo de vida ao longo dos anos, dentre outras dificuldades e carências, precisa manter-se em vigília e luta constantes para a manutenção de seus direitos. Unidade e fragmentação: talvez essa seja mais uma dicotomia, entre tantas. A tarefa de juntar os “cacos”, reorganizar-se e, conjuntamente, construir um novo mosaico não é tarefa das mais fáceis...

Os discursos de Rita e Tião apontam para construções identitárias antagônicas e contraditórias, tanto para si quanto para a comunidade. E é nesse desalinho que encontramos identidades ora agentivas e empoderadas ora passivas e vitimizadas, muitas vezes estabelecidas a partir da relação com “*os de fora*”. Discursivamente, reificam fronteiras, embora lidem com elas de forma distinta. Tião as estabelece como reafirmação de sua identidade caçara, portadora de valor e autoestima. Seu papel social de líder comunitário e militante no movimento social parece subverter seu estigma, sugerindo uma identidade mais “empoderada”, fortalecida na crença em seu protagonismo e no da comunidade.

Em oposição, Rita apresenta em seu discurso uma comunidade mais vitimizada e fragmentada em decorrência das inúmeras relações traumáticas com

“os de fora” e falsas promessas que não se efetivaram. Segundo informações contidas nos dados, mas que não foram trazidas para análise, a participação da comunidade na Associação de Moradores também é pequena, o que reforça a desarticulação dessa comunidade em busca de seus interesses locais e coletivos. Também foi trazida, na fala de Rita, a diferença de se estar dentro ou fora do movimento social para a compreensão dos problemas enfrentados por eles, ao se dirigir a Tião e dizer: “*você, você vive dentro de um movimento, quem vive dentro do movimento é diferente de quem vive fora*”. Rita constrói seu discurso protegendo a “face da comunidade”, alinhando-se a ela. Compreende e solidariza-se à resistência e descrença da comunidade.

A conversa girava em torno da possibilidade de algo “real” poder ameaçar a comunidade atualmente, em referência ao filme assistido.

Excerto 1: O sonho e a periferia

134	Irene (OTSS)	e o que que faz com que essas famílias vão
135		saindo do lugar o que que hoje ameaça
136		Então essas famílias? o que que vai
137		fazendo com [°essas famílias°]
138	Tião	[bom], eu sempre
139		achei a grande ameaça da, das
140		comunidade foi a falta de educação...né, de
141		escola...né...porque todas família tem um
142		sonho do filho estudar e a::escola ia só
143		até a quarta série() ...e as pessoas
144		sonham () com a luz elétrica
145	Audiência	hhhhh risos e conversas paralelas
146	Tião	() várias outras oportunidade que ela
147		acha que a cidade oferece só que quando
148		ele sai de uma comunidade dele ele não vai
149		pra cidade onde tá...a:agora ele vai pra
150		uma periferia

Ao tomar o turno, Irene procura investigar o motivo que leva famílias caiçaras a abandonar o lugar e o que poderia ameaçar hoje essas famílias. Tião atende à solicitação da pesquisadora, iniciando sua narrativa com uma avaliação pessoal e negativa quanto à falta de escola “*bom, eu sempre achei a grande ameaça da, das comunidade foi a falta de educação, né, de escola, né,*” (linhas 139 e 141), mostrando-se alinhado a sua identidade de ativista no movimento social em prol da educação diferenciada na comunidade. Em seguida constrói um account para sua avaliação “*porque todas família tem um sonho do filho estudar e*

a escola ia só até a quarta série...” (linhas 141 a 143)³⁸. Ainda traz, na continuação de sua fala, outro motivo, avaliado por ele como “sonho”: a luz elétrica “...e as pessoas sonham com a luz elétrica” (linhas 143 e 144).

Mantendo-se no turno e dando continuidade a sua narrativa, Tião oferece mais informações sobre as possíveis causas que justificariam as mudanças dessas famílias para a cidade “*várias outras possibilidade que acha que a cidade oferece*” (linhas 146 e 147). Surge em sua fala o antigo/atual discurso das migrações internas e externas em busca do sonho feliz, de melhores condições de vida. Porém, esse sonho não se realiza “*Só que quando ele sai de uma comunidade dele, ele não vai pra cidade onde tá... a agora ele vai pra uma periferia*” (linhas 147 a 150). Utilizando-se de uma narrativa genérica (Norrick, 2000 p.151), Tião avalia negativamente a consequência do abandono do território por algumas famílias. A partir de sua breve narrativa, inferimos que as famílias que abandonaram a comunidade não encontraram acolhimento, segurança nem condições melhores de vida. Geralmente, vivendo na periferia da cidade com pequenos recursos, sentem de forma mais intensa a segregação e o exílio de sua comunidade e de sua cultura de origem.

Como afirma Goffman, os grupos minoritários étnicos e raciais, cômicos de sua posição relativamente desvantajosa na sociedade, “se verão funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros” (Goffman, 1988, pp.156 e 157), portanto, permanecer nas fronteiras da comunidade ainda constitui um paraíso de autodefesa (Goffman, 1988, p. 156), posicionamento que é ratificado por Tião (linhas 148 a 150).

Entretanto, como nos informa Bauman (2004, p.68), paradoxal e ambíguo pode ser o paraíso comunitário: se por um lado a comunidade representa acolhimento, pertencimento e segurança, por outro também é prisão, onde responsabilidades são assumidas e liberdades de escolhas renunciadas.

Ainda em relação ao tema do abandono do território, torna-se importante a reflexão de Memmi (2007, p. 166) de que “para ser assimilado, não basta dispensar seu grupo, é preciso penetrar em outro; ora, então ele encontra a recusa do colonizador”. Na cidade, como dito por Tião, os caiçaras continuam compondo

³⁸ Cabe aqui a explicação extralinguística de que, até o ano passado, os jovens da comunidade precisavam deixar a comunidade para estudar em Paraty, fato que levava muitas famílias a abandonar o lugar. Após dez anos de luta, em 2017, foi implementado o segundo segmento do Ensino Fundamental no território.

o grupo dos excluídos, só que agora na solidão anônima da cidade, longe de sua gente, sua terra, sua história. “Um homem dividido entre duas culturas raramente encontra o equilíbrio” (Idem). A encruzilhada apresentada parece marcar a condição caçara, já que a escolha pela permanência no território ou a renúncia a ele não traz soluções conciliatórias nem tão pouco satisfatórias.

Na continuidade da conversa, Rita toma o turno e é categórica em seu posicionamento, não se alinhando a Tião. O account dado por Tião para a saída de moradores da comunidade – *a busca pelo sonho* – é fortemente contestado por Rita que apresenta um novo account para a questão. O ponto de sua narrativa é construído em um sumário bastante avaliativo quanto ao excesso de confiança da comunidade nas promessas de outrora dos “de fora”. As tensões e traumas decorrentes dessas relações justificariam, segundo Rita, o sentimento de desconfiança e de rejeição que ainda vigoram na comunidade.

Excerto 2: A ameaça: os de fora

151	Rita	mas eu também acho Tião que as pessoas
152		daqui confiam MUITO nas pessoas de fora que
153		chega hoje a gente tá mais aberto ³⁹ ...
154		mas a gente teve pessoas que vinham que
155		vinham[que]
156	Irene	[conta]vam histó[ria]
157	Rita	[his]tória
158		ficava na nossa casa daí a pouco
159		cê tava a..., cê não sabia ler nem escrever
160		passava tudo pra pessoa resolver, a pessoa ia
161		resolvendo >te levava no médico te trazia
162		uma lamparina melhor te trazia isso te
163		trazia uma lanterna< quando você via >ela já
164		era dona da sua casa<

Introduzindo seu turno pela conjunção adversativa *mas*, Rita tanto anuncia que apresentará um alinhamento diferente à questão abordada anteriormente por Tião, como conecta semanticamente sua narrativa à anterior. Além disso, reivindica para si o direito de narrar e avaliar o comportamento das *pessoas da comunidade*. Ao introduzir em sua fala o advérbio de lugar “aqui” (linha 152), demonstra possuir “informação privilegiada” (Norrick, 2013), pelo menos em

³⁹ Embora não tenha contemplado na análise do excerto a palavra “aberto”, que soa contraditória no contexto, seu emprego refere-se a estar com “os olhos mais abertos”, informação extraída do segmento posterior nesta interação.

relação às pesquisadoras, marcando, portanto, a distinção entre “*nós e eles*”. O fato de ser membro da comunidade confere-lhe autoridade epistêmica para construir seu *account* narrativo, integrando-se ao contexto como “*história de família*”, assim denominado pelo mesmo autor.

Em seu sumário (linhas 151 e 152), avalia negativamente o comportamento dos moradores locais em sua relação com “os de fora”, estabelecendo uma diferença entre os insiders/outsidiers “...*eu também acho... confiam MUITO nas pessoas de fora...*”. Podemos considerar que a avaliação feita por Rita também é o ponto de sua narrativa (Labov e Waletzky, 1967), ou seja, a razão de ser contável. A força dramática imputada em sua fala com o uso do advérbio *MUITO*, fortemente marcado, prepara a narração, na linha 157, de uma pequena história (Bamberg e Georgakopoulou, 2008). Apesar de sua narrativa apresentar um encadeamento temporal entre as orações, os verbos estão flexionados no imperfeito, narrando eventos hipotéticos e genéricos (Norrick, 2000 e Georgakopoulou, 1997). Observa-se, também, que, mesmo em uma pequena história, como já apresentado no capítulo anterior, podemos identificar alguns elementos do modelo canônico laboviano como avaliação e ponto, acima descritos; orientação “*ficava em nossa casa*” (linha 158); ações complicadoras “*cê não sabia ler nem escrever passava tudo pra pessoa resolver...*” (linhas 159 a 160) e a resolução “*quando você via, ela já era dona da sua casa*” (linhas 163 e 164).

Outro aspecto que me parece merecer destaque é que, após a colaboração da pesquisadora na linha 156, Rita retoma o turno e utiliza, na orientação de sua narrativa, o pronome possessivo na primeira pessoa do plural, “*ficava na nossa casa*” (linha 158), parecendo incluir-se na experiência passada e coletiva. Entretanto, ao dar prosseguimento à narração de um episódio recorrente na comunidade (ações complicadoras e resolução), a primeira pessoa desaparece, dando lugar à segunda pessoa do discurso (você, te) “*te levava no médico*” (linha 161) “*quando você via*” (linha 163). Parece que sua estratégia narrativa de impessoalização busca aproximar e inserir a audiência na história, convidando-a a participar e vivenciá-la como personagem. Talvez sua performance narrativa seja uma forma de pleitear a adesão e a sensibilização da audiência ao seu ponto de vista, já que o *account* construído por ela à questão proposta inicialmente pela pesquisadora apresenta sua perspectiva diante do fato. Em arenas discursivas, as

habilidades narrativas mantêm o jogo interacional, em que entreter e convencer os interlocutores constituem-se como alguns de seus objetivos.

Nesse ponto da análise, observa-se que Rita aponta para o colonialismo que marcou (e ainda marca) a relação dos caiçaras com os não-caiçaras, indicando a desigualdade de condições e a opressão inerente a essa relação. Considero interessante estabelecer aqui uma conexão com o que Memmi (2007) denomina “racismo” do colonizado. Ele afirma que este sentimento por parte do colonizado não é biológico nem metafísico, mas social e histórico; “não está baseado na crença da superioridade do grupo detestado, mas na convicção e, em ampla medida, na constatação de que ele é definitivamente agressor e nocivo. (...) não se trata de um racismo de agressão, mas de defesa” (p. 173). O trauma imputado reverbera até hoje e determina o quadro de desconfiança e incredulidade descrito por Rita, o que assevera e dificulta a relação com “os de fora”. Apesar disso, como visto na análise da narrativa de Rita no capítulo anterior, considera necessária a ajuda externa.

Assim como o account de Tião, o de Rita também apresenta deslocamentos temporais (passado/presente) e espaciais (aqui/lá – cidade/território – os de dentro/os de fora), ressaltando o antagonismo dessas relações, bem como a delimitação de fronteiras, embora frágeis, entre “os de dentro” e “os de fora”. Além disso, nesses dois segmentos é possível a observação de construções identitárias contrastantes, que denomino “*em desalinho*”. Tião apresenta uma justificativa baseada na escolha devido às limitações da própria comunidade - ausência de escola, sonho, luz elétrica -; já Rita recupera eventos passados em que caiçaras não tiveram escolha, foram vítimas de forasteiros usurpadores.

O sentimento de Rita e, por extensão, o da comunidade, segundo a participante, alinham-se ao avaliar negativamente “os de fora”. Entretanto, importante ressaltar como a segregação pode ser uma via de mão-dupla, quando aqueles que foram segregados reagem, reflexamente, segregando outros grupos, definindo-os de forma essencializada. Com isso, novos muros de defesa entre “nós e eles” são erguidos. Como nos orienta Memmi (2007, p. 177):

Mas esperar do colonizado, que tanto sofreu pelo fato de não existir por si mesmo, que esteja aberto para o mundo, humanista e internacionalista, parece de uma insensatez cômica. Enquanto ele ainda busca se reassenhorar de si mesmo, olhando-se com espanto e reivindicando passionalmente sua língua...na língua do colonizador.

Apenas à guisa de maior contextualização do excerto acima, amplio o alcance da palavra “língua” como um conjunto de mecanismos de luta e resistência de que precisaram (e precisam) para se assenhorar, principalmente em um grupo em que a escolaridade sempre foi muito baixa. Para resistir na lida cotidiana, precisaram aprender a “linguagem” externa dos letrados, suas artimanhas, regras e leis para que pudessem se defender e lutar por seus direitos.

No próximo excerto, Tião e Rita apresentam seus accounts para o (des)engajamento da comunidade. Através deles, poderemos observar o embate discursivo que se desenha, ratificando posicionamentos desalinhados em relação à questão. Esses desalinhos enfatizam o contraste das identidades pessoais e coletivas construídas por ambos a partir dos diferentes significados atribuídos por esses atores ao comportamento da comunidade – protagonismo e agentividade/vitimização e passividade.

Excerto 3: O povo tá desacreditado

165	Tião	a educa, a educação hoje só tá aqui porque você
166		bateu, eu bati, teve várias mãe que partici[pou]
167	Irene	[não]
168		e a gente tem que cuidar pra que ela continue
169		que ela mantenha
170	Rita	[não gente]
171	Tião	[()]
172	Rita	não é isso que eu to falando, tião, eu sei da
173		batalha que foi pra ter o 6ºano () mas o que
174		eu digo, tião[()]
175	Tião	[()]
176	Rita	é uma comunidade que está, que desacreditou. a
177		comunidade desacreditou de tudo que aconteceu. o
178		próprio brasil fez com que a gente desacreditasse
179		dos políticos, de tudo, que são as pessoas que tão
180		lá regendo o que vai acontecer com a gente. hoje
181		a gente tá descrente do próprio ser humano
182	Tião	porque se a gente não acredita em nós mesmo
183	Rita	mas o povo tá desacreditado...você não [vê mais]
184	Tião	[eu não]
185		acredito()porque quando ele acredita nele mesmo
186		ele vai abrir o olho e vai () luta

Observa-se que os interlocutores não só disputam por seus turnos de fala, conforme nos sugerem as várias sobreposições, como por seus posicionamentos divergentes em relação à questão da participação e do engajamento da comunidade. Enquanto Tião destaca um episódio de luta coletiva no território,

Rita destaca a incredulidade da comunidade em relação à possibilidade de mudanças locais, justificando, assim, a atitude passiva e desengajada dos moradores.

Tião inicia sua pequena narrativa de experiência pessoal na linha 165, lembrando a importância da luta para que hoje tivessem a educação escolar na comunidade *“a educação hoje só tá aqui porque você bateu, eu bati, teve várias mãe que participou”* (linha 165). O account de Tião na linha 182 parece sem conexão, não mantendo a sequencialidade interacional. Parece nem ter ouvido o que Rita disse no turno imediatamente anterior. Apenas ratifica seu não alinhamento à narrativa de Rita, que a seguir será analisada. Em continuidade, constrói uma avaliação *“eu não acredito”* (linha 184) e em sequência um account para sua avaliação *“porque quando ele acredita nele mesmo ele vai abrir o olho e vai () luta”* (linhas 185 e 186). O uso metafórico da forma verbal *“bater”* pode estar relacionada a sua condição de ativista do movimento social na região, compondo o campo semântico da *“luta”* que defende e crê, como observado nas linhas 165 e 166, construindo-se, pois, como um militante otimista, que valoriza o protagonismo e a agência da comunidade.

Rita, ao tomar o turno, nas linhas 170 e 172, inicia o account para seu posicionamento divergente em relação ao narrado por Tião (e endossado pela pesquisadora) *“não gente”* e *“não é isso que eu to falando”*, aprofundando-o a partir da linha 40. Esses pequenos accounts parecem tentar realinhar a interação, reparando a possibilidade de ruptura, como nos sugere Del Corona e Osterman (2013), além de buscar proteger sua face ameaçada. Considero a narrativa de Rita (linha 176) um account por ser ela a exposição dos motivos que lhe dão sustentação e coerência na defesa de sua posição. Como porta-voz da comunidade cansada e incrédula, devido às experiências negativas com *“os de fora”*, protege a face da comunidade⁴⁰, justificando seu desengajamento e desconfiança, além de parecer manter-se alinhada a ela. Interessante perceber que, nas duas narrativas de Rita (excertos 2 e 3), elementos lexicais de impessoalização (eles, pessoas, comunidade, povo, dentre outras) misturam-se a elementos lexicais presentes em narrativas pessoais (nossa, a gente). Ou seja, utiliza-se de marcas de

⁴⁰ Utilizo o termo goffmaniano *“face”* de forma expandida, relacionando-o a uma *“possível”* identidade coletiva.

impessoalidade, porém não as sustenta em alguns momentos, fato que pode sugerir sua forte identificação e seu alinhamento com a comunidade.

Como poderemos ver no excerto abaixo, Tião reforça seu posicionamento contrário ao de Rita, sublinhando o aspecto positivo de sua relação com “os de fora”. Além de apresentar-se sob uma luz favorável diante da audiência, mostra-se mais coerente em suas posições, performando uma identidade mais autônoma. Os accounts de Rita parecem estar a serviço da restauração de sua face, frente ao desalinho de seu posicionamento em relação ao de Tião.

Excerto 4: O aprendizado

187	Tião	ai é que tá, a comunidade achou que foi
188		frustração
189		pra mim não, foi um aprendizado. toda essa turma
190		que veio não conseguiram me levar
191	Rita	mas teve muita gente boa, gente...
192	Tião	sabe, conseguiu...conseguiu não me [levar
193	Rita	[não to
194		generalizando
195		não pro 6° ano tá acontecendo teve um trabalho
196		grande né?

A pequena narrativa de Tião apresenta sua experiência pessoal com “os de fora”, e a avalia como positiva “*pra mim não, foi um aprendizado*” (linha 189). E ainda performa nas linhas 189 e 190 sua expertise nessa relação, apresentando-se sob uma luz favorável (Goffman, 2011). Neste excerto, Rita constrói um novo account “*não to generalizando não*” (linhas 193 e 194), e em seguida valoriza a conquista do 6° ano “*pro 6° ano tá acontecendo teve um trabalho grande né?*” Ao modalizar sua fala, também modaliza seu posicionamento em busca de um alinhamento com Tião e, através dessa estratégia, salva e protege sua face ameaçada. Ameaçada, talvez, por estar diante de um grupo de pesquisadoras, ou seja, outsiders, que de alguma forma ali estão para coconstruir um projeto de educação para os territórios. A manutenção de sua posição e de suas avaliações negativas implicaria uma ofensa moral a esse grupo. Além disso, o discurso otimista, autônomo e empreendedor de Tião em “*acreditar nele mesmo*” “*lutar*” (excerto 3) “*aprendizado*” “*não conseguiram me levar*” (excerto 4) parece estar mais alinhado às posturas que reconhecemos em militantes e ativistas, enquanto Rita performa uma militância que se solidariza à dor, ao sofrimento e à descrença comunitária, mostrando-se mais compreensiva à vulnerabilidade e passividade da

comunidade. Apresentam, pois, estratégias diferentes no exercício de suas militâncias. Provavelmente há quem se alinhe a um ou a outro. Não podemos concluir que a totalidade da comunidade identifique-se com Rita ou Tião. É justamente a constatação desses *desalinhos* que podemos inferir conflitos internos e descartar interpretações estáticas e homogêneas. Como nos informa Bauman (2003, p. 19):

Mais do que com uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade *realmente existente* se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna.

O próximo excerto apresentará, mais uma divergência entre os participantes. Rita queixava-se da falta de organização interna para lidar com o turismo e da inabilidade e desconhecimento para mexer com os computadores que estão se deteriorando na comunidade. Solicita intensamente ajuda dos de fora para a implementação de oficinas de informática que os capacitem a gerenciar o blog de turismo, hoje, fonte primária de sustento e sobrevivência da comunidade. Inicialmente, Tião justifica a situação como “falta de interesse” dos jovens da comunidade, por estes possuírem tal conhecimento. A posição empreendida por Tião será contestada tanto por Joana, professora do 1º segmento do Ensino Fundamental no território, à ocasião, como por Rita, que construirá um novo account em defesa da comunidade.

Excerto 5: Falta interesse?

197	Tião	aí é a falta de interesse, não é, porque...
198	Rita	não é. é de falta de conhecimento, Tião.
199		às vezes é muito fácil a gente falar
200		“ah, a comunidade não se interessa”, mas eu,
201		eu me interesso e muito, mas eu não sei mexer.
202		e também as pessoas não sabem como funciona e
203	Joana	quando você não sabe...
204	Tião	<sabe>↓. nós temo a célia que sabe mexer, tem o
205	Tião	alessandro que sabe, o Ailton que sabe (pausa)
206		mexer (pausa) muito bem

O account de Rita (linha 198) surge como contraposição à justificativa dada por Tião na linha 197, alegando ser falta de conhecimento e não de interesse o fato de os computadores não serem utilizados no gerenciamento do blog de turismo no território. Não há dúvida de que Rita traz em seu discurso a marca de

uma desigualdade. Hoje, diferentemente do passado, o mundo apresenta-se dinâmico, acelerando os processos de mudança. Há uma urgência por recorrentes readaptações das quais não escapam nem mesmo comunidades tradicionais. E poderia ser diferente, se essa diferença representa mais perdas do que ganhos e os empurra cada vez mais para as margens? Quais os limites de uma vida e cultura tradicionais? O que é ser tradicional em tempos globalizantes, com avançados sistemas tecnológicos? Transpor essa contradição também é um grande desafio.

Segundo Bauman (1999, apud Moita Lopes 2006, p. 92) nosso mundo compreende identidades globais e locais. Enquanto aquelas desfrutam das benesses da tecnologia por possuírem acesso a técnicas mais avançadas, estas acabam ficando com os “restos simbólicos e materiais” da outra. Esses muros são reais.

Opondo-se ao posicionamento de Rita, Tião responsabiliza os jovens da comunidade, que, segundo ele, poderiam ajudar. Tomando o “*Sabe.*” (linha 204) como núcleo frasal, torna-o assertivo, ainda reforçado pela entonação bem marcada.

A diferença entre os posicionamentos desses atores e suas divergências na interpretação de um mesmo evento coloca em xeque a possibilidade de uma verdade absoluta e inquestionável sobre a realidade. Os sentidos são contingenciais e dependentes da forma como cada qual o constrói. Não nos importa aqui o que é mais ou menos verdadeiro. Talvez ambos tenham razão em certa medida. Apenas vislumbramos que as interpretações e justificativas apresentadas relacionam-se com a forma como se posicionam no mundo, a partir de projetos identitários diferentes. Enquanto Rita projeta em seu discurso uma identidade mais vitimizada e passiva para a comunidade, esperando a ajuda “dos de fora”, embora desconfie deles, Tião, mais agentivo, rejeita essa atitude e sugere uma solução interna, logo, diferentemente de Rita, não protege a face da comunidade. O *desalinho* está posto.

Como visto neste capítulo, os embates apoiam-se em algumas oposições trazidas nos discursos desses atores que, embora não sejam excludentes, sinalizam interpretações divergentes. A primeira refere-se ao motivo para o abandono do território por algumas famílias, cujos posicionamentos apontam para a ausência de continuidade escolar, na voz de Tião, e para as ameaças e trapaças dos de fora, na voz de Rita; a segunda refere-se à crença na luta (Tião) em contraposição à

descrença e ao desânimo (Rita), e, por último, o protagonismo e empoderamento (Tião) em oposição à vitimização e dependência (Rita).

Passamos agora ao próximo capítulo, cujo foco analítico do evento recairá sobre os aspectos mais evidentemente interacionais.

Resistências no espaço da interação e da pesquisa

“Eu pressuponho que o estudo apropriado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, e sim as relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes, mutuamente presentes umas às outras.”

(E. Goffman)

Ao iniciar este capítulo, considero importante relembrar a proposta inicial deste estudo: a laminação do evento realizado na comunidade, a partir de um olhar microanalítico, que elegeu três aspectos emergentes na interação. Portanto, como terceira e última lâmina, este capítulo procurará responder à seguinte pergunta de pesquisa: v) como se dá a interação entre pesquisadoras e integrantes da comunidade?

Para isso, procuraremos analisar alguns momentos que geraram desconforto e constrangimento, entendidos aqui como “marcas de resistência”, reflexo das várias experiências traumáticas dessas comunidades com “outsiders”. Acrescente-se a isso as inúmeras vezes em que os membros dessas comunidades foram objetificados e traduzidos por pesquisadores, ou seja, serviram aos interesses de terceiros sem que com isso viessem a ter seus anseios e expectativas atendidos. Desencantaram-se. Cansaram. Tentam proteger-se em seus desalinhos e carências.

Hoje, inaugurar uma pesquisa nessas comunidades tornou-se complexo. Alguns resistem em participar das atividades propostas; outros, acostumados a narrativizar suas vidas, entre peripécias e tragédias, performam narrativas, já várias vezes contadas e recontadas, como estratégia e representação repetidas de si mesmos, atendendo, assim, às expectativas dos ouvintes. Esse fato pôde ser observado em uma entrevista com um emblemático pescador da comunidade, por demais experiente nessas ocasiões. Mostrou-se bastante à vontade para me relatar pequenas histórias de vida e as conduzia autonomamente. Acredito que já as devia ter repetido inúmeras vezes quando solicitado. Parecia saber o que eu desejava ouvir. Somente ao final, o “tom” da conversa mudou e passou a me informar

algumas preocupações com a comunidade e necessidades do território, como, por exemplo, um posto de saúde. Nesse momento, não era mais a performance de um contador de “casos”, mas de um homem/cidadão crítico diante do abandono do poder público⁴¹.

Além disso, as pesquisas precisam, de certa forma, ser “autorizadas” pelos líderes locais e/ou pelo FCT (Fórum de Comunidades Tradicionais), movimento já descrito anteriormente no capítulo de contextualização desta dissertação. Mesmo estando nosso trabalho vinculado a esse movimento via OTSS (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina)⁴², que busca alianças para coconstruir uma reorientação curricular para as escolas em territórios caiçaras, a tarefa de agregar a comunidade em torno de uma proposta foi sempre difícil e com pouca adesão por parte dos membros desta.

O *evento de letramento* realizado na comunidade, cujos dados compõem o objeto desta pesquisa, foi uma das atividades sem forte engajamento comunitário. Como já descrito em capítulo anterior, rondava-nos a apreensão quanto à adesão ao evento, fato que comprometeria e adiaria nossos objetivos de construção de conhecimento acerca da comunidade. Além disso, idealizávamos e desejávamos aceitação, já que estávamos ali imbuídas não apenas de interesse acadêmico, mas, principalmente, de com eles trocar conhecimentos. Almejávamos um duplo letramento: **nosso e da comunidade**. Contudo, a realidade e o sentimento da comunidade muitas vezes sobrepujam as expectativas do pesquisador.

Ansiosas, aguardávamos a chegada do público, que não compareceu à hora marcada. Somente após uma longa espera, alguns poucos foram se aproximando e com isso pudemos dar prosseguimento ao que havíamos planejado. Não eram muitos, mas, mesmo assim, acredito que tenha sido um encontro positivo tanto para nós quanto para eles. Reconstruo o período anterior na tentativa de minimizar as fronteiras: acredito que o encontro tenha sido positivo para *todos nós*.

Apesar de o filme ter conseguido mobilizar a atenção e o interesse dos presentes (um avanço em relação a experiências anteriores relatadas pelos participantes), a roda de conversa que se seguiu ao filme não foi, inicialmente,

⁴¹ Os dados dessa entrevista não estão sob análise nesta pesquisa. Trata-se de uma informação de campo que visa subsidiar a interpretação de que muitas narrativas já estão automatizadas em suas performances. Entretanto, são suas histórias e, com certeza, de imenso valor.

⁴² Projeto que une a Fundação Getúlio Vargas (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

muito confortável. Foi necessário vencer barreiras e resistências e acomodarmos todos àquela situação que nada tinha de espontânea. É sobre essas microrresistências que lançaremos nosso olhar, entendendo-as como a representação metonímica do “modus vivendi” dessa comunidade, atravessada por transformações e contradições. A respeito dessas transformações, Hall (2003) aponta que:

As culturas tradicionais colonizadas permanecem distintas: mas elas inevitavelmente se tornaram "recrutas da modernidade". Podem ser mais fortemente delimitadas que as chamadas sociedades modernas. Mas não são mais (se é que já foram) entidades orgânicas, fixas, autônomas e autossuficientes. Como resultado da globalização em seu sentido histórico amplo, muitas delas se tornaram formações mais "híbridas".

Quanto à hibridização, Ahmad e Bhabha (apud Hall, 2003) nos informam:

A fertilização cruzada das culturas tem sido endêmica a todos os movimentos populacionais... e todos esses movimentos na história têm envolvido viagem, contato, transmutação, hibridização de ideias, valores e normas comportamentais." (Ahmad, 1995)

[A hibridização] Não é simplesmente apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou "inerentes" de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a "diferença do outro" revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação. (Bhabha, 1997)

Segundo Hall (2003), “essa hibridização não significa necessariamente um declínio pela perda de identidade. Pode significar também o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades”. Entretanto, construir essas possibilidades é um processo contínuo de negociação, cujos avanços e retrocessos muitas vezes geram incertezas, conflitos e resistências, principalmente quando se coloca em questão diversidade e direitos básicos de sobrevivência.

Além disso, podemos crer que outra questão impõe-se como determinante para as resistências encontradas: quem pode representar e falar por outro? Spivak, em seu ensaio *“Pode o subalterno falar?”* (2010) apresenta-nos sua reflexão sobre a possibilidade de agência dos sujeitos subalternizados⁴³ e a problemática que envolve sua representação, “o perigo de se construir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro”. Assevera seu entendimento de que “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo”, por isso mesmo difícil de ser assegurada uma representação que não seja reducionista e fuja aos modelos essencializantes.

Spivak estabelece um debate com as premissas de Foucault e Deleuze, bem como com os intelectuais ocidentais em geral, de que os subalternos não precisariam de representação, pois teriam autonomia para lutarem e falarem, representando-se frente a forças hegemônicas. Entretanto, ela destaca que tal autonomia necessitaria da consciência dos sujeitos e de sua capacidade de se organizar coletivamente para formar alianças. Contrapondo-se à ideia desses intelectuais de que o desejo determinaria a agência, necessitando apenas de um sujeito para que seja ativada, a autora adverte que esse desejo indiferenciado tornaria o sujeito monolítico e homogêneo. Atrelando a consciência ao desejo, estariam ignorando a realidade subalterna do “Terceiro Mundo” e “as contradições inerentes a um sistema capitalista que introduz ampla divisão internacional do trabalho”⁴⁴.

Entretanto, admite ser possível, no campo político, recorrer a um “essencialismo estratégico” que considere o caráter provisório das identificações, dada a dificuldade de os subordinados conseguirem “produzir um sentimento de comunidade, de ligações nacionais ou de uma organização política” (2010, p. 46), já que não funcionam como um bloco monolítico.

Por tudo isso, retomamos a ideia de que as provocações e os constrangimentos, ocorridos no âmbito da interação, podem representar parte da

⁴³ Camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” - *Pode o subalterno falar?*, (2010, pp. 13 e 14).

⁴⁴ Informação retirada do texto de Bruno Sciberras de Carvalho - *Revista Estudos Políticos* ISSN 2177-2851 Número 3 – 2011/02.

resistência mais ampla da própria comunidade em acreditar que o *subalterno não pode falar*, ou talvez da certeza de que, se falar, provavelmente, não será ouvido.

Buscando entender essa resistência mais ampla, posicionaremos, agora, nosso olhar sobre as microrresistências que surgiram no evento, por acreditarmos que os dois planos, macro e micro, interferem-se mutuamente. Para isso, o capítulo será dividido em duas seções. A primeira refere-se ao *trabalho de face* dos participantes (Goffman, 2011), a fim de manter a interação e driblar as resistências e constrangimentos entre “eles” e “nós” Duszak (2002), e a identidade normal desviante (Goffman, 1988). A segunda refere-se à resistência juvenil, materializada em provocações e comentários irônicos, a partir dos quais procuraremos construir significados, como veremos adiante. Contudo, deixamos claro que essa divisão atende apenas a uma organização teórico-metodológica, pois ambas compõem o espectro maior da análise, ou seja, identificar as marcas de resistência.

6.1

O trabalho de face: pesquisadoras e a identidade normal desviante

Antes de dar início a esta seção, gostaria de relatar um episódio ocorrido em meu primeiro contato com o campo. Durante a visita à comunidade caiçara da praia do Sono, também em Paraty – RJ, o grupo de pesquisadoras foi recebido por um rapaz caiçara, ativista do movimento social da região, para passeio guiado pelo território, momento em que várias narrativas de luta e resistência foram trazidas pela memória desse jovem.

Esse momento foi decisivo para a escolha da pesquisa que gostaria de empreender em meu mestrado. No entanto, algum tempo depois, em uma nova visita, esbarrei outra vez com esse mesmo jovem e, interessada nas histórias que tinha ouvido, perguntei-lhe se ele recontaria uma delas para que pudesse gravá-la. Como resposta, obtive: “Claro, pobre só pode contar história”.

Essa resposta me desconcertou, me constrangeu e naquele momento percebi que a pesquisa de campo não seria fácil. A identidade pessoal e social estigmatizada pode promover encontros mistos difíceis de administrar (Goffman, 1988). Apesar das muitas interdições e dificuldades, a pesquisa teve andamento, e percebi aos poucos algumas razões que levaram aquele rapaz a me responder com

tanta ironia e descaso: o cansaço de ser sempre um “objeto exótico” para acadêmicos, pesquisadores, Ong’s, além de “objeto” frágil, esquecido, desprovido, colocado à margem social, embora amparado legalmente, categorização jurídica que não se traduz em segurança e justiça social.

Durante toda a interação, ouvimos a queixa de Rita sobre as inúmeras experiências frustradas de relação com “os de fora”, genericamente (ou melhor, essencializadamente) vistos como forasteiros interessados em usurpá-los e usá-los para seus próprios fins, tornando-os descrentes e desconfiados. Dentro desse contexto de pesquisa, nessa comunidade, impossível não se perceber um normal desviante⁴⁵ proposto por Goffman (1988). Tendo o estigma sempre um sentido perspectivado, qualquer normal, em alguma situação, pode vivenciá-lo, “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos”(Goffman, 1988, p.149).

Nesse contexto apresento-me como normal desviante, pois, como pesquisadora, atualizo antigas experiências, por ser afiliada a um grupo que, de alguma forma, quebrou as expectativas e normas de conduta nessa comunidade, “cada um deles pode sentir que não é completamente aceito pelo outro e que sua própria conduta está sendo cuidadosamente observada” (Goffman, 1988, p. 144). Como o mesmo autor (1988, p.144) nos adverte, é necessário ter-se a sensibilidade ao papel do outro para que certas táticas adaptativas usadas por um dos participantes do par normal-estigmatizado possam ser suficientes para que o outro saiba como se introduzir e assumir o papel.

A ciência de minha condição de normal desviante dentro da comunidade foi fundamental não apenas para que a marcha da interação fosse mantida, como também para reforçar uma postura de respeito, sensibilidade, responsabilidade e ética na relação com o outro. Todo cuidado nessa relação é pouco, pois “eu (nós) e eles” somos os dois lados da mesma moeda ou em termos goffmanianos “recortes do mesmo tecido-padrão” (1988, p.141)

⁴⁵ Esse conceito será melhor apresentado na próxima subseção (6.1.1)

6.1.1 Alguns conceitos goffmanianos

Goffman empreendeu em seus estudos sociológicos a observação dos rituais da interação social, principalmente dos encontros face a face. Metaforicamente, estabeleceu uma aproximação entre esses encontros e a dramaturgia, já que como atores, também encenamos nossas performances a fim de apresentarmos-nos sempre sob uma luz favorável, procurando manter preservada nossa face, assim como a dos outros participantes da interação.

O termo *face* (ou fachada, conforme algumas traduções) “pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma; imagem do “eu” delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman, 2011, p.14). Como atores e plateia projetam-se de forma idealizada e reconfiguram-se a cada interação, “aqueles diante dos quais representamos certos papéis não serão os mesmos para os quais desempenhamos outros.”

Conscientes ou não, construímos estratégias para nos comportarmos e participarmos dos encontros sociais. Além disso, é discursivamente na presença de outro(s) que expressamos nosso *self*, “o sentido subjetivo de si que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais (Biar, 2012, p. 48), sendo este, portanto, produto da própria “cena” social.

Outro conceito goffmaniano que dialoga com esta pesquisa é o de estigma, já que o encontro traz à cena uma comunidade mestiça, socialmente desfavorecida e invisibilizada, por isso mesmo incluída em políticas afirmativas como “comunidade tradicional”. Goffman (1988) define o estigma como um atributo profundamente depreciativo que desabilita seu portador a uma aceitação social plena. Estando em copresença, construímos expectativas normativas a respeito das pessoas em relação a como elas deveriam ser ou agir. Quando há uma discrepância entre o virtual e o atual, tem-se a constituição de um estigma (Biar, 2012, p. 50). Ou seja, o estigma seria uma relação especial entre atributo e estereótipo. O estigma não se constitui apenas de marcas visíveis. Muitas vezes constitui-se em defeitos morais preconizados e rotulados socialmente, assim como as distinções sociais de comunidades étnicas, raciais ou religiosas, pessoas que são tribalmente estigmatizadas (Goffman, 1988, p. 32), como o caso do grupo investigado.

Goffman, ao estudar o estigma, estava interessado nos encontros mistos, situações sociais em que estigmatizados e normais estão na presença física um do outro. Esses encontros podem se tornar tensos, onde estratégias de manipulação ou encobrimento são realizadas pelo estigmatizado, caso seu defeito seja possível de ser dissimulado, invisível a olho nu, ou quando o normal esforça-se para tratar o desviante como um igual.

A situação mais paradoxal do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, ou seja, é um ser humano normal, mas que até certo ponto também é diferente (Goffman, 1988, p. 134). “Essa condição e essa pilhéria constituem a sua sorte e seu destino”, situação na qual podemos situar a comunidade caiçara em questão.

Para concluir, trarei o conceito goffmaniano de *normal desviante*, que pode ser vivido por qualquer um de nós. Dada a condição de que o normal e o estigmatizado “têm a mesma caracterização mental” (Goffman, 1988, p. 141) que é construída socialmente, qualquer pessoa pode desempenhar um desses papéis. Ambos os papéis são complementares e, acrescento, situacionais.

Como conclusão, posso repetir que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais... (Goffman, 1988, p. 148)

O excerto acima aponta para a possibilidade de, em algum momento, sentirmo-nos desviantes/estigmatizados, já que, segundo o autor, essa classificação não é estática, mas construída socialmente. Devido à dificuldade de aproximação, às resistências e aos constrangimentos ocorridos no campo de pesquisa, trago o conceito – normal desviante – por sua capacidade de suportar e traduzir o sentimento de ser pesquisadora nessa comunidade. Sou desacreditável não por uma falha visível, mas por uma falha moral que me é imputada. Embora reconheça que existam enormes justificativas para que a relação assim se conduza, considero importante registrar meu sentimento ao longo da pesquisa.

6.1.2 O trabalho de face: ameaça e proteção

Como já apresentado na subseção anterior, o termo *face* refere-se ao valor positivo que uma pessoa reivindica para si em uma interação. Segundo Goffman (2011), além da preocupação com a manutenção de nossa face na atividade em curso, também devemos levar em consideração nosso lugar no mundo social, para que tenhamos êxito na atividade e nos apresentemos com uma face possível de ser sustentada:

Pode-se dizer que uma pessoa tem, está em, ou mantém uma face quando a linha que efetivamente segue apresenta uma imagem de si mesma internamente consistente, apoiada por julgamentos e evidência transmitidos pelos outros participantes e confirmada por evidência transmitida através de agências impessoais na situação. Em tais casos, fica evidente que a face não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro [e fora dele], e se torna manifesto apenas quando esses eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam. (Goffman, 1980, p.78)

Podemos observar nos dados que Tião apresenta sua face positivamente, em linha ou alinhada a seu discurso de militante e protagonista de sua história, Já Rita, parece que, pelo menos em alguns momentos, alinhando-se à face da comunidade, projeta uma face mais fragilizada, dependente e descrente.

Segundo Goffman (2011), quando nos apresentamos com uma face adequada e a mantemos preservada (sustentação da face), geralmente respondemos de forma convicta e confiante, mantendo-nos firme na linha⁴⁶ que assumimos. Entretanto, quando nos apresentamos com uma face inadequada (fora de face ou estamos com ela ameaçada), torna-se difícil mantê-la, mesmo que com muito esforço, já que alguma informação sobre nosso valor social não pode ser integrada ou não corresponde à linha que estamos tentando sustentar, levando-nos a nos sentir envergonhados, ofendidos, magoados ou até mesmo culpados.

⁴⁶ Em cada um desses contatos a pessoa tende a desempenhar o que às vezes é chamado de linha, quer dizer, um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes e, especialmente, sobre ela própria. (Goffman, 2011, p.13)

Poderemos observar que, em determinadas situações, Rita precisou construir accounts em sua fala de modo a modalizá-la, o que sugere que sua face poderia estar ameaçada ou mesmo estar fora dela.

Nossa face social (aquilo que projetamos sobre nós aos outros) é o que de mais pessoal possuímos, o que nos dá segurança e prazer. Do mesmo modo que se espera que um interactante tenha autorrespeito ao apresentar sua face, também se espera que os demais membros da interação mantenham o esforço de preservar ou salvar a face dos demais, quando necessário. Esse deve ser o compromisso assumido diante da atividade conversacional, para que esta se realize dentro dos padrões esperados socialmente e não se torne uma arena de disputas desleais. Segundo Goffman (1988) a manutenção da face é uma condição para a interação, não seu objetivo. A preservação da face serve para “neutralizar acidentes” que comprometeriam sua sustentação.

Se uma pessoa quiser empregar seu repertório de práticas para salvar a face, obviamente ela deve, em primeiro lugar, ter consciência das interpretações que os outros podem ter colocado sobre os seus atos, e as interpretações que ela talvez deva colocar sobre os deles. Em outras palavras, ela precisa exercer a perceptividade (Goffman, 2011, p. 21).

Goffman (2011) afirma que há uma orientação defensiva para salvar a nossa própria face e outra protetora para salvar a face dos outros, embora ambas, geralmente, ocorram simultaneamente. Ou seja, quando salvamos a nossa face, precisamos mobilizar recursos que não ameacem a face dos outros, do mesmo modo que, ao salvar a face dos outros, não percamos as nossas. Essa atividade interacional é denominada por esse autor de cooperação tática (2011, p.35), em que os participantes buscam atingir juntos seus objetivos comuns.

6.1.3

Resistência: constrangimentos e trabalho de face

Nos três excertos a seguir, também retirados do *evento de letramento* realizado na comunidade, o foco de nossa análise recairá sobre o *trabalho de face* (face-work) dos participantes, diante de momentos interacionais que suscitaram

constrangimentos. Nosso propósito é o de investigar de que modo as faces estão sendo ameaçadas e que estratégias de proteção estão sendo convocadas na interação.

Neles, poderá ser observada a negociação tácita de que nos fala Goffman (1988, p. 95), quando os participantes parecem enviar e receber mensagens não oficiais, que apenas podem estar sendo insinuadas:

O tato referente à elaboração da face frequentemente se baseia, para sua operação, num acordo tácito de negociar através da linguagem da insinuação – a linguagem da alusão, das ambiguidades, das pausas bem colocadas, dos chistes cuidadosamente formulados etc. A regra a este tipo não oficial de comunicação é a seguinte: o transmissor não deve agir como se tivesse transmitido oficialmente a mensagem que insinuou, enquanto os receptores têm o direito e a obrigação de agir como se não tivessem recebido oficialmente a mensagem contida na insinuação.

No primeiro excerto, a conversa girava em torno da falta de perspectiva para os jovens que, segundo os participantes, já haviam participado de várias oficinas na comunidade, mas, devido à falta de continuidade escolar no território sentiam-se desestimulados ⁴⁷. Necessário destacar que, embora o constrangimento por vezes não esteja explícito nos dados, torna-se relevante no contexto interacional a partir de registros em notas de campo.

Damos início à análise com a fala de Rita, na qual apresenta seu cansaço em relação às diversas reuniões de que participou, ficando subentendida a pouca produtividade destas para a comunidade.

Excerto 1: Já tava de saco cheio

207	Rita	ah eu acho que... de verdade eu demorei pra
208		voltar de novo pras reuniões, já tava de saco
209		cheio dessas reuniões
210	Pesq.J	é... muita falação:...
211	Rita	então, de verdade, já briguei com metade. eu não
212		sei se tem alguém aqui que eu já briguei também,

⁴⁷ Em 2017 a escola municipal do Pouso da Cajaíba passou a oferecer o 2º segmento do Ensino Fundamental, numa proposta diferenciada.

213		mas assim... °com a irene eu acho que já°...
214	Irene	eu não↑ comigo não hhhhhh

Em seu discurso, Rita retorna sempre a esse sentimento de cansaço e de rejeição às propostas, no caso, reuniões, mantendo seu alinhamento com a comunidade. Ao expressar seu sentimento, o faz pela expressão “*já tava de saco cheio*”. Embora seja uma expressão incorporada em nossas práticas discursivas diárias para descrever nosso sentimento de aborrecimento diante de determinadas situações e circunstâncias, nesse contexto soa como “ofensiva”, pois parece desqualificar nossa presença ali. Talvez de forma inconsciente e espontânea, o que pode sugerir que se sentia à vontade diante de nós para nos relatar suas decepcionantes experiências ou até mesmo nos comunicar que reuniões precisam gerar concretizações, ameaça de forma não explícita, mas insinuada, as nossas faces.

No turno seguinte, a pesquisadora protege sua face, alinhado-se a Rita no reconhecimento de que reuniões geram “*muita falação*”, já que também estavam ali em um “tipo de reunião” da qual Rita queixava-se. Observa-se nessa passagem a marcação de pausas na fala da pesquisadora, o que pode sugerir um certo constrangimento diante da colocação de Rita.

Em seguida, Rita projeta em seu discurso uma face de “brigona” e indaga aos presentes, mais endereçada ao grupo de pesquisadoras, se já havia brigado com alguém. Supondo já ter vivido com Irene alguma situação dessa natureza, diretamente reporta-se a ela, talvez com o objetivo de reconstruir sua face por ter, como nos informa Goffman (1988), “consciência das interpretações que os outros podem ter colocado sobre os seus atos”, mesmo que fora do contexto interacional. Seu trabalho de face aponta simultaneamente para a proteção e reconstrução de sua face, numa tentativa de manejar a impressão que os demais participantes têm ou poderiam ter dela. As pausas marcadas na fala de Rita podem sugerir não apenas o cuidado com que realiza seu trabalho de face como também o desconforto da situação, marcada, inclusive, na diminuição do tom de voz na passagem “*°com a irene eu acho que já°...*” (linha 213).

Irene, em seu turno de resposta nega a ocorrência de qualquer rusga entre elas e distensiona o momento interacional, diluindo o constrangimento em humor, na forma de sua resposta “*eu não↑comigo não hhhhhh*”.

No segundo excerto, Rita apresenta uma narrativa sobre um episódio vivido por ela e uma turista, em que ambas descobrem-se trapaceadas por um agente de turismo da cidade de Paraty, fato que inclusive nos é informado, colaborativamente, por Irene nas linhas 227 a 229.

Excerto 2: Projeto do 6º ano: uma semente

214	Rita	só que a gente teve problema com uma das
215		excursões, que vieram e tiveram problemas
216		no bar. a menina estava muito indignada e
217		virou pra mim e falou assim: poxa, eu to
218		pagando... 800 reias pra tá aqui. eu falei:
219		como, °meu amor°, se o cara pagou só 100
220		reais na casa? ah, >então< ele ficou com o
221		restante do dinheiro. quer dizer, ele
222		botava cinco pessoas na casa. vamos supor↓
223		500, 2.500, e pro dono da casa pagava 500
224	Pesq. J	mas quem era esse cara?
225	Jovem	quem foi esse cara?
226		() várias pessoas falam juntas
227	Irene	pessoas da cidade que têm agência, que têm
228		os contatos, que entra no site, que faz a
229		propaganda do lugar, entendeu?
230	Rita	e como a gente não tem essa organização pra
231		ir lá buscar, a gente aceita e fica °quieto°.
232	Irene	é... por isso assim, uma das coisas que tá
233		acontecendo é desse projeto agora do 6º ano
234		é uma das coisas é o turismo. o o pessoal que
235		tá no 6º ano agora, um dos temas é esse,
236		até tinha uma, programado, não deu por
237		questão de tempo, a visita, mas ainda acho
238		que ainda vai acontecer, até o campinho,né,
239		pra conhecer como que é turismo de base
240		comunitária para plantar uma semente aqui.
241		não é, claro que precisa de muito mais,
242		precisa de vir aqui.. fazer um trabalho com a
243		comunidade, mas pelo menos para esses
244		jovens tarem conhecendo essa possibilidade

Pode-se perceber nas linhas 230 e 231 que Rita constrói para si uma *face* vulnerável, subalterna por não dispor dos meios necessários para articular de forma justa o turismo no território. O sentimento de “desproteção” insinuado por Rita, parece convocar o *trabalho de face* da pesquisadora, que constrói um longo turno a partir da linha 232, evidenciando a importância da implantação do 6º ano na comunidade e do projeto pedagógico que tem por objetivo discutir o turismo na região, seus problemas e possibilidades. Iniciando seu turno com “é...por isso assim” (linha 232) constrói um account para evidenciar que ações estão sendo

realizadas nesse sentido, mesmo que de forma lenta “*plantar uma semente aqui*” (linha 240), mas reconhece “*claro que precisa de muito mais...*” (linha 241). Ao reconhecer que ainda é pouco diante das expectativas de Rita (e da comunidade), simultaneamente, alinha-se ao sentimento de Rita e protege sua face tanto pessoal quanto institucional por ser representante do OTSS⁴⁸, instituição que tem como função e objetivo precípuos a realização de projetos junto às comunidades tradicionais de Paraty.

Destaco aqui, a negociação tácita que se estabeleceu entre as falas de Rita e da pesquisadora, suscitando a emergência de um *account* por parte de Irene (pesquisadora) como forma de salvaguardar as ações que se efetivam no território, além, é claro, do inegável reconhecimento das dificuldades por que passa a comunidade.

Ante a possível ameaça de sua face de pesquisadora e membro do OTSS, já que o trabalho no território ainda não conseguiu atingir plenamente seus objetivos – acredito que não por falta de vontade política, mas de limites e dificuldades inerentes a todo projeto que depende de recursos e autorizações do Estado⁴⁹, além do próprio desengajamento da comunidade, seus conflitos e contradições que emperram, por vezes, o processo – Irene protege-a na tentativa de minimizar críticas e avaliações negativas, buscando ratificar que a parceria e a ajuda estão se concretizando.

Gostaria de abrir aqui um espaço para uma pequena, porém, interessante observação. Embora não se trate de uma interação face a face, ao escrever também estabelecemos uma relação com nossos possíveis leitores. No parágrafo anterior, ao referir-me à dificuldade do trabalho no território, elaborei um *account* de forma a também proteger a face da pesquisadora e da instituição. Parece que ainda precisaremos de muitos *accounts* como justificativa, insinuada ou não, diante da urgência das demandas desse grupo ou de qualquer outro que vive na invisibilidade das margens. Essa meta-análise somente foi possível porque contei

⁴⁸ Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, projeto que une a Fundação Getúlio Vargas (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

⁴⁹ Esse aspecto do projeto é de difícil compreensão para a grande maioria. Em uma das visitas ao campo, fui informada de que muitos creem que pesquisadores “ganham dinheiro” às custas das pesquisas que faziam com eles no território. Não foi possível avaliar nem colher maiores informações quanto à autenticidade do fato. Este me foi apresentado como mais um dos motivos que levaram essas comunidades à atual atitude de descrédito e resistência diante de nós, pesquisadores.

com a leitura atenta e cuidadosa de minha primeira interlocutora: minha orientadora.

No próximo excerto, ainda sobre o tema da implementação do 6º ano na escola da comunidade, mais uma vez a pesquisadora introduz um longo turno em que busca explicar nossa presença ali naquele momento, defendendo nossas faces perante a audiência. Rita num movimento retórico, próprio do jogo interacional, realiza, estrategicamente, um trabalho de face por meio da modalização de sua fala, mas expressa veementemente sua avaliação “*volto eu de novo*” (linha 258), a respeito da necessidade de capacitação para uso dos computadores disponíveis na comunidade, como forma de aumentar a possibilidade de gerenciamento de um blog de turismo já existente, porém pouco eficaz devido à falta de conhecimentos para administrá-lo.

Nesse contexto opera-se um desequilíbrio de forças entre as pesquisadoras e a participante Rita que, mesmo de forma velada, sugere uma inversão de papéis: somos nós que vivemos e sentimos o desconforto constrangedor de parecer não estar contribuindo ou ajudando no que é considerado por Rita como importante para a comunidade. É ela quem, de forma insinuada, ameaça nossas faces. Apontando-nos o que deve ser feito no território, faz valer seu modo de interpretar a situação. Com isso, rompem-se na interação os papéis a priori determinados de normal e desviante/estigmatizado, assumindo nós, a segunda posição. Interessante observar que, apesar de Rita ter projetado, conforme análise no capítulo anterior, uma identidade vitimizada, alinhada a sua comunidade nesse sentido, nesse momento interacional, assume um papel reivindicatório forte e decisivo, abalando e “ameaçando”, inclusive, a crença em nosso engajamento com as necessidades reais da comunidade.

Excerto 3: Já que tão ajudando...

245	Irene	a gente tá aqui hoje, as meninas do
246		cp2, o observatório, tentando ajudar um
247		pouco a esse passo aí a se firmar, né,
248		a se consolidar e crescer, né e também
249		as atividades que tão sendo feitas no
250		6º ano, que o 6ºano tá recebendo toda a

251		atenção e tal a gente quer que isso
252		venha também para o 1° segmento, do 1°
253		ao 5° ano, então nosso papel aqui um
254		pouco é esse, né
255	Rita	acho também, sem querer cortar, assim, já
256		que tão ajudando, várias pessoas tão
257		ajudando (pausa) a formação de 6° ano,
258		mas a gente tem aqui, volto eu de novo,
259		vamos trazer alguém que venha aqui uma
260		vez por mês, uma vez por semana

A pesquisadora reforça a conquista do 6° ano como um passo importante “*tentando ajudar a esse passo aí a se firmar...*” (linhas 246 e 247). Pode-se observar que a pesquisadora utiliza repetidas vezes o marcador discursivo “né”, que pode ser entendido como pedido de confirmação ou de concordância com o que foi dito ou mesmo hesitação diante do contexto. Analisando os turnos dessa pesquisadora, nos dois excertos selecionados, percebe-se que a recorrência desse marcador discursivo ocorre apenas nesse segundo excerto. Portanto, podemos inferir que, em seu trabalho de face, iniciado na linha 245 e finalizado na linha 254, Irene parece estar hesitante nesse momento interacional, pois, ao proteger a sua e as nossas faces de pesquisadoras do cp2 (Colégio Pedro II), ela o faz solicitando confirmação ou concordância com o que afirma ser o nosso papel ali naquele momento, buscando, assim, o alinhamento da audiência.

Rita, ao tomar o turno na linha 255, num movimento que parece apenas retórico, “protege” nossas faces e, simultaneamente, como nos informa Goffman (2011), salva a sua, modalizando sua fala (mensagens que não fazem parte do fluxo oficialmente autorizado são moduladas de forma a não interferir seriamente com as mensagens autorizadas (Goffman, 1980, p. 99)), realiza seu trabalho de face em “*sem querer cortar*” e “*já que tão ajudando*” (linhas 255 a 257). Tacitamente ela sabe que, se mantivesse uma posição mais contundente e crítica, estaria, assim, oficialmente atacando nossas faces, o que poderia levar a maiores constrangimentos ou até mesmo ao rompimento da interação, “Normalmente, a manutenção da face é uma condição da interação, e não o seu objetivo” (Goffman, 2011). Entretanto, deixa claramente exposto que, ao agir dessa maneira, sua intenção é unicamente interacional e que seu real objetivo é ser ouvida em sua solicitação de ajuda para o que julga necessário. No jogo interacional, os papéis alternam-se para que se mantenham as expectativas normativas da boa atividade conversacional face a face.

Para finalizar, torna-se necessário evidenciar que, embora tenhamos considerado algumas análises como “ataques” velados, que suscitaram estratégias para elaboração de faces por parte dos participantes na interação, o pedido de ajuda reivindicado por Rita é de grande relevância. Acreditamos que esse pequeno *evento de letramento* realizado no território, mesmo tendo despertado pouco interesse na comunidade, mostrou-se um poderoso instrumento de aprendizagem mútua. Configurou-se mais como um espaço de partilhamento de experiências, conhecimentos, expectativas, necessidades e limitações que resistência. Através das histórias e dos movimentos interacionais, aprendemos a nos conhecer em nossas forças e fragilidades.

6.2

Sobre resistência juvenil: um recorte teórico

Outra manifestação do que estamos chamando de resistência no evento aqui microanalisado é o comportamento dos jovens que participaram do encontro. Contudo, somente um deles tentativamente buscava desestabilizar a interação. Os demais apresentaram uma postura submissa a esse jovem, contribuindo apenas, em alguns momentos da interação, para a perturbação e confusão na audiência.

Inevitável a associação de juventude à resistência, mas como adverte Freire (2007), “todo estereótipo tem o problema da generalização abusiva, que pega o comportamento de alguns e generaliza como essência da maioria”. Além disso, segundo esse autor, o modelo de jovem não é único, estando inter-relacionado às questões de gênero, raça e classe social, em qualquer momento histórico.

Na Idade Média esse interstício entre a infância e a fase adulta não existia. Pelo menos não tal qual o concebemos atualmente, com “características, propriedades, dilemas, direitos e deveres específicos” (Freire, 2007). Seu reconhecimento deu-se entre os séculos XIX e XX, associando-se à ideia de mudança social:

O surgimento desse ator social se dá devido à preocupação com a ideia de degenerescência e regeneração. As sociedades mais evoluídas estavam entrando em processo de degenerescência e o jovem veio quase que metaforicamente como uma

ideia de regeneração, de mudança social, de impulsão, de trazer aquilo que é novo para a sociedade.

Em nossa sociedade, o jovem parece ainda corresponder a esse ideal transformador, pelo menos em sua latente possibilidade. Ferreira (2010) evoca a metáfora teatral goffmaniana, aludindo, assim, ao caráter representacional de práticas juvenis como forma de esses atores posicionarem-se no mundo. São trazidas à cena adereços, roupas, performances e enredos que marcam seus papéis sociais e seus alinhamentos. “Frequentemente divergentes e desafiadores do gosto canônico, causam impacto social e fazem atrair as atenções sobre si” (Ferreira, 2010).

Ainda segundo o autor, esses recursos estilísticos usados em cenas juvenis têm sido compreendidos como expressão social de resistência aos modelos normativos e hegemônicos da ordem social. Entretanto, ele sinaliza que “num contexto de intensa proliferação e pulverização das possibilidades de escolha cultural socialmente disponíveis, as fronteiras sociais e simbólicas das cenas juvenis fragilizaram-se profundamente”. Os espaços tornaram-se híbridos, com identidades fragmentadas e temporárias, não mais baseadas em compromissos de longa duração.

Suas performances estão mais associadas à demarcação pessoal de um estilo de vida que escapa aos modelos impostos e prescritos de luta coletiva pelo bem comum ou transformadora da realidade. Parece haver um certo niilismo nesse sentido. Há, seguindo esse autor, uma busca pela singularidade identitária que, no caso em análise, poderemos perceber no comportamento e adereços do jovem em questão. Ele parece apontar para uma singularidade disruptiva em relação à comunidade. Segundo Hall (2003):

Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade às "tradições" de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta. Declaram não uma identidade primordial, mas uma escolha de posição do grupo ao qual desejam ser associados. (...) Sua integração vertical a suas tradições de origem coexiste como vínculos laterais estabelecidos com outras "comunidades" de interesse, prática e aspiração, reais ou simbólicos. Os membros individuais, principalmente as gerações mais jovens, são atraídos por forças contraditórias. Muitos "estabelecem" seus próprios acordos ou os negociam dentro e fora de suas comunidades.

No entanto, para Ferreira (2010), esse desejo de marcar uma singularidade reflete uma intenção política dos jovens em não serem apenas reconhecidos como

cidadãos, mas, principalmente, em sua particularidade pessoal, afirmando, assim, sua alteridade.

A sua exigência de reconhecimento vai a par da reivindicação e luta pela dissolução de uma sociedade menos prescritiva e normativa, com critérios de “normalidade”, cuja rigidez e grau de institucionalização é suscetível de transformar toda e qualquer diferença radical em estigma.

No âmbito dos estudos linguísticos, Labov ([1972], 2016) em sua pesquisa sobre a variação sonora dos ditongos na comunidade da ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, destacou ser impossível entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social em que ela ocorre. Embora esta dissertação não se ocupe de variações linguísticas, dialoga com o tema em questão por nos informar sobre o comportamento jovem frente a essas mudanças. Sendo a ilha visitada por inúmeros veranistas, sofreu constantemente influência de outros “falares”, até porque, naquele momento, já havia uma crescente dependência econômica da ilha ao turismo

Suas observações levaram-no a constatar que, à medida que o grupo lutava por manter sua identidade, as diferenças fonéticas ficavam mais marcadas. Entre os estudantes secundaristas, observou que havia uma grande diferença entre os que planejavam deixar a ilha e os que pretendiam ficar e ali estabelecer sua vida. Segundo Labov, um dos meninos entrevistados apresentou grande mudança fonética devido à influência dos veranistas, identificando-se com a variação do continente.

Os resultados de sua pesquisa indicam que, entre os jovens, não há uma linearidade padrão. A variação impõe-se como uma escolha e marcação do estilo de vida que pretende para seu futuro: manter os laços tradicionais de seus antepassados na ilha ou promover a mudança e o abandono do território, a partir da identificação com o modo de vida do continente. Parece que naquele contexto, o conservadorismo, como forma de resistência dos moradores da ilha, sobrepuja-se às forças externas, embargando a possibilidade de uma forma de hibridização, embora houvesse pequenas variações em diferentes partes da ilha. Não sabemos se esse processo ainda se mantém como descrito por Labov, seria necessária uma nova investigação...

Podemos, porém, identificar algumas proximidades entre a comunidade observada por Labov e a comunidade em estudo. Assim como os moradores da ilha de Martha's Vineyard, a comunidade caiçara também sofre influências dos veranistas que ocupam seu território em altas temporadas, estando cada vez mais dependente economicamente da atividade turística. Esse intercâmbio de culturas e estilos de vida também contribui para transformações internas na comunidade.

Essa pequena exposição não pretende esgotar o assunto em pauta. Apenas pretendeu situar, mesmo que sumariamente, o complexo universo juvenil e dele recolher elementos que nos fornecessem suporte analítico para os dados que serão apresentados. Poderemos identificar no jovem que se destacou no encontro traços de hibridização e de singularidade, bem como comportamentos disruptivos em relação à normatividade da comunidade, além dos aspectos interacionais.

6.2.1 Tentativas de construção de sentidos acerca da participação juvenil

Em sua maioria, os jovens mostraram-se tímidos e com pouca participação, a não ser por um pequeno grupo liderado por um dos jovens que, com frequência, desestabilizava a interação com piadas e comentários irônicos, trazendo tumulto à atividade conversacional. O que poderia representar esse comportamento reiterado ao longo do encontro? Apropriando-me da reflexão de Schilling (1991)⁵⁰ em seus estudos sobre resistência, subescrevo:

Isso que estamos chamando de resistência carrega um valor, provoca e é reação, chama a atenção, perturba e exige uma reflexão. Diz coisas. Não pode ser reduzida à teimosia ou obstinação. Questiona os lugares: o meu lugar e o seu lugar.

Seria esse jovem o porta-voz de outros que o acompanhavam e ratificavam seu comportamento? O fato é que apenas um conseguia falar, mesmo que em tom de provocação e brincadeira. Os demais se mantinham reservados, acompanhando-o apenas com risadas de gracejos.

⁵⁰ Excerto retirado da dissertação de mestrado de Flavia Ines Schilling, pela Universidade Estadual de Campinas, 1991.

Sua diferença em relação ao grupo de jovens destacava-se não só por seu comportamento, mas também por sua aparência híbrida, influenciada por padrões dos jovens de periferia urbana. Buscava sua singularidade dentro da comunidade? Desviando-se do padrão esperado e normativizado dentro da comunidade, pretendia marcar sua alteridade? Parecia realmente apontar para uma posição disruptiva em relação à estética e ao comportamento dos seus pares, com posturas que, apesar de fanfarronas, beiravam à hostilidade, gerando desconforto e constrangimento ao grupo de pesquisadoras.

Embora houvesse na interação um esforço de ambos os lados para que esta se desenrolasse de forma amistosa – quando todos procuravam construir uma face positiva, sob uma luz favorável (Goffman, 2011) – ele não; construía sua face ameaçando a nossa. Procurava, pela desestabilização, sinalizar a assimetria e desconstruir nossa suposta posição de “prestígio e poder”? Ou será que não compreendia ou não acreditava em um possível interesse verdadeiro por suas histórias? Metonimicamente, seus movimentos pareciam refletir os de sua comunidade, entre aproximações e recusas aos de dentro e aos de fora, em seus conflitos identitários e suas dualidades advindos dos deslocamentos entre tradição e modernização.

Vale lembrar que, além dos excertos selecionados, outras passagens registram momentos de turbulência na interação, comprometendo a organização dos turnos de fala. Como consequência, alguns trechos ficaram incompreensíveis, à época da transcrição, devido às sobreposições e aos insistentes pedidos de silêncio à audiência.

Assim como na análise dos dados anteriores, realizada neste capítulo, os conceitos de face e constrangimento também fundamentam o quadro interpretativo que propomos para a participação desse jovem no encontro. Em diversas passagens, como veremos a seguir, este ameaçava nossas faces gerando constrangimentos ao grupo de pesquisadoras, tornando-se necessário o gerenciamento e o manejo das situações para dissipar e amenizar o desconforto interacional. Importante ressaltar que as ameaças à face concentraram-se mais na relação com o grupo de pesquisadoras que com os demais participantes, que se mantiveram alheios ou pouco incomodados com a postura do jovem, sempre interpretada como divertida e, por isso mesmo, nunca repreendida.

Passemos agora à análise dos dados.

6.2.2 Resistências em contexto

Neste momento da interação, buscava-se saber quais participantes haviam parado de estudar devido à ausência de continuidade escolar no Pouso da Cajaíba, o que levou muitas famílias a abandonarem o território. À certa altura da conversação, Irene convoca- os a posicionarem-se em relação ao que consideram importante para o povo do Pouso da Cajaíba manter-se no território.

Excerto 4: A gente precisa de soldado

261	Irene	então, o que que vocês acham que tem que
262		ter aqui pra poder esse lugar não ser
263		ameaçado de outras pessoas virem tomar esse
264		lugar? que que precisa pro pouso da cajaíba,
265		pro povo do pouso da cajaíba continuar
266		no lugar dele?
267	Jovem	>soldado↓<
268	Audiên.	hhhhh
269	Pesqu. A	pro pouso da cajaíba não acabar↑?
270		soldado já tem, vai ser você, >você falou
271		que vai botar pra quebrar< agora deixa
272		o pessoal falar.

Interessante observar que, no turno seguinte, quem toma a palavra é um jovem, sugerindo “soldado” (linha 267), símbolo da força como alternativa, deixando entrever arquétipos sociais que habitam seu imaginário. A palavra “soldado” apresenta-se como um signo ideológico. Segundo Bakhtin (1995) todo indivíduo é a síntese de um fenômeno sócio-ideológico, portanto “todo signo é social por natureza”. O uso da palavra “soldado” nesse contexto torna-se relevante, já que esse signo traz consigo uma série de representações históricas que o associam à força, ao poder e ao militarismo.

Seu posicionamento mais “combativo”, inspirado em padrões urbanos de força para solução de conflitos, foi contido pela pesquisadora nas linhas 270 a 272 “Soldado já tem, vai ser você, você falou que ia botar pra quebrar. Agora deixa o pessoal falar”. Esse posicionamento da pesquisadora deveu-se ao fato de esse jovem ter desestabilizado nossos encaminhamentos, em diversos momentos, introduzindo enquadres de brincadeira e/ou ironia, quem sabe sinalizando a

assimetria que, por mais atenuada e não intencional que fosse, inevitavelmente estava presente.

A contenção por parte da pesquisadora ao jovem, aceitando a provocação e a devolvendo também em tom de brincadeira/ironia, minimiza o confronto e reestabelece a continuidade interacional. Contudo, podemos questionar se essa forma de contenção também pode sugerir um tratamento infantilizado para o jovem, que repetirá essa postura por diversas vezes.

Mesmo tendo sido o enquadre de brincadeira, observa-se o confronto de duas posições deslocadas: a do menino, que valoriza a força ou a proteção do Estado como o caminho para a restauração da tranquilidade, e a da pesquisadora, que imprime ironia a essa mesma força. O ponto dessa análise não é atribuir um valor moral às possíveis interpretações apresentadas, mas evidenciar, mais uma vez, a historicidade desse signo. Estivesse ele brincando com a situação, tendo provocado risos na audiência, ou legitimando sua alternativa, encontra-se na contramão do discurso e da postura por nós esperada. Ratifica-se, pois, as “fissuras nas fronteiras”, já que não há posto policial no território. Pode-se entender, também, que esse jovem sente-se de alguma forma integrado à sociedade mais ampla e que, como todo e qualquer cidadão em posição vulnerável, pode e deve ter seu direito à proteção assegurado. Portanto, o valor pejorativo do significante desfaz-se, construindo um sentido positivo de pertencimento. Segundo Maristela Girola (2004) a partir de seus estudos sobre Bakhtin, “a consciência linguística do locutor e a do receptor ligam-se à linguagem no sentido de conjunto de contextos possíveis de uso de cada forma particular e não como sistema abstrato de normas”.

O próximo excerto integra o segmento interacional anterior, porém optamos por dividi-lo em função da análise. Portanto, ainda tratava-se aqui dos desdobramentos relacionados à questão da permanência no território.

Excerto 5: O peixe cansado

273	Rita	eu acho que hoje a pes:ca tá precária...ninguém
274		plantou: e já °colheram tudo que puderam colher°
275		eu acho °que hoje não dá mais°
276	Pesq. C	você acha que a terra tá cansada já? o solo?
277	Rita	não, a pesca.
278	Irene	o pesca

279	jovem	o peixe cansado
-----	-------	-----------------

Das linhas 273 a 275, Rita, de forma bastante avaliativa, apresenta seus motivos para o afastamento da comunidade de suas práticas tradicionais “*eu acho °que hoje não dá mais°*”. Nos turnos seguintes observa-se uma cooperação da audiência a fim de construir sentido para o que foi dito por Rita “*você acha que a terra tá cansada já? o solo?*” (linha 276).

Na linha 279, mais uma vez esse jovem tenta desestabilizar a interação com um comportamento irônico/brincadeira, “o peixe cansado”. Sua construção capta de forma sagaz e sintética o descompasso interacional. Consegue desfazer a assimetria reenquadrando a situação que até então se configurava como “séria” e cooperativa. Segundo Goffman (2011), muitas vezes a intenção de uma brincadeira é levar seu interlocutor a perder a face. Seus movimentos interacionais parecem querer construir uma face de prestígio perante seus pares (os outros jovens), afirmando sua diferença/singularidade, aliada a sua capacidade de enfrentamento.

Durante o encontro tivemos a informação de que esse jovem morou na cidade de Paraty por um período, mas retornou ao território. Por suas características físicas, mostra-se bastante influenciado pelos modelos urbanos de comportamento e estética, com cabelo pintado de louro e relógio bem largo e dourado no pulso, características não observadas nos demais jovens que participaram do encontro. Segundo Ferreira (2010) essas marcas singularizam o jovem, que parece querer projetar sua diferença, alinhando-se mais aos modelos da periferia urbana que aos da própria comunidade. Como Hall (2003) sugere, os jovens:

Declaram não uma identidade primordial, mas uma escolha de posição do grupo ao qual desejam ser associados. (...) Sua integração vertical a suas tradições de origem coexiste como vínculos laterais estabelecidos com outras "comunidades" de interesse, prática e aspiração, reais ou simbólicos.

No próximo excerto, Tião contava-nos sobre mudanças no território, entre elas, as ocorridas no rio. Lembrava-se de quando “moleque” (palavra dele), após o futebol no final da praia, cansado, ia beber água no encontro do rio com o mar.

Segundo ele, hoje o rio transformou-se em “Casas Bahia”, nome dado pela comunidade em decorrência da grande quantidade de lixo depositada nele. Procurando estabelecer uma relação entre a vida de Tião e a dos jovens nos dias de hoje, a pesquisadora tenta construir, na introdução de sua pergunta, uma aproximação com os jovens.

Excerto 6: Gato não

280	Pesq. C	quando você vê os meninos assim, esses
281		gatos, [os rapazes]
282	Jovem	[não], lindo, mas gato não
283	Pesq. C	você... acha que (pausa)
284	Audiência	hhhh
285	Pesq. C	a sua vida é muito diferente, era muito
286		diferente da deles de hoje?
287	Jovem	[()]
288	Audiência	hhhh

Tomando o turno na linha 280, a pesquisadora refere-se aos jovens como “gatos”. Procurando se construir e projetar seu self como uma pessoa jovial, utiliza-se de um vocabulário bastante informal utilizado pelos jovens (pelo menos na concepção da pesquisadora), talvez como forma de criar empatia e buscar aproximação com esse público presente na interação.

Provocando risos na audiência, principalmente de seus pares, de forma agentiva e assertiva, o jovem contrapõe-se à pesquisadora na linha 282. Rejeita veementemente o atributo “gato” proposto pela pesquisadora. Seria “gato” uma forma elogiosa mais usada por jovens de outros grupos? Ou já estaria em desuso nessa geração? Há algo considerado por ele como pejorativo nessa forma de tratamento.

No turno seguinte, a pesquisadora ainda investe em sua pergunta, mas é atravessada pelos risos da audiência. Tenta uma segunda investida, mas a situação repete-se. Pode-se observar que há um jogo de forças antagônicas e resistentes em colaborar para o andamento da interação que, de certa forma, a pesquisadora luta para manter. Esse jovem parece não conseguir ver (ou não querer ver) o esforço interacional da pesquisadora, tornando sempre difícil qualquer aproximação, bem como transformando a interação em uma arena de embates que geram constrangimentos.

Quando uma pessoa trata a elaboração da face não como algo para cujo desempenho ela deve estar preparada, mas antes como algo que se pode contar com os outros para desempenhar ou aceitar, então, um encontro ou um empreendimento torna-se não uma cena de consideração mútua, mas uma arena na qual se desenrola um concurso ou uma competição. O propósito do jogo é que a linha de todos seja preservada de uma contradição inescusável, ao mesmo tempo em que se marca o maior número possível de pontos contra o adversário, e se faz o maior número possível de pontos para si mesmo. (Goffman, 1980, p. 91, grifo meu)

Tião continuava informando-nos sobre o modo de vida em sua infância e juventude: o tipo de alimentação, cuja base era produzida no próprio território, a canoa à vela, pois não havia motor a diesel e, por fim, o tipo de iluminação.

Excerto 7: Nascemos ontem

289	Tião	não, não, era lamparina ... era a luz
290		era lamparina
291	Pesqu. F	e vocês, desde que nasceram já tinha
292		gerador?
293	jovem	nascemos ontem
294	Pesqu. F	o:i?
295	jovem	ontem
296	Pesqu. C	tinha gerador desde que vocês nasceram?
297	jovem	tinha, tinha, tinha

Nas linhas 291 e 292, a pesquisadora, procurando integrar os jovens à conversa, além de procurar estabelecer uma relação entre o passado e o presente, lança a pergunta “e vocês, desde que nasceram já tinha gerador?” Ao que é respondido pelo mesmo jovem “nascemos ontem” (linha 293). Observa-se o mesmo padrão de comportamento nesse jovem, sempre procurando desestabilizar a interação e ameaçar a face de seu interlocutor.

A mesma pesquisadora, na linha 294, rebate a ironia do jovem com um “o:i?”, que traduzido poderia representar: “O que você disse?”. Nesse momento a interação poderia ter ficado comprometida se o embate se mantivesse, já que houve uma ameaça frontal à face da pesquisadora. Entretanto, como preconiza Goffman (1980, p. 98) para que uma conversa aconteça é necessário que os participantes ratifiquem-se e mostrem-se abertos uns aos outros para os propósitos

de comunicação, denominado por ele como “estado de conversa”. Com certeza, não fomos ratificadas por esse jovem.

Evitando um possível rompimento da interação – os dados não nos indicam se haveria ou não – e assumindo seu compromisso diante do grupo, outra pesquisadora, na linha 296, salva a face da companheira e reintroduz a pergunta. Mantendo-se alheio, consente uma resposta “*tinha, tinha, tinha*” (linha 297), talvez apenas cumprindo sua obrigação interacional.

Uma interação, para ser mantida, requer, pois, o esforço conjunto dos participantes a fim de evitar ameaçar, e ao mesmo tempo proteger, a face dos demais. Sem isso, reinará sempre tensão e constrangimento.

Como conclusão a este capítulo, trago a contribuição da banca de defesa desta dissertação, que destacou o sentimento de frustração que perpassa o texto, ressaltando que, apesar de todas as dificuldades encontradas no campo de pesquisa, o evento microanalisado mostrou-se fértil em possibilidades de conhecimentos acerca da comunidade. Cumpriu-se nosso desejado letramento, independente das expectativas da(s) pesquisadora(s). Ratifico, inclusive, que esse sentimento relaciona-se mais à expectativa da pesquisadora que à dos participantes do grupo investigado.

Portanto, torna-se necessário sublinhar que suas reações, resistentes ou não, foram tratadas nesta dissertação como dados de análise, a fim de construir possíveis sentidos dentro do contexto interacional.

7

Considerações finais

Meu Deus! Meu Deus!/Se eu chorar, não leve a mal.

Sob a luz do candeeiro,/liberte o cativo social.

Trecho do samba-enredo da Paraíso do Tuiuti/2018

7.1

Reflexões e possíveis entendimentos

Esta pesquisa teve como objetivo construir conhecimento sobre a comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba – Paraty – RJ, a partir de um evento de letramento, em que juntos, pesquisadoras e caiçaras presentes, pudemos reconstruir experiências e refletir sobre elas. Elegendo o micro como espaço de pesquisa, procuramos evidenciar e analisar os discursos que emergiram nesse encontro, observando como os participantes construíram-se e engajaram-se na atividade interacional. Além disso, também se constituiu como um espaço de visibilidade às dificuldades dessa comunidade a partir de suas próprias vozes, muito embora a análise e os recortes selecionados sejam produtos da interpretação da pesquisadora.

Neste capítulo final, retomo o percurso desta pesquisa, buscando responder às perguntas que nortearam as análises empreendidas, bem como os entendimentos construídos a partir delas.

Como forma de contextualizar este estudo, no capítulo 2, procurei apresentar as razões que nos levaram a, tentativamente, buscar uma aproximação com a comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba: a reorientação curricular para as escolas caiçaras, apoiada na crença em uma educação diferenciada. Ainda nesse capítulo, foram trazidas as informações sobre a relevância dos movimentos sociais para a manutenção e afirmação de identidades marginalizadas e desprovidas de atenção do poder público, embora reconhecidas jurídica e constitucionalmente,

como no caso das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras. Essa dicotomia entre reconhecimento da diferença e manutenção da indiferença (Bauman, 2003; Skliar, 2003) é uma dentre as várias vividas por essa comunidade. Ou seja, sua identidade é reconhecida e protegida legislativamente, entretanto não se disponibilizam maneiras para que essa diferença realmente se efetive. Atravessada por disputas territoriais e por uma legislação ambiental que torna algumas práticas tradicionais impeditivas (o que parece ser um contrassenso) precisa constantemente se adaptar e buscar novas formas de sobrevivência.

Diante de todo esse cenário desagregador e fragmentário (Bauman, 2003), torna-se um desafio para o próprio movimento social da região promover a reestruturação dessa comunidade. Enxergando na educação uma bandeira de luta para a efetivação e propagação dessa reorganização, o capítulo encerra-se e justifica nossa presença como pesquisadoras do Colégio Pedro II no território.

Alinhando-se a uma perspectiva qualitativa interpretativista (Denzin e Lincoln, 2006), no capítulo 3, o percurso metodológico é estruturado, reconhecendo o caráter provisório do conhecimento aqui produzido, já que discurso e identidade são um constructo sociocultural e histórico, portanto, em permanente mutação (Maher, 2016, Moita Lopes, 2006, entre outros). Como estratégia metodológica para geração dos dados, foi realizada uma *Oficina de Narrativas*, aqui entendida como “*evento de letramento*” (Soares, 1999), que teve como elemento disparador a projeção de um filme na comunidade. Como desdobramento dessa atividade, histórias individuais e coletivas foram trazidas pelos participantes, estimuladas por perguntas propostas pelas pesquisadoras, que buscavam letrar-se sobre a comunidade através dessas mesmas histórias.

Os capítulos de análise organizaram-se em três lâminas (Biar, 2012), onde os constructos teóricos dialogaram com as análises propostas. No capítulo 4, foram investigadas narrativas que mantiveram, de certa forma, uma simetria temática, pois trafegaram entre a tradição e a modernidade. Foi possível observar, a partir das pequenas narrativas (Bamberg e Georgakopoulou, 2008) construídas pelos participantes, a presença de alguns elementos estruturadores de narrativas canônicas (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972). As orientações espaciais e temporais apontaram recorrentemente para dicotomias: antes (passado)/ hoje (presente); aqui/lá; os de dentro/os de fora, estabelecendo, através delas, avaliações, geralmente, negativas ao presente e ao que é externo à comunidade.

Os pontos narrativos também se tornaram relevantes, uma vez que trouxeram questões que fragmentam o sentimento de comunidade: o individualismo em oposição à coletividade; a comercialização das relações com a chegada de um turismo desordenado em oposição à solidariedade. A complexa trama identitária por que passa essa comunidade vem questionar a possibilidade de uma visão estática e essencializada, já que o embaçamento das fronteiras exige novas configurações, até mesmo por questões de sobrevivência, nem sempre fáceis de atingir.

No capítulo 5, ainda utilizando as narrativas como suporte analítico, investigamos a função dos accounts (De Fina, 2009; Del Corona e Osterman, 2013; Osterman, 2016) nelas construídos. Também foram introduzidos, nesse mesmo capítulo, os conceitos de face e alinhamento (Goffman, 2011) que contribuiram para maior compreensão dos movimentos interacionais.

As análises concentraram-se nas narrativas de dois participantes do evento: Tião e Rita. Seus accounts foram entendidos como justificativas tanto para as questões trazidas pelas pesquisadoras como para o desencanto e incredulidade da comunidade. Pôde-se perceber que ambos construíram accounts divergentes em relação a determinadas experiências na comunidade. O embate discursivo (ou desalinho) que se estabeleceu entre eles sugere modos diferentes de tratar as situações, evidenciando cada qual seu ponto de vista em relação ao tema.

Rita projeta em seu discurso uma identidade mais vitimizada, passiva e contraditória. Espera a ajuda “dos de fora”, embora se alinhe à comunidade em sua descrença nessa relação, devido aos traumas deixados em diversos contatos. Seu movimento interacional sugere sempre construção e proteção da “*face da comunidade*”, termo que introduzo como contribuição nesta pesquisa, a partir da ampliação do conceito goffmaniano de face. Contrapondo-se a esse posicionamento de Rita, Tião apresenta-se sob uma luz favorável, mais coerente e agentivo, rejeitando essa postura desencantada e incrédula do grupo; não defende, pois, a “*face da comunidade*”.

Embora se perceba no discurso de ambos a reificação de fronteiras entre “nós” e “eles” (Duszak, 2002), Tião não o faz como forma de segregação, mas no sentido de pertencimento, de valorização dessa diferença, que é traduzida no reconhecimento de sua identidade caíçara e de militante em favor da união e do protagonismo de sua comunidade. Já Rita o faz em oposição “ao de fora”

qualificado como o “outro ameaçador” que os fez vítimas de suas armadilhas, projetando, assim, uma “*face coletiva*” frágil, colonial e com pouca capacidade para protagonizar e articular alternativas.

Por fim, no capítulo 6, foram trazidas as resistências encontradas no campo de pesquisa, aqui interpretadas como representação metonímica da resistência dessa comunidade que, de forma genérica, recusa-se em participar e se engajar nas atividades propostas, evitando possibilidades de aproximação, reflexão e troca por colocá-las sempre em descrédito.

A primeira refere-se ao momento interacional em que Rita e Irene (pesquisadora) compõem um jogo interacional de proteção e ameaça de faces. Irene, talvez movida por uma possível ameaça, insinuada e não explícita, à sua face de pesquisadora, bem como à da instituição à qual está vinculada, tece accounts como forma de se proteger, realizando, assim, seu trabalho de face. Rita dá continuidade a esse jogo interacional, produzindo accounts que também protegem sua face, mas que sutilmente ameaçam as nossas faces de pesquisadoras. Somos, no contexto desta pesquisa, desacreditáveis, por atualizamos experiências pouco confiáveis para essa comunidade, representada nesse momento na figura de Rita. Tornamo-nos, na forma proposta por Goffman (1988), nessa interação situada, normais desviantes, já que, segundo o autor, esses conceitos são construídos na relação com o(s) outro(s) nos contatos estabelecidos socialmente.

A segunda refere-se à resistência de um jovem que com frequência desestabilizava a interação com piadas e comentários jocosos, parecendo desautorizar nossa presença ali. Pouco receptivo às investidas das pesquisadoras e numa posição de enfrentamento forjado em tom de brincadeira, constrangia-nos em alguns momentos e desconstruía a assimetria, chegando, inclusive, a ameaçar frontalmente a face de uma das pesquisadoras. Embora houvesse outros jovens participando do evento, este se destacava. Parecia querer impor-se aos demais, afirmando uma posição disruptiva em relação aos padrões da comunidade, já que seu modelo estético alinhava-se aos de jovens da periferia urbana. Apresentava-se mais híbrido que seus pares. Aqui também entendemos o comportamento resistente desse jovem como um processo metonímico da resistência da comunidade, que, assim como ele, parece esquivar-se da construção de um maior engajamento, negando-se a agir de forma mais participativa e colaborativa.

Entretanto, não podemos perder de vista que o trauma vivenciado, os tropeços, frustrações, medos, falsas promessas, e sabe-se mais o que, tornaram essa comunidade descrente. Mantém-se alheia e afastada como forma de autodefesa, embora com isso inviabilize a possibilidade de juntos, “os de dentro” e “os de fora”, construírem novas arquiteturas e organizações, respeitando, é claro, as limitações de ambos os lados. Somem-se a isso, as mudanças que se impuseram no território devido aos processos de modernização, que sempre provocam novas (re)adaptações. Trôpega, oscilando entre uma denominação que os essencializa como comunidade homogênea e forças modernizantes que os requer mais híbridos, cambaleia de lá pra cá em busca de seu próprio equilíbrio.

7.2 **Limitações, contribuições e desdobramentos**

No percurso de construção desta pesquisa, várias limitações impuseram-se e, de certa forma, restringiram o alcance do estudo. Em primeiro lugar, destaco a complexidade de acesso ao campo devido à distância e às implicações financeiras decorrentes desse distanciamento, já que, com o corte de verbas, o deslocamento tornou-se oneroso (cf. capítulo 2). Além disso, a desconfiança e a resistência da comunidade tornaram o processo de aproximação e de conhecimento difícil, lento e, por vezes, constrangedor (cf. capítulo 6).

Em segundo lugar, acredito que a própria dificuldade de representar o outro já traz importantes e indiscutíveis limitações. Embora as análises tenham partido de falas e histórias dos atores sociais, geradas em situação de interação, detive-me na função de escolher e analisar os excertos. Essa função sempre me gerou a desconfortável sensação de estar deixando algo importante fora do escopo de análise, bem como se a leitura e interpretação por mim empreendidas, embora tenha contado sempre com o olhar atento e cuidadoso de minha orientadora, estavam comprometidas com a responsabilidade ética da pesquisa. Alio minhas dificuldades e limitações às da pesquisa.

Acredito que a grande contribuição talvez tenha sido a de propiciar visibilidade a esse grupo minoritário chamado caiçara, principalmente, no campo da Linguística Aplicada, cada vez mais interessada em vidas marginais e

excluídas, constituindo-se como um espaço para as vozes desses atores sócio-historicamente emudecidos.

Apresento, como contribuição teórica, o termo “*face da comunidade*”, ampliando o conceito goffmaniano de *face*, por ele ser capaz de representar globalmente uma identidade ficcional coletiva. Ficcional porque apenas teve a função de forjar de forma situada uma identidade coletiva, já que esta pesquisa desconsidera estereótipos fixos e essencializantes como projetos identitários.

Outro entendimento que me parece despontar nos dados da pesquisa envolve a problemática da representação de grupos ou sujeitos que ainda precisam do *outro* para negociar direitos sociais, culturais e identitários. Como nos informa Spivak (2010), dificilmente os subalternos poderão, a partir de um desejo difuso e genérico, imbuir-se de agência e autorrepresentar-se, já que não funcionam como um bloco monolítico. A autora afirma que, por serem heterogêneos e destituídos de um sentimento de comunidade, aspecto observado na análise, mobilizá-los para ações e alianças políticas, torna-se difícil. Entretanto, cabe aqui uma pergunta: se impossibilitados de agir coletivamente e de autorrepresentar-se, como serão ouvidos, se rejeitam a possibilidade de engajamento com outros que possam representá-los?

Julgo importante considerar a condição de comunidade tradicional, legalmente instituída, e a ratificação dessa condição pela comunidade. Infelizmente, essa categorização não garantiu direitos nem tampouco segurança ou melhora na condição de vida no território. Segundo Skliar (2003), a busca pelo reconhecimento e pela igualdade geram promessas ilusórias de equidade que não promovem a autonomia e a realização das diferenças. Como bem aponta o autor, seguido de Bauman (2003), o reconhecimento é apenas o início. O que necessariamente precisa ser colocado em questão é a justiça social, através da redistribuição de renda.

Em tempos como os atuais, em que se desmantelam várias políticas públicas e percorremos o caminho de volta, retrocedendo em várias conquistas sociais, os desdobramentos desta pesquisa parecem apontar para grandes embates, palco de lutas em que a resistência será posta à prova.

A título de ilustração ao supracitado, apresento duas ocorrências no mês de fevereiro/2017 que, embora não se refiram aos caiçaras, atacam conquistas quilombolas, também comunidades tradicionais, com um longo percurso de

organização e luta. A primeira foi a “ocupação” da Secretaria Municipal de Educação de Paraty, em decorrência do descumprimento desse órgão governamental do que fora acordado com a comunidade: a implantação do 2º segmento do Ensino Fundamental, com enfoque diferenciado, no Quilombo do Campinho, localizado em Paraty. A segunda, muito mais difundida nas mídias e redes sociais, tratou do julgamento de constitucionalidade de um decreto que prevê o direito à territorialidade dos quilombolas. A luta pela educação ainda continua, invisível, mas continua... o direito constitucional ao território foi finalmente assegurado. Será que a força midiática contribuiu?

Outro desdobramento importante a ser considerado foi o início de nosso projeto de reorientação curricular e de formação de professores das escolas caiçaras de 1º segmento na costeira de Paraty. Esse projeto, com data prevista para início no segundo semestre de 2016, foi postergado, tendo sido tema de reuniões com a Secretaria Municipal de Paraty, a fim de se conseguir a autorização para que o mesmo se realizasse. Depois de várias idas e vindas, no dia 02 de março de 2018, foi realizado um encontro com coordenadores e professores dessas escolas. Enfim, parece que agora o projeto começa a tornar-se realidade...

8

Referências bibliográficas

ABU-LUGHO, L. **Writing women's worlds: Bedouin stories**. London/ England: University of California Press Ltda, 1993.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Disponível em : www.scielo.br/pdf/In/n76/n76a03.pdf. Acesso em ago. 2017.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Resenha disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.111/3899>. Acesso em mar. 2018.

BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte. UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAMBERG, M.; GEORGAKOUPLOU, A. **Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis**. *Text & Talk*, v. 28, n. 3, 2008.

BASTOS, L.C. **Narrativa e vida cotidiana**. Revista Scripta, v. 7, n. 14, 1º sem. 2004.

BASTOS, L.C. **Diante do sofrimento do outro – narrativas de profissionais da saúde em reuniões de trabalho**. In *Calidoscópico*. v. 6, n. 2, p. 76-85. Unisinos, 2008.

BASTOS, L.C.; BIAR, L. **Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social**. *D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. especial, fevereiro de 2015.

BAUMAN, Z. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi: Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIAR, L.A. **“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”: Narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio**. Tese de doutorado. PUC-Rio, 2012.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1990] 1997.

CARVALHO, B., **Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-colonialista, de Gayatri Chakravorty Spivak**. Resenha. Revista Estudos Políticos, n. 3, 2011.

DE FINA, A. **Narratives in interview: the case of accounts**. *Narrative inquiry*, v. 19, n. 2, 2009.

DEL CORONA, M.; OSTERMANN, A. N. **“Eu não aguento mais!”: a produção de *accounts* narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190)** In: *Calidoscópio*, v. 11, n. 2, 2013.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.

DUSZAK, A. **Us and Others**. Social identities across languages, discourses and cultures. (Introdução). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

ERICKSON, F. **Talk and social theory: Ecologies of speaking and listening in everyday life**. Cambridge: Polity Press, 2004.

FABRÍCIO, B.F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: Redescrições em curso. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

FABRÍCIO, B.F.; BASTOS, L.C. Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do “nós” perante o outro. In: PEREIRA, M.G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Orgs.). **Discursos sócio-culturais em interação**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2009.

FERREIRA, V.S. **Cenas juvenis, políticas de resistência e artes de existência**. Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. n. 16, 2010.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1967.

GARCEZ, P., **Práticas de pesquisas microetnográficas: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais com procedimentos analíticos plenos**. D.E.L.T.A. 30.2, 2014.

GIROLA, M. K. de L. **Signo e ideologia: a construção Bakhtianiana para a filosofia da linguagem**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114680>. Acesso em: fev. 2018.

GEORGAKOPOULOU, A. **Narrative**. In: Handbook of pragmatics. VERSCHUEREN, Jef. et al (eds). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997.

GOFFMAN, E. **A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social**. In: FIGUEIRA, S. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10ªed. Petrópolis: Vozes, [1959] 2002.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**. Rio de Janeiro: Vozes, [1967] 2011.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1964] 2013.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1979] 2013.

GOMES DA SILVA, P. T. **Conceito de Comunidade Tradicional**. In: Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras, STANICH, P.(Org.), 1ª.ed. São Paulo: Ed. Café com Lei, 2016.

GOHN, M.G, **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf Acesso em: ago. 2017.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANCIAU, N.J. **O entre-lugar**. In: FIGUEIREDO, E. *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói:EdUFF, 2005, p. 215-141.
GT ANPOLL – Relações literárias interamericanas.

LABOV, W.; WALETISKY, J. Narrative Analysis oral versions of personal experience. In: HELM, June. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. 1ª ed. Seattle: University of Washington Press.1967.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2016.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, M. de O. **Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ**. Dissertação de Mestrado pela USP, São Paulo, 2010.

MOITA LOPES, L.P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

MOITA LOPES, L.P. Linguística aplicada e vida contemporânea: Problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

MOITA LOPES, L.P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, LIMA E LOPES DANTAS (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB, 2001.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L., **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NORRICK, Neal R. **Conversational narrative: storytelling in everyday talk**. Philadelphia: John Benjamins, 2000.

NORRICK, Neal R. **Narratives of vicarious experience in conversation**. *Language in Society*. Cambridge University Press. v. 42, n. 4, p. 385-406, 2013.

NOVAES E CRUZ *et al.* A comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba e o tradicional Colégio Pedro II. In: LIMA, R.M.; VIANNA, A.V. *et al* (orgs). **O novo velho Colégio Pedro II**. V.3, pp. 90, 91, 94 e 95. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017.

PAOLI, M.C. **Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 33, out. 1991.

RIESSMAN, C. **Narrative Analysis**. *Qualitative Research Methods Series*, n. 30. Newbury Park, CA, Sage, 1993.

RIESSMAN, C.K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (orgs) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHILLING, F.I. **Estudos sobre a resistência**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Capítulo III Sobre a espacialidade do outro e da mesmidade – notas para uma deslocalização (permanente) da alteridade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SNOW, D. **Collective identity and expressive forms.** University of California, Jan 2001. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj#page-2>>. Acesso em: ago. 2013.

SOARES, M. **Letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, J.; OSTERMAN, A.C. **Por que se explicar? A normalidade construída por meio da linguagem no consultório oncológico.** Gragoatá, Niterói, n. 40, p. 399-422, 1. sem. 2016.

SOUZA, V.M. **“Educação para permanecer no território”: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ.** Tese de Doutorado. UFRJ. 2017.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Anexo

Convenções de transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).